



**PSICOLOGIA CULTURAL E AS ZONAS CINZAS DO
CONSENTIMENTO: AMBIGUIDADE E NEGOCIAÇÃO DE
SIGNIFICADOS EM RELAÇÕES HÉTERO AFETIVO-SEXUAIS**

Juliane Mesquita Obando



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

**PSICOLOGIA CULTURAL E AS ZONAS CINZAS DO CONSENTIMENTO:
AMBIGUIDADE E NEGOCIAÇÃO DE SIGNIFICADOS EM RELAÇÕES
HÉTERO AFETIVO-SEXUAIS**

Juliane Mesquita Obando

Brasília - DF

2026

Juliane Mesquita Obando

**PSICOLOGIA CULTURAL E AS ZONAS CINZAS DO CONSENTIMENTO:
AMBIGUIDADE E NEGOCIAÇÃO DE SIGNIFICADOS EM RELAÇÕES
HÉTERO AFETIVO-SEXUAIS**

Tese de doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de doutora em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, área de concentração Desenvolvimento Humano e Educação. Linha de Pesquisa: Processos de Desenvolvimento e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu Branco

Brasília-DF

2026



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Escolar

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª, Dr^ª. Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu Branco – Presidente
Universidade de Brasília (UnB) – Instituto de Psicologia, PGPDE

Prof^ª, Dr^ª. Ana Flávia do Amaral Madureira - Membro
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Prof, Dr. Luca Tateo - Membro
University of Oslo - Institute for spesialpedagogikk

Prof^ª, Dr^ª. Monica Souza Neves Pereira – Membro
Universidade de Brasília (UnB) – Instituto de Psicologia, PGPDE

Prof^ª, Dr^ª. Candida Maria Bezerra Dantas – Suplente
Universidade de Brasília (UnB) – Instituto de Psicologia, PGPDE

O sujeito se

desenvolve

a partir das

relações que estabelece

com outros sujeitos

no interior de

diferentes contextos

socioculturels

AGRADECIMENTOS

Na data de 19 de novembro de 2018, em Los Angeles, Calvin Cordozar Broadus, Jr., mais conhecido por seu nome artístico Snoop Dogg, rapper, compositor e produtor musical estadunidense mundialmente conhecido, agradeceu às pessoas que o apoiaram durante a sua trajetória na música e aproveitou o momento para homenagear a si mesmo, reconhecendo e dando destaque à própria subjetividade e ao papel da resiliência, individualidade e, principalmente, agencialidade em suas conquistas.

Tendo isso em vista, gostaria de iniciar os meus agradecimentos do mesmo modo, referenciando parte do seu discurso: *"Quero agradecer a mim por acreditar em mim. Eu quero agradecer a mim por ter trabalhado duro. Quero agradecer a mim por não ter tirado folga. Eu quero agradecer a mim por nunca ter desistido. Quero agradecer a mim por acreditar em mim e por ter sempre dado tudo de mim e tentar sempre mais. Eu quero agradecer a mim por fazer mais coisas certas do que erradas. Quero agradecer a mim por ser sempre eu mesma"*.

Não menos importante, agradeço à minha orientadora, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu Branco, por ter me acolhido e visto potencial em minhas ideias e intenções de pesquisa. Igualmente, agradeço ao Luca Tateo por ter me recebido e contribuído significativamente para a ampliação de meus conhecimentos e para as possibilidades de interpretação de meus resultados.

Também sou especialmente grata pela oportunidade de conhecer, ser recebida, escutada e de debater ideias com Jaan Valsiner e Nandita Chaudhary.

À Professora Ana Flávia do Amaral Madureira, agradeço por ter me acompanhado desde o início de minha trajetória acadêmica. Com certeza, se não fosse pelos estudos, incentivos e seu modo de ser, tanto como pessoa quanto pesquisadora, eu não teria chegado aonde estou hoje.

Agradeço às professoras Mônica Neves, Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira e Sandra Ferraz e a todos os colegas do LABMIS - Laboratório de Psicologia Cultural - pelas aprendizagens, trocas e conhecimentos que espero ter a oportunidade de divulgar no futuro, de forma justa e digna. Também aos meus colegas do Grupo de Estudos da Paz (GPAZ), Keila Rossana, Diogo Monzo, Luciana Dantas de Paula, Francisco Neves, Miriam Masotti Dusi, Gláucia Melasso e João Capece, a quem dedico um abraço e agradecimento fraterno.

À Celine, minha eterna companheira felina, agradeço por ter surgido quando mais precisava de apoio emocional e por ter sido um de meus grandes pilares em todas as esferas de minha vida. A sua simples existência, presença diária e companheirismo foram cruciais para cada "conquista", o que fortalece o meu entendimento de que o poder da afetividade ainda transcende nossos estudos e compreensões atuais.

Obrigada, Capes, pelo apoio à pesquisa. Obrigada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar (PGPDE) pela confiança e oportunidade. Obrigada, UnB. Para esse trabalho, foram necessárias muitas mãos, cabeças, corpos, encontros, e vivências singulares e compartilhadas para a sua conclusão. Meus agradecimentos!

Resumo

A noção de ambiguidade está frequentemente presente na esfera da sexualidade humana. Isso pode ser um problema sério, considerando que os processos de internalização e externalização de sinais relacionados ao prazer, desprazer, consentimento sexual versus não consentimento, abuso sexual versus não abuso podem ocorrer de maneira diferente entre homens e mulheres. Tais diferenças tornam difícil que homens e mulheres interpretem corretamente os sinais uns dos outros em suas relações afetivo-sexuais. Em outras palavras, é difícil compreender os sinais verbais e não verbais presentes em tais interações, e as negociações são constantemente coconstruídas entre os parceiros, devido ao alto nível de ambiguidade envolvido nos processos de negociação. O objetivo geral desta pesquisa foi identificar e analisar, nas narrativas de dez jovens brasileiros cis, entre 18 e 25 anos, dos gêneros masculino e feminino, como interpretam e se posicionam diante de situações envolvendo ambiguidades quanto à ocorrência (ou não) de abuso sexual em relacionamentos heterossexuais, ou seja, analisar o que ocorre nas zonas cinzas do consentimento. A partir de seus posicionamentos, buscamos identificar quais sinais podem ser especialmente relevantes para avaliar se houve ou não consentimento por parte da mulher. Para isso, foram realizados quatro encontros do tipo grupo focal, com dois grupos de participantes (cinco mulheres e cinco homens), nos quais apresentamos e discutimos imagens previamente selecionadas, vídeos e entrevistas individuais semiestruturadas sobre uma história de possível abuso sexual. O vídeo utilizado foi um trecho editado da série *A Nearly Normal Family*. Nas entrevistas individuais, os participantes leram e se posicionaram sobre um relato de um mal-entendido (ou de estupro) em que a jovem sentiu que havia sido abusada. Com base nos resultados, foi possível aprofundar os processos intra e intersubjetivos dos participantes na produção de significados coconstruídos sobre consentimento *versus* abuso, bem como as influências culturais e expectativas sociais que, por meio de seus múltiplos discursos, contribuem para a manutenção da violência nas relações heterossexuais. Foi interessante verificar as interpretações divergentes dos sinais associados ao consentimento e ao não consentimento, e foram encontradas ambiguidades na maioria das falas dos participantes, tanto homens quanto mulheres. Além disso, as interpretações diferiram significativamente entre os indivíduos. Diferentes interpretações e atribuições de responsabilidade ocorreram entre os participantes, homens e mulheres, quanto à ocorrência e à percepção de sinais verbais e não verbais nas interações. Questões como cultura, relações de poder, permissividade, socialização, metacomunicação, corpo, expressões emocionais e legislação são aqui discutidas em profundidade, sendo sugeridos temas para futuras pesquisas e decisões jurídicas.

Palavras Chave: Psicologia Cultural, Ambiguidade, Abuso Sexual, Consentimento, Sexualidade

Abstract

The notion of ambiguity is often present in the sphere of human sexuality. This can be a serious problem when we consider that the processes of internalization and externalization of signals related to pleasure, displeasure, sexual consent *versus* non-consent, sexual abuse *versus* non-abuse can occur differently for men and women. Such differences make it difficult for men and women to correctly interpret each other's signals in relation to their affective-sexual relationships. In other words, it is difficult to understand verbal and nonverbal signals in such interactions, and negotiations are constantly coconstructed between partners due to the high level of ambiguity in the process. The overall objective of this research was to identify and analyze, in the narratives of ten young Brazilian cisgender men and women between the ages of 18 and 25, how they interpret and position themselves in situations involving ambiguities regarding the occurrence (or not) of sexual abuse in heterosexual relationships, that is, to analyze what occurs in the gray areas of consent. Based on their positions, we sought to identify which signs might be especially relevant in assessing whether the woman consented. To this end, four focus group meetings were held with two groups of participants (five women and five men), in which we presented and discussed previously selected images, videos, and semi-structured individual interviews were carried out about a story concerning possible sexual abuse. The video used was an edited excerpt from the TV series *A Nearly Normal Family*. In the individual interviews, participants read and gave their opinions on a report about a misunderstanding (or rape) in which the girl felt she had been abused. Based on the results, it was possible to deepen the intra- and intersubjective processes of the participants in the production of meanings about consent *versus* abuse, as well as the cultural influences and social expectations that, through their multiple discourses, contribute to the maintenance of violence in heterosexual relationships. It was interesting to note the divergent interpretations of the signs associated with consent and non-consent, and ambiguities were found in most statements from both male and female participants. In addition, interpretations differed significantly between individuals. Different interpretations and attributions of responsibility occurred among male and female participants regarding the occurrence and perception of verbal and nonverbal signs in the male-female interactions. Issues such as culture, power relations, permissiveness, socialization, metacommunication, body, emotional expressions, and legislation are discussed in depth here, with suggestions for future research and legal decisions.

Keywords: Cultural Psychology, Ambiguity, Sexual Abuse, Consent, Sexuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
CAPÍTULO 1: Sexualidade e Violência	19
1.1 Facetas e diálogos entre a sexualidade, o gênero e a violência	25
1.2 Estupro e assédio sexual: A lei brasileira e a violência contra a mulher	37
CAPÍTULO 2: Raízes Culturais da Violência Sexual	55
2.1 Violência contra as mulheres	55
2.2 O Estupro e Abuso Sexual	56
CAPÍTULO 3: Corpo, Gênero e Sexualidade: O papel do afeto e da cultura	67
3.1. A voz do corpo	75
CAPÍTULO 4: Psicologia Cultural Semiótica: Cultura, Práticas, Valores e a Questão da Ambiguidade	78
4.1. Principais conceitos, práticas culturais, valores e preconceitos	82
4.2. Processos de significação: comunicação e metacomunicação	95
4.3. A questão da ambiguidade: Zonas Cinzas do consentimento	96
II – OBJETIVOS	116
III - METODOLOGIA.....	118
1. Participantes	126
2. Materiais e Instrumentos	128
3. Procedimentos para a Construção das Informações	128
4. Etapas e Procedimentos	130
5. A Análise dos Dados	135
IV – RESULTADOS	137
1. Grupos Focais (Imagens)	138
2. Grupos Focais (Vídeo)	156
3. Entrevistas Individuais (História)	164
V – DISCUSSÃO	176
1. Presença da Cultura nos Posicionamentos dos Participantes	179
2. A Questão da Ambiguidade	191
3. Interpretação da Violência: o Papel dos Signos Relevantes	199
Considerações Finais.....	203
VI – REFERÊNCIAS	206
VII – ANEXOS	213
Anexo I: Recrutamento	213
Anexo II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	214
Anexo III: Roteiro de Entrevista para o Grupo focal (GF1 e GF2)	216
Anexo IV: Roteiro de Entrevista para o Grupo focal (GF3 e GF4)	220
Anexo V: Roteiro de Entrevista Semiestruturada Individual	222
Anexo VI: História Carla & Roberto	223

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pichações fálicas nos murais em homenagem à Marília Mendonça e Marielle Franco	66
Figura 2 - Performance <i>Rhythm 0</i> , 1974	68
Figura 3 – Assédio à corpos lidos como públicos	75
Figura 4 - Modelo de Autorregulação Afetivo-Semiótico (base em Branco, 2021)	84
Figura 5 - Processos de internalização/externalização (base em Valsiner, 2014)	88
Figura 6 - Ambivalências e não-ambivalências (base em Abbey & Valsiner, 2005)	98
Figura 7 - Zona cinzenta/cinza e o conceito de bordas	110
Figura 8 – Sequência dos procedimentos: Grupos Focais e Entrevista Individual	130
Figura 9 – Imagens apresentadas em GF1 e GF2	138

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1 –	129
Quadro 2 -	129

INTRODUÇÃO

Conforme discutido anteriormente em minha dissertação de Mestrado intitulada “Educação Sexual: O Papel da Escola na Prevenção da Violência Sexual contra as Mulheres”, são diversas e diferentes as motivações que inspiraram o meu desejo de elaborar e pesquisar sobre os processos de violência em relação à mulher, em específico, a violência sexual.

Dentre os principais motivos, destaca-se a longa e histórica trajetória de violência sexual em nosso país que se perpetua na atualidade, ao constatarmos como é comum o acesso a casos noticiados envolvendo o abuso de mulheres de diferentes idades, raças, etnias e classes (Del Priori, 2011, 2015). Isto pode ser observado, por exemplo, em trechos retirados da internet (Google) nos meses de setembro e outubro de 2021: “Jovem de 25 anos denunciou ter sido vítima de um estupro coletivo durante uma festa em uma casa em Águas Lindas de Goiás (GO)¹”, “Mulher é morta por atropelamento após sofrer assédio sexual em Itajaí (SC)²” e “Mulher denuncia o próprio marido por estupro contra sobrinha de 10 anos³”. De lá para cá, a situação só piorou.

Dados retirados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) ⁴informam que, em 2023, houve o maior número de registros de estupro na história do país até então: foram registradas 74.930 vítimas e 66.041 denúncias de violência sexual. Além

¹ “Foi Aterrorizante, diz jovem vítima de estupro coletivo durante festa em GO”. Disponível em: <https://istoe.com.br/foi-aterroizante-diz-jovem-vitima-de-estupro-coletivo-durante-festa-em-go/>

² “Mulher é morta por atropelamento após sofrer assédio sexual em Itajaí (SC)”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/10/11/mulher-e-morta-por-atropelamento-apos-sofrer-assedio-sexual-em-itajai-sc.htm?cmpid=copiaecola>

³ “Mulher denuncia o próprio marido por estupro contra sobrinha de 10 anos”. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/13/interna_gerais,1313558/mulher-denuncia-o-proprio-marido-por-estupro-contrasobrinha-de-10-anos.shtml

⁴ “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023: A explosão da violência sexual”. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-08-a-explosao-da-violencia-sexual-no-brasil.pdf>

disso, o documento relata que, em 2021, a taxa de estupro cresceu 8,2% e atingiu 36,9 casos por 100 mil habitantes. Se considerarmos que apenas 12,7% dos casos são denunciados (8,5% para a polícia e 4,2% pelos sistemas de informação da saúde), o número de casos e relatos que se evidenciam na mídia, jornais e demais sistemas de notificação/comunicação, se tornam ainda mais preocupantes, ao representarem, embora em grande número, uma pequena parcela da realidade (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2023⁵).

Outra análise também preocupante se refere às identidades dos autores da violência sexual. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), os principais autores são familiares (64,4% dos casos) e conhecidos da vítima, como amigos, colegas, vizinhos e professores. Ou seja, pessoas que mantêm certa proximidade cotidiana e afetiva com a vítima.

Lamentavelmente, é indiscutível que o Brasil seja um país com raízes históricas sexistas, com um longo percurso de violência de gênero, o que se evidencia na tradição de abusos e estupros de escravas e bastardos na origem da miscigenação, discutida por Del Priori (2015). Segundo a autora, durante o período colonial no Brasil, o qual se tornou o grande propulsor do modelo patriarcal no país, as mulheres negras (escravas), mestiças (fruto do abuso sexual dos “donos” com as escravas) e pobres, além de serem consideradas propriedade e inferiores aos homens, eram também vistas pela sociedade como “alvos naturais de investidas sexuais, a quem se podia ir direto ao assunto sem causar melindres. Não é à toa, existia à época o seguinte ditado popular “branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar” (Del Priori, 2015, p. 60).

⁵ Ferreira, H.; Coelho, D.S.C; Cerqueira, D.; Alves, P.; Semente, M.. Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2023

É importante, nessa discussão, termos em mente a tradição patriarcal, considerada um outro modo de se nomear o sexismo institucionalizado. Ou seja, liderança, autoridade e privilégios são expressões da posição de poder historicamente ocupada por homens. Dessa forma, o sexismo apresenta uma dimensão estrutural e sistêmica e tem implicações importantes para a sociedade. O sexismo, também, se caracteriza por um sistema de privilégios no qual os homens, tradicionalmente, realizam funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades (hooks, 2018; Tiburi, 2018), enquanto as mulheres devem se dedicar à esfera privada: ao lar e aos cuidados domésticos e familiares.

Sob o viés da psicologia cultural, em especial de orientação semiótica (Valsiner 2014, 2021), e em consonância com estudos de outras disciplinas científicas, como a antropologia e a sociologia, o modo como nos relacionamos com o mundo, conosco e com o outro tende a ocorrer, principalmente, por meio de processos de canalização cultural por sujeitos construtivos. Assim, os significados culturais associados à masculinidade, à feminilidade e às expectativas sociais sobre o que é ser homem e mulher são fortemente definidos por fatores históricos e culturais.

Segundo Parker (1991), o patriarcado pode ser considerado uma construção ideológica. Em outras palavras, o patriarcado corresponde a um sistema de representações que permaneceu vivo e também sofreu alterações ao longo do tempo, no modo como os brasileiros vivenciam e interpretam suas experiências e interações sociais cotidianas. Com isso, as definições de masculinidade e feminilidade e a maneira como tais noções orientam a sexualidade humana são internalizadas e aceitas pelas pessoas, sem que sejam questionadas pela consciência, por meio da reflexão e da discussão sobre o tema (Parker, 1991).

A internalização de valores, crenças e concepções ocorre porque a cultura tem caráter público e é formada por um conjunto de mecanismos que canalizam as experiências humanas (Geertz, 1989; Valsiner, 2021). Dessa forma, em virtude de seus integrantes estarem imersos culturalmente, estes usualmente naturalizam, sem maiores questionamentos ou estranhamentos, determinadas práticas, crenças, valores e concepções de mundo.

A Psicologia Cultural compreende a ontogênese dos valores humanos como um processo sistêmico, sociogenético e dialógico (Branco, 2021). Segundo a autora, os valores são centrais na orientação das ações e das interações humanas. Além disso, é necessário destacar que os valores operam tanto em nível individual quanto em nível social/grupal, atuando como uma espécie de guia de percepção e interpretação do mundo e de seus fenômenos, agindo nos processos de coconstrução dos campos afetivo-semióticos (CAS) dos indivíduos, conceito a ser destacado adiante na Fundamentação Teórica deste trabalho.

Os valores, práticas e preconceitos que historicamente vêm predominando em grande parte de nossas sociedades ainda consistem, nos dias de hoje, em um fenômeno preocupante para a construção de sociedades mais justas e com relações mais saudáveis para o desenvolvimento da própria identidade e sexualidade dos seres humanos. Isto porque o desenvolvimento e a socialização das pessoas ocorrem em contextos de múltiplas desigualdades de gênero e de diversidades sociais. Para auxiliar na presente análise sobre a violência sexual e os discursos dominantes de gênero, mencionarei um caso que ilustra uma das diversas relações possíveis entre abuso sexual, produção de sentido e compartilhamento de discursos sociais dominantes permeados pela cultura.

Em seu livro intitulado *“Blurred lines: Rethinking sex, power and consent on campus”* (Linhas borradas: repensando sexo, poder e consentimento no campus),

Grigoriadis (2017) descreve o caso de uma jovem, entre 18 e 25 anos, que conheceu um homem através de um aplicativo de relacionamento. Durante a conversa entre os dois, ele a pressionava para marcarem um encontro; entretanto, ela resistia por não o conhecer bem. Passadas algumas semanas, o jovem voltou a fazer o convite para irem a um bar. A jovem, ao ver que o encontro seria em um local público, aceitou o convite. Entretanto, no dia do encontro, foram surgindo alguns “imprevistos”.

O homem utilizou-se de desculpas para atraí-la à sua casa. Inicialmente, mencionou que teve de passear com seu cachorro e, por isso, poderia se atrasar para o encontro. Disse que pagaria um *Uber* para que ela o encontrasse na rua e, de lá, fossem juntos ao bar. A jovem aceitou, encontrando-se com ele e acompanhando-o no passeio com o cachorro. O homem perguntou, então, se ela não gostaria de subir ao seu apartamento, para que ela não o aguardasse na rua. Novamente, ela aceitou.

Uma vez dentro do apartamento, os dois sozinhos, o homem perguntou se ela não gostaria de beber um pouco e insistiu. A jovem, receosa de negar o convite, por fim, aceitou. Em determinado momento, o homem começou a beijá-la e a demonstrar que desejava ter relações sexuais. Por mais que ela manifestasse sutilmente que não desejasse a relação no momento (dando leves empurrões e virando o rosto, por exemplo), isso não impediu que o ato sexual ocorresse. A jovem decidiu não denunciar o caso à polícia, mas, passados alguns meses, decidiu conversar com o seu abusador e expressar o seu ponto de vista sobre a situação, bem como explicar como se sentiu com tudo o que aconteceu. Ao ouvir seu relato, o homem chorou. Afirmou que, em momento algum, notou que estava sendo invasivo ou forçando a prática sexual e, por fim, pediu perdão.

Esse caso é significativo para o contexto da discussão a ser aqui desenvolvida, pois ilustra como, muitas vezes, socializamos homens e mulheres e tratamos a

sexualidade humana de maneira a criar espaços de violência, em específico, a violência sexual. Existem vários aspectos nesta socialização que favorecem relações permeadas por desigualdades sociais e violência, como a culpabilização das mulheres pela própria violência sexual sofrida ou o fato de elas próprias “instigarem” a sexualidade masculina.

Ainda no que se refere ao tema da sexualidade, Heilborn (1999) realizou uma pesquisa que analisou as trajetórias biográficas de homens e mulheres de 20 a 45 anos residentes do Rio de Janeiro (totalizando um conjunto de cerca de 80 entrevistas), com o objetivo de analisar qual o lugar da sexualidade na construção das identidades em diferentes contextos culturais de uma sociedade complexa e heterogênea. A partir dos resultados da pesquisa realizada, foi possível verificar que a cultura—por intermédio das diferentes redes de significados que a compõem—como a categorização de gênero, a orientação sexual e a escolha dos parceiros—é fundamental para compreendermos a transformação dos corpos em entidades sexuadas.

Logo, os valores, crenças e práticas sociais presentes no contexto cultural em que o sujeito se insere acabam por canalizar, de diferentes formas, os desejos e os possíveis modos de vivenciar a sexualidade. Apesar de ser possível, com o passar dos séculos, perceber uma mobilização cada vez maior de determinados setores da sociedade brasileira no que se refere à promoção da equidade de gênero em diferentes esferas da vida social, essa mudança é acompanhada pela resistência de alguns grupos sociais que defendem a manutenção das hierarquias nas relações entre homens e mulheres, em sintonia com significados culturais arcaicos associados às relações de gênero (Madureira, 2010, 2016).

Assim, a partir do referencial teórico da psicologia cultural de orientação semiótica (Branco, Freire & Roncancio-Moreno, 2020; Lopes de Oliveira, 2021;

Valsiner, 2012, 2014, 2021; Zittoun, Valsiner, Gonçalves, Vedeler, Salgado & Ferring, 2013), o problema de pesquisa pode ser elaborado através da seguinte pergunta: Como homens e mulheres concebem e analisam os indicadores de consentimento, ou não, para uma relação sexual?

Nas seções da Fundamentação Teórica que se seguem, serão delineados os principais fundamentos teóricos e conceituais que orientam as análises e interpretações do presente estudo em relação aos objetivos da pesquisa, com base em uma revisão bibliográfica sobre a violência sexual contra as mulheres.

No primeiro capítulo apresentarei questões relacionadas à violência sexual no contexto da sociedade brasileira. No segundo capítulo, serão discutidas as relações entre psicologia, cultura e violência sexual, bem como outras contribuições científicas produzidas nessa direção. Em seguida, o terceiro capítulo, explora questões relativas ao gênero, corpo e sexualidade a partir de sua interação com a cultura.

No último e quarto capítulo, analisarei os principais fundamentos da Psicologia Cultural Semiótica que sustentam a presente pesquisa, particularmente, a compreensão da ontogênese de valores, estereótipos e preconceitos. Neste capítulo será destacada a questão da ambiguidade e ambivalência presentes nas chamadas zonas cinzas do consentimento para a relação sexual. Após elaborar sobre a fundamentação teórica que orienta a presente pesquisa, apresentarei a abordagem metodológica empregada, destacando as informações sobre o percurso trilhado ao longo de todo o processo de construção da pesquisa e discutindo os resultados obtidos.

I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1

Sexualidade e Violência

“(...) Uma mulher me contou de um tio que uma vez se meteu a apalpá-la, e que ela ainda convivera socialmente com ele até a morte dele, muitos anos mais tarde. Evitá-lo significaria magoar sua tia, que ela amava. Era mais fácil cuidar para que sempre houvesse uma mesa entre o tio e ela, do que criar uma grande racha na família” (Sohaila Abdulali, 2019, p. 86)

As desigualdades de gênero e suas expectativas sociais divergentes, em vista da concepção binária de gênero, não se concentram apenas na esfera da identidade, do que é ser homem e do que é ser mulher, mas também estão presentes na esfera da sexualidade humana e de como esta é vivenciada por cada um de nós. Isto contribui, certamente, para a perpetuação da violência sexual contra as mulheres.

Sobre isso, Parker (1991) exemplifica que a própria descrição de atos sexuais e íntimos, em relações heterossexuais, recorre a verbos e expressões que visibilizam as expectativas sociais de submissão feminina e de dominação masculina. Este é o caso de termos como “foder” e “comer” e em seus usos: “o homem come a mulher”. A expressão afirma que os homens penetram e “consomem” suas parceiras durante os atos sexuais, enquanto as mulheres se oferecem “passivamente” para serem “possuídas” e “domadas”. Cabe também pontuarmos a agressividade e a violência presentes nessas descrições, não sendo incomum observarmos termos pejorativos, como “arregaçar”,

“destruir”, “acabar”, “terminar”, “detonar”, “macetar” ou “arrebentar”, ao se referir aos atos sexuais entre homens e mulheres.

Tal ponto se articula com a pesquisa de Machado (2004) com prisioneiros apenados por crimes de estupro, agressores acusados de violência física contra as suas companheiras e jovens infratores do Distrito Federal. Na pesquisa, a autora constata que a percepção dos participantes, quanto aos atos e ao desejo sexual, é do masculino como agente e sujeito, e do feminino como objeto da ação. Assim, os corpos femininos seriam controlados e considerados meramente como corpos “disponíveis”, dissociando tais corpos do sujeito feminino, como se estes corpos não pertencessem a sujeitos, a pessoas concretas. Machado (2004, p. 37) destaca que

A penetração peniana tomou a primazia, tornando-se o único instrumento que se apodera sexualmente. Isso leva, paralelamente, a identificar o portador do sexo masculino como sujeito e não o objeto da relação sexual. Ainda que profundamente arbitrárias, tais analogias fizeram-se fundantes no imaginário da sexualidade ocidental de longa duração.

Em relação a interações verbais e concepções machistas em torno da esfera sexual, Saffioti (2015) ressalta que os termos e gírias utilizados para descrever os atos sexuais são permeados por uma ideologia sexista. A autora discute que, em questões anatômicas, a genitália feminina apresenta mais similaridades com uma boca do que a masculina. Logo, ela pergunta, por que a ação e o sujeito das práticas sexuais são associados ao masculino e não ao feminino?

Como na ideologia está presente, necessariamente, a inversão dos fenômenos, é muito frequente que homens se vangloriam de haver “comido” fulana, beltrana, ciclana. Ora, a conformação da vulva e da vagina permite-lhes “comer” (...) Por que sentem medo exatamente no momento do orgasmo feminino, quando os músculos da vagina se contraem num movimento que parece visar ao

aprisionamento? Então, na gíria machista, quem “come” quem? (Saffioti, 2015, p. 35).

Além disso, questões relacionadas à preocupação, ao reconhecimento e ao cuidado com o outro se refletem no campo da sexualidade. Como discutido anteriormente, associamos ao feminino o zelo e o cuidado com o outro, seja com a família, com os filhos ou com o próprio marido/companheiro. Exemplos que ilustram esse ponto não faltam. A presença de tais expectativas sociais é evidenciada no livro “Nãos para Esposas” (*Don'ts for Wives*⁶) de 1913, que consiste em um apanhado de conselhos e dicas sobre como agradar e cuidar do marido e da família para manter uma união “feliz” e “harmoniosa”, além de evitar “conflitos desnecessários”.

Ao buscarmos exemplos mais atuais, basta analisarmos nossas relações diárias nas diferentes dinâmicas de gênero. Nos encontros familiares, por exemplo, são as mulheres que se responsabilizam em não apenas cozinhar e servir a refeição, mas também a limpar os pratos e cuidar da cozinha, enquanto os homens bebem e se divertem. Também em relação aos cuidados com filhos e crianças pequenas, estes são, ainda majoritariamente, praticados por mulheres, sejam elas mães, avós, tias, professoras ou babás. Não é, portanto, surpreendente que numa parcela significativa das famílias se presencie as mulheres se responsabilizando pelos cuidados e pela educação das crianças, ao tempo em que os homens bem mais raramente o fazem (Badinter, 2011; Donath, 2017). Aliás, em centros de ensino superior, a concentração de mulheres ocorre majoritariamente em cursos de pedagogia, serviço social e enfermagem. Estes são cursos cujas práticas possuem semelhança com a ação das mulheres dentro do lar, como ações referentes ao cuidado e à educação no âmbito familiar (Louro, 1998; Pereira & Favaro, 2017).

⁶ Ebbutt, B. (1913). *Don'ts for Wives*. A&C Black

Nesse sentido, destaco a histórica presença das expectativas sociais acerca dos afetos, sentimentos e comportamentos femininos envolvidos no cuidado com o outro. Este cuidado, porém, não se restringe ao âmbito material no contexto da família, mas também abrange o campo afetivo/emocional. Ou seja, o cuidado com como suas ações ou palavras podem “atingir” ou serem interpretadas pelo outro. Mais precisamente, quais sentimentos pode a mulher despertar em outras pessoas com suas palavras, ações e atitudes? Tudo isso acaba por contribuir para o desenvolvimento precário da assertividade feminina. Em outras palavras, torna-se difícil para as mulheres dizerem “não” a certas atitudes alheias, ou mesmo expressar o que sentem de modo firme e claro, visto que foram ensinadas a se preocuparem com as consequências de suas atitudes em relação aos sentimentos do outro.

No que tange à masculinidade, não são observadas as mesmas expectativas e demandas socioculturais. Pelo contrário, na esfera da sexualidade, é estimulado e esperado que os homens aproveitem todas as oportunidades para viver experiências íntimas, desenvolvendo, com isso, um olhar voltado basicamente para si, seus prazeres e desejos, sem se atentar ao desenvolvimento de uma compreensão acerca do que significa o consentimento mútuo (D’Abreu, 2013; Zanello, 2018).

Ou seja, a feminilidade, em relação à própria sexualidade, é encarada como algo a ser disciplinado, historicamente reprimido, enquanto a masculinidade é vivenciada sem as mesmas restrições, devendo ser estimulada e aceita socialmente (no que se refere à heteronormatividade). Em resumo, a partir do binarismo de gênero, as mulheres são tradicionalmente reprimidas no exercício da sexualidade quanto à legitimidade do prazer feminino. Já com os homens é o oposto, e sua sexualidade deve ser amplamente estimulada e explorada (Medeiros, et al. 2016; Parker, 1991). E isso pode,

eventualmente, levar a situações de violência, nas quais o desejo masculino acaba por se impor ao desejo feminino.

Referente à educação sexual dos homens, D'Abreu (2013) discute que esta está concentrada, frequentemente, no acesso a materiais pornográficos que estimulam, de forma explícita ou subentendida, a violência, o que envolve a banalização do estupro e a culpabilização da vítima. Enquanto isso, a sexualidade feminina é perpassada por diferentes “silêncios” e repressões (julgamentos discriminatórios ou falta de conscientização acerca de sua sexualidade) que podem ocorrer, desde a infância, por toda a sua vida. Isto se torna visível, por exemplo, quando a mulher que se envolve sexualmente com muitos homens é chamada de “vadia”, “rodada” ou “arrombada”. Ou, também, pela facilidade com que se encontra conteúdo pornográfico/sexual direcionado aos homens, enquanto material pornográfico direcionado às mulheres e aos seus prazeres é de difícil acesso.

A respeito da pornografia, é possível inferir que, em virtude de homens e mulheres serem socializados em uma cultura sexista, a maneira como o desejo é despertado tende a ser também diferente. Em relação aos conteúdos pornográficos *mainstream*, é notório serem as mulheres objetificadas, e o ápice da cena ser o momento em que o gozo masculino ocorre. Este tipo de produção audiovisual é, claramente, voltado para os homens, dificilmente despertando o desejo e o prazer nas mulheres. (D'Abreu, 2013; Saffioti, 2015). Além disso, é possível perceber nessa categoria pornográfica a manifestação da agressividade e violência, não só na atividade e no modo visual (lágrimas das mulheres, gemidos de dor, tapas e marcas/hematomas deixadas nos corpos femininos) quanto também no modo verbal, como os atores se direcionam às atrizes.

Assim, podemos concluir que a dificuldade socialmente aprendida de muitas mulheres em dizer “não” ou em negar algo a alguém, sobretudo aos homens, pode favorecer o estabelecimento de contextos e interações sociais que perpetuam não somente as desigualdades, mas, principalmente, a violência sexual contra as mulheres.

O fato de haver, além disso, todo um encorajamento educativo e social para que os homens desenvolvam um olhar mais voltado para si próprios, em um sentido egocêntrico no que se refere aos seus interesses e prazeres, apenas aumenta a probabilidade de desentendimentos, ambiguidades e/ou até mesmo violências. Este olhar autocentrado, portanto, está arraigado na convicção de que o outro (a mulher) precisa ser submetido ao interesse, ao desejo e ao bem-estar masculinos. Assim, o que as mulheres desejam deve ser eliminado ou desconsiderado pelos homens, frente ao que eles querem para si, desejam e acreditam ser seu direito impor sobre elas.

Em suma, o que gostaria de salientar neste capítulo é a conexão entre os processos de socialização e a manutenção de ambiguidades vivenciadas nos relacionamentos de esfera íntima e sexual. Em outras palavras, que o leitor reflita sobre como as formas tradicionais de socialização feminina e masculina favorecem a ocorrência de ambiguidades, interpretações distorcidas, dúvidas e incertezas que se fazem presentes em algumas situações de violência sexual contra as mulheres.

1.1 - Facetas e Diálogos entre Sexualidade, Gênero e Violência

*“O impensado da sexualidade, o fundamento mais naturalizado
é de que à mulher não cabe a iniciativa, nem o apoderamento
do corpo do outro, mas apenas a sedução”*

(Machado, 2004, p. 42)

Ao examinarmos o desenvolvimento histórico das sociedades ocidentais, é possível perceber que o conceito de masculinidade vem sendo definido em termos de uma oposição fundamental à feminilidade. De acordo com Parker (1991), tal polaridade está ancorada no sistema binário de gênero, no qual as atribuições esperadas como “naturais” de um homem, por exemplo, referem-se à força, à virilidade e à potência sexual.

Por outro lado, as características socialmente atribuídas às mulheres são de fragilidade, delicadeza e inocência sexual (Parker, 1991). A respeito de tais características social e culturalmente atribuídas, estas se resumem a estereótipos de gênero, crenças generalizadas e imprecisas sobre o que é ser mulher, e, conseqüentemente, o que é ser homem. Sob essa ótica reducionista, a mulher seria o seu oposto complementar (Madureira, 2010; Trevisan, 2021).

A categoria gênero é o produto de interações ativas e incessantes entre o sujeito e o contexto cultural no qual está inserido (Zanella, 2018). Já a manutenção dos estereótipos de gênero, ou seja, as crenças e atribuições generalizadas a cada gênero, no cotidiano, ocorre por meio de diferentes estratégias, como, por exemplo, brincadeiras e jogos, músicas, filmes/novelas/seriados, propagandas, notícias, livros/revistas, práticas cotidianas e até gírias e xingamentos (Zanella, 2018; Trevisan, 2021).

Nos dias de hoje, verificamos uma certa atualização ou transformação constante da cultura diante das expectativas, da estrutura e do funcionamento das organizações, das tecnologias e das relações entre as pessoas, sendo possível observar uma mudança crescente nas relações e atribuições de gênero. Um exemplo de tais mudanças em relação às concepções de feminilidade e masculinidade é o caso do termo “metrossexual”, atribuído a homens heterossexuais que manifestam comportamentos “vaidosos” ou uma preocupação mais refinada quanto à aparência física, em comparação com as expectativas direcionadas à masculinidade hegemônica. Tal termo se potencializou nos anos 2000 como uma masculinidade diferenciada que, nos últimos anos, deixou de ser uma identidade distinta da masculinidade hegemônica e passou a ser socialmente mais aceita pelos padrões de beleza masculinos.

No entanto, a especificação do que é socialmente permitido e dito “característico” de homens e mulheres ainda é muito forte e pode ser facilmente percebida desde a infância. Ao nascer, a prática de perfurar a orelha das meninas é comum como forma de demarcar simbolicamente a qual gênero ela pertence, bem como pintar as paredes do quarto de rosa, este repleto de bichinhos de pelúcia e vestimentas com flores, corações e outras imagens/figuras que simbolizam delicadeza, inocência e fragilidade - “feminilidade”. Ao crescer, os brinquedos que lhe são destinados normalmente incluem panelas, bonecas e utensílios de um “mini salão de beleza”, o que expressa expectativas sociais associadas ao feminino, que destacam o cuidado com o outro (consequência de um “instinto materno”), a própria aparência (vaidade) e os cuidados com a casa (Obando, 2022).

Por outro lado, as expectativas e atribuições associadas ao masculino, em vista da binaridade de gênero, tendem a seguir uma direção oposta. É possível observar que as brincadeiras e atividades infantis consideradas masculinas são as que envolvem

maior atividade física e são voltadas ao movimento, como no caso dos esportes (Dowling, 2001). Também são os meninos estimulados a explorar brincadeiras que têm como base a violência e a força física, como a briga lúdica utilizando espadas ou outras armas de brinquedo, o que exemplifica o sexismo enquanto fenômeno de fronteira.

A manifestação da agressividade e raiva parece ser uma das poucas emoções legitimadas para serem expressas pelos homens, e interações sociais com um sentido de cuidado com o outro não são estimuladas, em vista da expectativa social de que o homem não é “naturalmente” cuidador. Meninos, portanto, devem brincar de carrinho, caminhão, construção etc., atividades que, quem sabe, poderão desenvolver no futuro.

Tendo isso em vista, é necessário ponderarmos que apesar de, atualmente, ser explícita a presença de homens e de mulheres em diferentes e amplos setores profissionais, em comparação aos séculos anteriores, e o uso de novas tecnologias no mercado - que foram essenciais à inserção no mercado de trabalho - o padrão de brincadeiras direcionado à cada gênero e estereótipos persiste (Biroli, 2018).

Com isso, torna-se possível considerar que tais estereótipos e atribuições sociais de gênero têm, como plano de fundo, desculpas e justificativas ancoradas em uma ótica essencialista da (suposta) natureza masculina e feminina. Apesar de existirem, de fato, diferenças biológicas entre homens e mulheres, a forma como compreendemos a masculinidade e a feminilidade, bem como o que socialmente se associa ao feminino e ao masculino, não possui relação direta com o código genético, mas sim com questões socialmente construídas semioticamente pela cultura. De acordo com Geertz (2012, p. 16) a cultura pode ser compreendida

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os

comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível (...).

Dessa forma, a cultura está intrinsecamente presente no modo como construímos nossas identidades, visões e relações com o corpo, bem como nossas atribuições sobre os gêneros. A cultura tem um papel fundamental nas diferentes atribuições, expectativas e desigualdades entre gêneros, e não existe um gene que estabeleça que mulheres sejam inferiores aos homens, ou que apresentem um “dom natural” para cozinhar ou varrer o chão. Não há justificativas unicamente biológicas para a “dificuldade” de homens chorarem ou demonstrarem sentimentos que não sejam relacionados à raiva e à agressividade. Sobre isso, Zanello (2018) relata que

Toda sociedade tem um sistema sexo/gênero específico e que organiza socialmente a sexualidade. Nesse sentido, o gênero seria uma divisão sexual imposta aos sexos, a qual transformaria a fêmea em mulher e o macho em homem (...) não se trata de negar que existem diferenças (pois elas existem aos montes, mesmo entre duas mulheres ou dois homens), mas antes, de apontar como e porque exatamente essas diferenças foram tomadas de uma determinada forma, para justificar espaços sociais de maior ou menor empoderamento. Ou seja, a diferença foi traduzida em oposição e desigualdade. “Gênero” é, portanto, um conceito relacional e implica, sempre, relações de poder, de privilégio, de maior ou menor prestígio (p. 40).

De acordo com Bourdieu (2019), a divisão entre os gêneros/sexos se apresenta como a “ordem das coisas”, servindo de base para discutir o que é considerado “normal” ou “natural” para um homem ou uma mulher em suas relações com o mundo. Essa divisão foi historicamente construída a partir da oposição entre o masculino e o feminino, e segue um sistema de oposições homólogas, tais como alto/baixo, frente/atrás, direita/esquerda e fora (público)/dentro (privado).

Em sua dissertação sobre a construção das identidades masculinas a partir do olhar de estudantes do ensino médio, Holanda (2020) considera que a masculinidade hegemônica, ou seja, a visão predominante sobre o que significa ser homem no Brasil, segue o modelo de que os homens devem repudiar quaisquer indícios que possam ser compreendidos como “de mulher” ou “femininos”.

A pesquisa, realizada pelo autor, contou com a participação de oito alunos do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 18 anos, de uma escola pública de ensino médio no Distrito Federal. Como estratégia metodológica, realizaram-se quatro sessões de grupo focal com os participantes. Em uma atividade de complemento de frases, desenvolvida durante os encontros, foi possível observar como os adolescentes e jovens percebiam as expectativas sociais frente os seus comportamentos. Os participantes reproduziram alguns estereótipos presentes socialmente e responderam, por exemplo, que “O homem, na nossa sociedade, é poderoso”, “rígido, competente” e “protetor”, e “homem não deve ser fraco” ou “fraquejar” (Holanda, 2020, p. 63-64).

Segundo Madureira (2018), em relação às expressões de gênero, a reprodução e manutenção de ideias e práticas sexistas contribuem para a transformação das diferenças simbólicas entre homens e mulheres em fronteiras rígidas e impermeáveis. Isto acontece devido ao fato de que o sexismo demarca as atribuições distintas entre homens e mulheres com base na compreensão hierárquica entre o masculino e o feminino (Bourdieu, 2019; Madureira, 2018).

Nesse sentido, Welzer-Lang (2001) traz sua conhecida reflexão: “os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres” (p. 461). A partir dessa frase, o autor expressa que tal dominação ultrapassa as relações de âmbito microgenético, ou seja, sua relação direta com pessoas de gênero feminino, e se expande para outros espaços e

contextos, de modo a englobar diferentes âmbitos da realidade social, tais como aquilo que se observa no conteúdo das leis e direitos.

Durante o período colonial (entre os séculos XVI e XIX), por exemplo, havia o caso do “crime de honra”, que era aceito socialmente e se referia à traição feminina no matrimônio. O assassinato de mulher na “defesa da honra⁷” do marido não era considerado um crime verdadeiro. Por outro lado, a infidelidade masculina era considerada algo normal, advindo da suposta “natureza” do homem e de seu “instinto predatório”, de sua “predisposição” ou mesmo de sua necessidade de relacionar-se intimamente com muitas mulheres (Del Priori, 2011).

Assassinar a esposa, nos dias de hoje, é considerado feminicídio. Mas apesar de isto ser considerado crime sujeito à punição na atualidade, muitos ainda sustentam, apoiados em crenças sociais, que a gravidade do feminicídio e da violência doméstica deve ser amenizada, ao afirmar que as ações do homem (seja ele o companheiro/namorado/marido/pai/irmão) foram desencadeadas por “culpa” do comportamento da própria mulher.

Acrescento, ainda, as violências cometidas pelo pai ou irmão, pois em alguns países (caso da Índia, Síria, Iêmen e Irã⁸), é possível constatar em noticiários e veículos

⁷ Recentemente, no dia 12/03/2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime, proibiu o uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio. Informações disponíveis no site do STF em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1#:~:text=Por%20unanimidade%2C%20o%20Supremo%20Tribunal,e%20da%20igualdade%20de%20g%C3%AAnero>.

⁸ “ONG denuncia 44 países que ainda têm leis discriminatórias contra a mulher: Acredite se quiser: entre as determinações listadas pela organização Equality Now, há permissão de sequestro e até de estupro” Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/02/20/interna_mundo,472110/ong-denuncia-44-paises-que-ainda-tem-leis-discriminatorias-contra-a-mu.shtml

Pai é condenado por matar filha em crime de honra na Grã Bretanha: Um homem turco radicado na Grã-Bretanha foi condenado a pelo menos 22 anos de prisão pelo assassinato de sua filha de 15 anos, que mantinha uma relação amorosa com um homem com a qual sua família não concordava. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/12/091218_assassinato_honra_rw

de informação que a traição feminina ou atitudes como sair de casa sem autorização de um homem, “desrespeitar” o comando do pai, ou negar ter relações sexuais com o parceiro, são ações consideradas crime e “uma ofensa à família e à sua honra”. Em alguns casos, inclusive, é possível a mulher ser condenada à pena de morte de maneira violenta, como por apedrejamento, oferecendo-se aos homens o direito de adotar as medidas que considerarem justas.

Além disso, muitas outras formas de violência contra a mulher ainda são interpretadas como naturais, e normalizadas atualmente em diferentes sociedades, sendo vistas como algo inofensivo. Por exemplo, o assédio em transporte e lugares públicos. É possível perceber uma certa resistência de parcela significativa da população em aceitar tais situações como violência, pois interpreta o assédio como uma brincadeira (de péssimo gosto) ou um elogio (também de natureza questionável).

Negar a existência do problema ou da violência também se verifica em outras situações e contextos envolvendo relações de gênero (Larkin Nascimento, 2003), em que a culpa se inverte para a vítima da violência ou do abuso. É comum presenciarmos diferentes falas e argumentos, como “Foi uma brincadeira, ela que está de mimimi”, “Só vê maldade quem tem isso dentro de si”, “Essa mulher é louca, problemática. Não sabe receber elogios” ou “Quem reclama é só feminista, mulher de verdade gosta”. Tal concepção representa um profundo equívoco, pois a resistência e a negação do abuso configuram-se como meios eficazes de manutenção e de operação da própria violência e das desigualdades de gênero no Brasil.

“Tradição matrimonial proibida há décadas na Índia tem causado mortes de mulheres” Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/tradicao-matrimonial-proibida-ha-decadas-na-india-tem-causado-mortes-de-mulheres/>

Desse modo, saber identificar, nomear e reconhecer as diversas práticas sociais violentas constitui o primeiro passo rumo à mudança e à construção de uma cultura de paz. No caso do assédio sexual, aqui referido, este possui diferentes facetas, como, por exemplo, o ato de encarar a mulher, comentar sobre ou tocar o seu corpo sem consentimento ou permissão, assobios, ou insistir em fazer convites recorrentes e não correspondidos. Evidencia-se, nesses casos, o entendimento do corpo da mulher como algo público, alvo de posse masculina. Também é comum a ameaça, sob a forma de diferentes penalidades, por parte dos agressores, para garantir o silêncio ou a concordância das mulheres. As mulheres são punidas pela falta de apoio no trabalho, por recomendações profissionais ruins, por chantagem emocional ou psicológica e até mesmo por violência física, em casos de relacionamentos íntimos.

De acordo com Russel (1984), o assédio sexual possui diferentes funções. Dentre elas, destaco a manutenção da prerrogativa tradicional da iniciativa sexual masculina, de manter as mulheres em uma posição subordinada, a expressão de hostilidade contra as mulheres, uma forma de impor o “papel” da mulher quanto às suas funções, limitar o acesso do público feminino a certos empregos, cargos e ambientes, especialmente, aos que não são tradicionalmente femininos.

Assim, o assédio sexualiza a interação, comunicando a todos que o corpo da mulher é objeto passível de dominação e pode ser utilizado para o prazer sexual masculino (Bourdieu, 2019; Saffioti, 2015; Zanello, 2018). No caso do assédio sexual nas vias públicas, a título de exemplo, o assediador claramente comunica à mulher que a rua pertence a ele, não a ela, que ela não é livre para ir aonde, quando e como quiser⁹.

⁹ O que também foi observado no caso documentado na Índia, a ser aprofundado na próxima seção. Neste atentado, um dos abusadores justificou suas ações violentas e bárbaras ao alegar que uma mulher “direita” ou “de família”, não estaria andando na rua à noite. Logo, o estupro foi uma consequência das ações impensadas da mulher, um modo de correção.

Tal prerrogativa recentemente (no ano de 2023) ocorreu em uma situação, em Belo Horizonte, que desencadeou inúmeros debates nas redes sociais, envolvendo uma jovem de 22 anos, vítima de estupro. O caso foi marcado por diferentes violências, descaso e omissão diante do sofrimento da jovem mulher¹⁰.

A jovem estava alcoolizada em um pagode no Estádio Mineirão, juntamente com um amigo. Ao final da festa, já na madrugada, mesmo notando a situação de vulnerabilidade da jovem, o amigo chamou um carro de aplicativo para deixá-la em casa – ignorando os inúmeros casos de violência sexual contra pessoas vulneráveis em corridas de aplicativo – e compartilhou a localização do veículo com o irmão da garota, que se encontrava dormindo no momento. Ao chegarem ao endereço, há diversas narrativas sobre o que aconteceu. Uma delas é que o motorista interfonou para a casa da jovem e não foi atendido; outra é que, ao ver a jovem inconsciente em seu carro, solicitou ajuda a outro homem que passava na rua para carregá-la e deixá-la – ainda inconsciente – na calçada. Destaco que a polícia, agentes de saúde, vizinhos ou qualquer tipo de rede de apoio ou ajuda não foi convocada pelo motorista nem pelo amigo da jovem. Menos de uma hora após ser deixada na calçada, outro homem, que trafegava no local, a pôs nas costas, andou três quilômetros com ela e a estuprou por quatro horas.

Apesar da angustiante linha do tempo do caso e mesmo a jovem estando inconsciente em todas as situações que antecederam ao estupro – como pegar o Uber e estar na calçada –, ela foi duramente criticada e responsabilizada pela violência da qual foi vítima! Comentários como “Se não sabe beber, não deve sair”, ou “Só assim pra cachaceira aprender” tiveram maior divulgação do que os comentários que a defendiam. Tudo isso ilustra, no mínimo, como a cobrança social para que as mulheres adotem uma

¹⁰ “Jovem é deixada na rua e depois é estuprada por homem em MG”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/video-jovem-e-deixada-na-rua-e-depois-e-estuprada-por-homem-em-mg>

conduta/postura é totalmente divergente daquela dirigida aos homens. Estes podem ingerir bebidas alcoólicas à vontade, além de ocuparem as ruas à noite, sem se preocuparem ou serem responsabilizados por qualquer tipo de agressão, caso fiquem inconscientes.

Outro ponto que se destacou foi a conduta do motorista de aplicativo. Ele tinha um leque de opções sobre como agir, para além de deixar uma jovem em estado de vulnerabilidade na calçada, sem qualquer tipo de auxílio ou notificação aos agentes de segurança ou de saúde. Assumiu a decisão mais imprudente e, mesmo assim, muitas pessoas defenderam sua abstenção de responsabilidade, argumentando que “Uber não é babá de gente bêbada”. Posicionamentos assim evidenciam o nível de falta de solidariedade e de responsabilidade das pessoas na atualidade. De fato, pode não haver um código de ética ou um protocolo específico para o motorista de aplicativo nessas situações. Contudo, ter um mínimo de preocupação, empatia e cuidado com alguém que, indiscutivelmente, necessitava de ajuda, não seria aí essencial?

Aqui, novamente, destaca-se o que mencionei sobre as relações e atribuições de gênero e expectativas sociais no início do presente tópico. Enquanto, desde cedo, espera-se que as mulheres desenvolvam um senso de responsabilidade e cuidado com o outro—um cuidado que excede o físico e adentra o campo das relações intersubjetivas, como o cuidado com as palavras, o cuidado para não magoar as pessoas—este cuidado não é considerado necessário ou incentivado para o desenvolvimento das masculinidades. É o caso de questionarmos quais são as chances de uma amiga deixar a jovem entrar sozinha em um carro de aplicativo naquelas condições? Se a motorista fosse mulher, ela deixaria a jovem desacordada na calçada da rua às 03:00 hs da manhã? Se fosse uma mulher que passasse na rua no momento, não teria ela ajudado a motorista a encontrar uma solução responsável?

Segundo a pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”¹¹, realizada em 2021 pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2020 e 2021, 37,9% das brasileiras foram vítimas de algum tipo de assédio sexual, o que equivaleria a 26,5 milhões de mulheres. Destacando-se aí, entre os assédios mais frequentes, as cantadas ou comentários desrespeitosos nos espaços públicos (o que representa 31,9% das mulheres, ou seja, 22,3 milhões de vítimas em um ano).

De acordo com Graham (2021), o assédio sexual praticado pelo “homem comum”, ou seja, alguém que não possui traços psicóticos ou transtornos psicológicos, ocorre com tamanha recorrência na vida das mulheres que elas aprendem a considerar esse comportamento como normal ou inevitável, o que contribui para a subnotificação e denúncia dos casos, pois não reconhecem o evento como violência. A autora defende que o assédio sexual é visto como inofensivo publicamente, o que acoberta diferentes prejuízos e desconforto na vida das mulheres a longo prazo, como os de natureza psicológica.

Outro ponto a ser considerado ao refletirmos sobre a violência sexual e suas diferentes formas é a questão do consentimento. Ao pesquisarmos no dicionário o significado desta palavra, nos deparamos com as seguintes definições: “manifestação favorável a que (alguém) faça (algo); permissão, licença”. Todavia, como podemos interpretar o consentimento nas relações íntimas e pessoais? Principalmente no que se refere a situações em que o homem e a mulher não se encontram em posições equivalentes, mas sim em posições de subordinação? Podemos considerar que uma mulher que cede a uma relação sexual após muita insistência de seu parceiro, está

¹¹ “Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. 3º edição”. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3ed/

consentindo genuinamente? Permitir o ato da penetração, toque ou felação, se enquadraria em *consentir* com tais atos?

Em uma busca por diferenciar os atos sexuais, Bart (1983) propôs a definição de “sexo altruísta” e “sexo subserviente”. Segundo o autor, esta prática sexual estaria em oposição ao sexo consensual, sendo caracterizada por uma relação em que um dos envolvidos se submete por culpa, dever ou pena (“altruísta”). Já o sexo subserviente seria quando um dos indivíduos - comumente mulheres - se submete ao ato porque as consequências de não se submeter são consideradas piores do que as de ceder à prática sexual.

Logo, podemos interpretar que há uma onipresença da violência sexual em nossa cultura e que esta normaliza o estupro, assédio e outras formas de abuso contra as mulheres. Dessa forma, favorece-se a compreensão de que é aceitável, socialmente, que homens sejam violentos contra as mulheres, que o coito heterossexual contenha elementos observáveis em casos de estupro e que eventuais ataques contra as mulheres sejam atribuídos apenas à própria responsabilidade delas. Seja por masoquismo feminino ou por conduta inapropriada (Graham, 2021; Obando, 2022, Saffioti, 2015).

1.2 - Estupro e Assédio Sexual: O que diz a lei brasileira sobre a violência contra a mulher

“A vida começa quando a violência acaba” (Maria da Penha)

Em julho de 2022, a plataforma de streaming Netflix lançou uma série documental intitulada “O homem mais odiado da internet”, que retrata a história de um jovem adulto estadunidense, chamado Hunter Moore que, em 2010, fundou o site “*Is Anyone Up*” (Alguém está acordado?). No site, até 2014, ele compartilhava fotos e vídeos íntimos e informações pessoais de mulheres contra o seu expresso consentimento e, na maioria dos casos, conhecimento. Hunter Moore, além de lucrar e ganhar fama com as humilhações e exposições de diferentes mulheres dos Estados Unidos—visto que o site tinha acesso irrestrito e a possibilidade de os usuários interagirem em anonimato—, também ficou conhecido, na época, como o “rei do pornô de vingança”.

Apesar do documentário retratar um caso de outro país, penso ser relevante mencioná-lo como forma de iniciar a discussão sobre nossas leis, valores e cultura. O caso Hunter Moore¹², vale à pena ser trazido à discussão porque apesar de seu site famoso incentivar a violência contra as mulheres, prejudicando a saúde mental e física de inúmeras vítimas (em termos profissionais e pessoais), segundo o poder legislativo de seu país, o site não “infringia” nenhuma lei! Tendo isso em vista, é importante

¹² Hunter Moore foi condenado a uma pena de prisão de dois anos e seis meses, entre 2015 e 2017, não pelo ato de divulgar informações pessoais e íntimas de mulheres estadunidenses, ou por seu discurso claramente misógino, mas pela acusação de hackear as redes sociais de algumas vítimas para ter acesso ao conteúdo íntimo. Até o presente momento, o réu não expressou arrependimento sobre seus atos e respectivas consequências. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/hunter-moore-o-homem-mais-odiado-da-internet-e-preso-nos-estados-unidos/>

questionarmos e refletirmos sobre como são criadas e implementadas as leis na sociedade.

Afinal, são as leis universais? Se alguma ação não é considerada crime, isso isenta a violência que a abrange? Uma pessoa que é claramente prejudicada por outra não deveria receber amparo legal, mesmo quando tal ação não infrinja diretamente nenhuma lei já existente? O que fazer quando uma cultura marcada por diferentes fatores histórico-culturais impregnados de sexismo e relações desiguais de poder entre as pessoas transparece nas leis que regem a sociedade?

Conforme o Anuário de Segurança Pública de 2022¹³, houve um crescimento de 4,2% das denúncias de estupro de 2021 para 2022, totalizando 66.020 ocorrências registradas. Desse total, mais de 75% caracterizam-se como estupro de vulnerável. Infelizmente, também houve um aumento nos crimes de assédio sexual (6,6%) e de importunação sexual (17,8%) no período.

Todavia, é de conhecimento popular que o número de denúncias não reflete o número de condenações dos agentes da violência. São múltiplos os casos que ganham repercussão na mídia e que ilustram os impasses e a burocracia presentes nos processos legislativos. Por exemplo, temos o caso que ocorreu em 2018 e perdurou até meados de 2022 da jovem Mariana Ferrer¹⁴, que foi estuprada por um empresário em um clube em Florianópolis – SC. Apesar das provas apresentadas e da denúncia terem sido registradas na mesma noite do acontecimento, o agente da violência foi, por fim, inocentado. Tendo em vista a comoção do caso e das diferentes violências sofridas por Mariana durante a perícia e o processo legislativo—como o abuso de autoridade—

¹³ “Anuário de Segurança Pública de 2022”. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>

¹⁴ “Caso Mariana Ferrer”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Mariana_Ferrer

houve a criação da chamada “Lei Mariana Ferrer” ¹⁵(Lei Nº 14.245, de 22 de novembro de 2021) que acrescenta à Lei de Abuso de Autoridade o crime de violência institucional contra vítimas e testemunhas de infrações e crimes violentos.

Em vista da complexidade e amplitude dos casos de assédio, violência sexual e estupro no Brasil, torna-se importante discutirmos o que está na lei e qual é a história por trás das diferentes definições e entendimentos dos atos infracionais. Em seu livro intitulado “Homossexualidade, Prostituição e Estupro: Um estudo à luz da dignidade humana”, Estefam (2016) destaca alguns aspectos históricos que, de certa forma, se atualizam e ainda repercutem na compreensão do que é abuso sexual e de qual é a sua definição atual.

Segundo o autor, do ponto de vista etimológico, o termo ‘estupro’ se origina do latim *stuprum*, que significa desonra ou vergonha. Além disso, destaca que durante o Império Romano tal ato era considerado um delito patrimonial, ou seja, uma ofensa à propriedade feminina de seu dono ou “guardião”. Estefam (2016) afirma que

As mulheres, tanto na cultura grega quanto na romana, no período clássico, eram consideradas inferiores em direitos inclusive na esfera sexual. Essa graduação dependia, ainda, do nível social da vítima. Se escrava ou prostituta, pouco lhe restava a não ser se conformar com a violência; jamais lhe caberia demandar reparação; quando muito, se reconhecia o direito de agir em legítima defesa (p. 246).

É importante destacar que nesse período também havia uma distinção entre o estupro e o adultério que, resumidamente, se distinguiam um do outro a partir das características da vítima, mulher. Ou seja, se a vítima era uma mulher virgem, uma criança ou uma viúva, ou se era uma mulher casada. No último caso, o estupro era considerado adultério (Estefam, 2016). Em outras palavras, o que estava em xeque não

¹⁵ Acesso à lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14245.html

era o caráter da violência, mas quem era aquela mulher. Pereira e Rosostolato (2019), acrescentam que

A naturalização da masculinidade predatória, constituída por um desejo sexual instintivo e agressivo, justificado na própria “biologia masculina”, funciona também como justificativa para a prática de violência sexual, transportando para a vítima a culpa pela agressão (p. 220).

Sendo assim, tal compreensão favorecia, e ainda favorece, na atualidade, a culpabilização e o silenciamento da vítima do estupro, do assédio e de demais situações de violência sexual. Diferentes casos midiáticos ¹⁶ilustram a tendência da população a questionar as roupas, culpar a vítima por estar na rua à noite, por ter ingerido bebida alcoólica ou outras substâncias e, até mesmo, por estar casada ou não, como se tais características ou circunstâncias alterassem a natureza dos atos. Como se a violência sexual cometida contra as mulheres negras, durante o período colonial e de escravidão, não fosse estupro. Como, também, se uma trabalhadora do sexo, uma garota de minissaia que vai a uma festa, ou uma mulher casada, não pudessem ser abusadas sexualmente.

Segundo Maldonado-Torres (2007, p. 129), “*nós respiramos a colonialidade diariamente*”. Em outras palavras, o autor argumenta que apesar de, no Brasil e em outros países da América Latina, já ter se encerrado o período colonial, ainda prevalecem resquícios da colonialidade em nossas relações sociais. Tais relações se evidenciam em diferentes esferas, como nas relações de trabalho, na concepção de

¹⁶ No caso Mariana Ferrer, o advogado de defesa do réu, tentou descredibilizar a denúncia de estupro pela “beleza” da moça, levando em consideração as fotos postadas na rede social Instagram da vítima, nas quais ela usa biquíni e outras roupas “sexys”. Disponível em: “Caso Mariana Ferrer: o feitiço contra a feiticeira”. <https://vejario.abril.com.br/coluna/daniela-alvarenga/mariana-ferrer-a-beleza-para-culpar-a-vitima/>

Outro caso, de 2014, foi de um homem acusado de estuprar uma garota menor de idade apontada como “prostituta”, que foi absolvido. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/203934/homem-acusado-de-estuprar-menor-apontada-como-prostituta-e-absolvido>

teorias e do fazer científico de acordo com modelos europeus, nos padrões globalizados de beleza e, no caso que interessa à presente pesquisa, nas relações de poder e violência.

Em seu capítulo sobre a decolonialidade do ser, Maldonado-Torres (2007) discute que, a partir do contexto de colonização europeia nas Américas, novas identidades foram criadas: a categorização das pessoas como brancos (o colonizador), índios, negros e mestiços. Foi assim que algumas identidades foram vistas como superiores às outras, a depender do grau de humanidade atribuídos a cada categoria. Práticas de discriminação foram, pois, geradas, contribuindo para a perpetuação da desigualdade, violência e preconceito nas relações interpessoais. Algumas identidades eram—e ainda são, em certos contextos—consideradas como “menos humanas” ou “objetos” a serem usados pela identidade predominante, ou seja, pelo homem heterossexual branco.

Vejamos alguns exemplos. Com frequência, havia discursos e/ou indagações se os indígenas tinham alma ou não; a própria escravidão e exploração das pessoas negras decorriam do fato de estas serem consideradas menos “evoluídas” em comparação às pessoas brancas; outro exemplo consiste na tortuosa trajetória feminina para alcançar o direito ao voto, ao estudo em universidades, ao trabalho fora do ambiente doméstico, dentre outros.

Em resumo, é possível inferir que durante todo o período colonial a violência sexual cometida contra mulheres indígenas, negras e pardas não era considerada crime ou digna de defesa da vítima no âmbito da lei. No caso das mulheres brancas, a busca por amparo legislativo também passava por variados empecilhos, ou mesmo pela impossibilidade de defesa da vítima, principalmente quando o abuso sexual ocorria na esfera matrimonial (Del Priori, 2015; Maldonado-Torres, 2007).

De acordo com Estefam (2016), em caso de estupro dentro do matrimônio, ou seja, entre marido e esposa, as chances de denúncia e de justiça eram mínimas, em vista do casamento conferir ao esposo o direito de praticar relações sexuais com a esposa, mesmo contra o seu manifesto desinteresse ou consentimento. Esta prática era conhecida pela denominação de débito conjugal (*Debitum Conjugale*) ou “dever de coabitação”. O Papa Alexandre III decretou, inclusive, que uma mulher continuaria sujeita ao débito conjugal mesmo no caso de seu companheiro contrair lepra (Estefam, 2016). Ainda hoje, existem aqueles que sustentam o entendimento de que é dever da mulher saciar sexualmente os desejos de seu companheiro, mesmo contra a sua vontade.

A defesa do “dever sexual matrimonial” torna-se particularmente perigosa quando é assumida por profissionais e pessoas que detêm poder legislativo e/ou judicial. Foi o que aconteceu no caso do procurador da república de São Paulo, Anderson Santos¹⁷ que, em pleno ano de 2022 enviou mensagem a uma lista interna do Ministério Público Federal - MPF na qual afirmava ter a mulher uma obrigação sexual em relação ao seu parceiro de matrimônio.

Na mensagem, destacou-se o modo como o procurador justificou seu posicionamento, utilizando-se de passagens bíblicas. Em suas palavras, “*O marido pague à sua mulher o que lhe deve, e da mesma maneira a mulher ao marido (...) o progressismo nos convenceu que o cônjuge não tem qualquer obrigação sexual para com o seu parceiro, levando muitos à traição desnecessária, consumo de pornografia e ao divórcio*”. Por fim, Anderson Santos defendeu que a mulher que não cumpre com o

¹⁷ “Procurador que defendeu ‘obrigação sexual’ no casamento é alvo de representações no MPF”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/procurador-que-defendeu-obrigacao-sexual-no-casamento-e-alvo-de-representacoes-no-mpf/>

débito conjugal está sob pena de dissolução da união e perda de todos os benefícios patrimoniais.

Em outras palavras, o procurador expressa, em seu discurso, uma visão reducionista, misógina e objetificadora em relação às mulheres, por validar uma união e direitos apenas em decorrência de sua capacidade de aceitar e manter relações sexuais com o seu marido sempre que este assim o desejar, o qual, sob esta ótica, seria seu “detentor” ou “dono” por direito. Certamente este posicionamento favorece a perpetuação da violência sexual presente nos relacionamentos afetivo-românticos e se torna um sério obstáculo à denúncia de abusos e à prevenção da violência contra as mulheres. Vale questionar em quantos casos este senhor pode ter prejudicado, direta ou indiretamente, alguma mulher.

Apesar do transcorrer do tempo e do desenvolvimento das civilizações, a compreensão do que é estupro ainda se mostra excessivamente rigorosa com as vítimas, atribuindo-lhes parte da responsabilidade pelo ato sofrido, o que acarreta o risco de a pessoa ver sua acusação voltar contra si mesma, caso se considere que, de algum modo, a vítima não demonstrou resistência considerável ao agressor a fim de impedir o estupro (Estefam, 2016).

Mas o que seria resistir a uma violência? Quais são os parâmetros utilizados para se estabelecer se uma mulher demonstrou resistência a um estupro ou não? O que seria consentir com uma prática abusiva? Frequentemente, a presença ou não de consentimento é utilizada como referencial para se delimitar a ocorrência de uma violência sexual. Todavia, como apontado por Pereira e Rosostolato (2019), a própria definição de consentimento deve ser discutida, uma vez que está vinculada ao momento histórico, à cultura e à sociedade em questão, e até mesmo ao arcabouço teórico adotado. Também é importante fazermos menção ao próprio fato subjetivo, visto que

certo toque pode ser interpretado de múltiplas formas - dentre elas, algo invasivo ou sutil - a depender das pessoas envolvidas e de suas impressões.

A discussão em torno do consentimento e da resistência a uma experiência abusiva e violenta se mostra delicada e extremamente complexa, pois não engloba a diversidade de reações possíveis frente a uma situação de violência. Além disso, não considera os casos em que a mulher não reage como forma de evitar que a ação perdure por mais tempo ou a fim de resguardar a sua vida.

Existem situações em que a mulher acredita que “mereceu” tal acontecimento ou não detém conhecimentos ou capacidade de questionar ou reagir. Com isso, também se torna importante destacar que em parcela significativa dos casos de violência sexual, o meio de agressão utilizado contra a vítima é a ameaça, representando entre 48% e 50,9% para vítimas adultas e 36,3% e 37,9% para menores de idade. Isso contrapõe-se à afirmativa de que os estupros ocorrem somente mediante violência física (Cerqueira & Coelho, 2014).

De acordo com Estefam (2016), no Brasil, a criminalização do estupro foi obra das Ordenações do Reino (as quais compreendiam, sequencialmente, as ordenações Afonsinas, Manuelitas, e por fim, Filipinas). Neste documento, considerava-se vítima de estupro a mulher que provasse resistência ao ato e que não fosse casada com o agressor. Além disso, tal norma somente protegia e acolhia denúncias de mulheres virgens, religiosas, casadas (quando o agressor não fosse o marido) e viúvas honestas, considerando o papel social da vítima. Mas o que seria uma mulher “honesta”¹⁸?

¹⁸ A expressão “mulher honesta” foi retirada do Código Penal apenas em 2009 e seu uso/conhecimento é amplamente divulgado por diferentes operadores do direito como forma de desqualificar mulheres vítimas de violência. “Mulher honesta”: conheça a origem da expressão”. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/383866201/mulher-honesta-conheca-a-origem-da-expressao>

Segundo Domingues (2007), a expressão “mulher honesta” e “viúva honesta” foi utilizada no direito desde as Ordenações Filipinas (início da colonização do Brasil por Portugal) e se repetiu até o Código Penal de 1940¹⁹. Referia-se à mulher como “honesta” (sendo a mesma amparada pela lei em casos de violência sexual) quando esta seguisse os “bons costumes”. Ou seja, fosse recatada, se vestisse “apropriadamente” sem ofender os instintos “naturais” dos homens (Madureira, 2016) e não tivesse uma vida sexual ativa com diferentes homens, ou sem estar em um relacionamento estável.

Em outras palavras, podemos afirmar que uma mulher “honesta” seria a mulher que corresponde às expectativas e aos papéis sociais que lhe são atribuídos. Neste caso, tais papéis são acompanhados por códigos de conduta, valores e crenças que demonstram o que a sociedade espera de uma mulher em suas atitudes, prioridades, modo de pensar e de ser. São questões reproduzidas em casa, nas igrejas, escolas, nas mídias, que se reafirmam como normas de gênero (Pereira & Rosostolato, 2019; Segato, 2003; Timm, Pereira & Gontijo, 2011).

Logo, como “corrigir” (punir) uma mulher que não corresponde às expectativas? A violência se apresenta como mecanismo historicamente mais utilizado para esse fim. Basta lembrarmos do caso de estupro coletivo em Nova Déli, 2012, no qual uma estudante universitária de 23 anos foi espancada e estuprada violentamente em um ônibus por um grupo de homens. O documentário “Filha da Índia²⁰” e a Série “Crimes em Déli²¹” trouxeram, em seu conteúdo, diferentes falas e processos jurídicos legais após o acontecimento.

¹⁹ “Código Penal de 1940”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.html

²⁰ O Documentário Filha da Índia teve seu lançamento mundial em 2015, três anos após o acontecimento e foi dirigido por Leslee Udwin, uma cineasta, atriz, diretora, produtora e ativista de direitos humanos britânica.

²¹ A série Crimes em Déli é um crime-drama indiano, lançado em 2019 na plataforma Netflix e foi escrita e dirigida por Richie Mehla. Atualmente possui apenas uma temporada.

No caso indiano foram entrevistados advogados, juízes e os próprios criminosos que, em diferentes momentos, não enxergavam sua culpa no abuso e morte da jovem. Uma das falas que se destaca é a de um advogado que afirma que se uma filha sua andasse na rua a noite sozinha, seria uma desonra tão grande que ele mesmo iria pôr fogo em sua pele. Ele também culpou a mídia estadunidense de iludir as jovens indianas, as fazendo esquecer que a realidade da Índia é diferente dos países ocidentais. Afinal, uma mulher indiana decente não estaria na rua depois das 19h.

Retomando a discussão histórica de nosso país, com a vigência do Código Criminal do Império, que se iniciou em 1830, o estupro passou a se configurar como um crime contra a “segurança da honra”. Dessa forma, então, este delito adquiriu uma compreensão próxima à atual, correspondendo à prática de uma relação sexual forçada. Contudo, figuravam como vítima apenas mulheres cisgênero e, em casos restritos onde houvesse a introdução do pênis na vagina, em que o termo “abusar” se referia à conjunção carnal/ato sexual clássico (Hungria, 1959; Estefam, 2016). Como podemos observar a seguir,

Chama-se estupro o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. Por violência entende-se não só o emprego de força física como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psíquicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se como sejam o hipnotismo, o clorofórmio, o éter, e em geral os anestésicos e narcóticos (Código Penal de 1890, art. 269).²²

Desse modo, ainda não eram reconhecidos como abuso os diferentes tipos de violência sexual que acometiam mulheres e homens, e muitas vítimas se encontravam vulneráveis e sem amparo na lei. Tudo isso favoreceu com que a violência se perpetuasse nas relações em diferentes contextos, seja na rua, em casa, nas escolas ou

²² Código Penal de 1890, art. 269. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.html

nas igrejas. Após o Código Criminal do Império, foi desenvolvido o Código penal de 1940, o qual incluiu como crimes contra os costumes quatro delitos: o de estupro (art. 213), atentado violento ao pudor (art. 214), posse sexual mediante fraude (art. 215) e atentado ao pudor mediante fraude (art. 216) (Estefam, 2016).

Todavia, a definição de estupro e sua amplitude quanto ao acolhimento de diferentes denúncias e vítimas, permaneceu consideravelmente limitado. Inclusive, um absurdo que está presente no código é que este dispõe (art. 108, VIII) que o casamento da vítima com o agente extingua a punibilidade dos quatro delitos acima, além dos crimes de sedução e corrupção de menores, do rapto violento e do rapto consensual (Estefam, 2016).

Foi apenas com a Lei n. 12.015, de 2009²³ que se redefiniu o estupro e, a partir daí, passou a se constituir estupro o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ato libidinoso. Dessa forma, a conduta principal se tornou presente no ato de obrigar, forçar, compelir ou impor à vítima que realize determinado comportamento, ou a ele se sujeite, contra a sua vontade. Ou seja, hoje, a definição vai além da compreensão que a vítima da violência, tanto do gênero masculino quanto feminino, é compelida a ter conjunção carnal, não apenas restringindo o crime à introdução do pênis na vagina (coito vaginal) ou a praticar qualquer ato libidinoso.

Ainda assim, diferentes autores (Estefam, 2016; Hungria, 1959; Rosostolato, 2019; Pereira & Rosostolato, 2019) criticam que o nosso Código Penal é pouco elaborado e preciso no que se refere à definição, compreensão e delimitação da violência sexual e de suas especificidades, bem como à punição ao agressor. Estefam

²³ Acesso à lei em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.html

(2016) trouxe diferentes exemplos de outros países para ilustrar avanços em suas delimitações jurídicas, aspectos que não são contemplados no Brasil

Em Portugal, há os crimes de coação sexual (art. 163º) e violação (art. 164º). O primeiro compreende a realização, mediante violência, ameaça grave ou violência imprópria de “ato sexual de relevo” e o outro, prática forçada, nas mesmas condições, de cópula, coito anal ou oral (...) A Espanha, em seu código penal, estabelece um tipo básico de agressão sexual no art. 178, punindo a conduta do sujeito que viola a liberdade sexual alheia (...) Há, na sequência, um tipo “qualificado” denominado doutrinariamente de “violación” (art. 179), o qual encampa as agressões sexuais consistentes em acesso carnal forçado por via vaginal, anal ou bucal, ou a introdução de objetos em alguma das primeiras vias. (pp. 260 - 261).

Com isso, podemos concluir que, dentre as medidas cabíveis para reduzir ou amenizar os efeitos práticos dessa imprecisão em relação à violência sexual no campo jurídico, seria necessário estabelecer, seguindo os exemplos de outros países, uma definição de estupro mais ampla que abarque a realização de diferentes atos libidinosos, isto é, a introdução do pênis em outras partes do corpo, ou, ainda, de objetos, na cavidade vaginal, no anus ou a felação, como forma de dar o devido acolhimento e suporte para as vítimas (Estefam, 2016).

Por fim, é possível perceber que as formas de violência que se entrelaçam no cotidiano das agressões privadas-públicas na vida das mulheres brasileiras são diferentes. Agressões, estas, muitas vezes são tomadas como “imperceptíveis” devido ao processo histórico de naturalização, sendo consideradas hábitos socialmente aceitos e legitimados ou naturais (Timm et al., 2011).

Basta lembrarmos de que foi apenas recentemente, em 2018 - oito anos atrás -, que foi sancionada a Lei nº 13.718 ²⁴(também conhecida como Lei da Importunação Sexual), que alterou o Decreto-Lei nº 2.848 (Código Penal) para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, e tornou pública e incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável. Em outras palavras, foi apenas em 2018 que um toque de caráter libidinoso ou não consensual foi reconhecido como crime e passível de punição (1 a 5 anos de reclusão).

Apesar da criminalização jurídica da violência sexual contra a mulher, a ordem social preserva resquícios e influências dos antigos padrões de masculinidade e poder, visto que são os homens que ainda detêm o protagonismo no espaço público e a tomada de decisão nos processos jurídico-legais e criminais. Ou seja, a própria definição e compreensão do que é violência, sua penalidade, consequência e gravidade, perpassa por um olhar masculino.

Logo, torna-se necessário criarmos e ampliarmos os espaços de discussão e debate sobre o caráter sociopolítico de longa data que engloba o fenômeno da violência — em específico, a sexual — contra a mulher, a fim de que sirva como um instrumento de entendimento e de mudança de paradigma, para que a violência seja compreendida como pública, plural e de interesse da comunidade, e não como esfera apenas privada/exclusiva da vítima.

Outros tipos de violência decorrentes do abuso sexual em mulheres precisam ser, também, reinterpretados e enfrentados de modo mais justo e menos misógino. Ao revisarmos a história de nosso país, bem como sua legislação, podemos perceber como

²⁴ Lei Nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.html

os direitos das mulheres são frágeis. Estão constantemente postos em questão e reavaliações, além de que, de forma corriqueira, são deixados para “depois”, ou considerados menos importantes ou urgentes quando comparados aos destinados a outras pessoas. É o caso dos direitos dos homens, de embriões/fetos e, arrisco-me a afirmar, até mesmo de cachorros, visto que a violência contra os animais de estimação gera mais repúdio social do que a violência contra a mulher.

Essa desconsideração se evidencia, por exemplo, em casos de gravidez após um estupro e no caso da discussão gerada em torno do aborto legal. Recentemente, em 2022, foi colocado em pauta um projeto de lei (desenvolvido em 2007) na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher intitulado “Estatuto do Nascituro” (PL 478/07).²⁵ Este projeto de natureza questionável, visto que não se refere a uma conquista de direitos das mulheres, pode ser compreendido como um atraso, visando invalidar o direito ao aborto em casos de estupro, um crime hediondo.

Desse modo, o aborto, supostamente garantido em lei em casos de estupro e de risco de vida da mãe, torna-se algo a ser proibido e evitado em todos os casos. Nos casos de estupro, o projeto de lei em tramitação garante o direito à pensão alimentícia de um salário-mínimo até a criança completar 18 anos. Esta pensão seria paga pelo estuprador e, apenas em circunstâncias de não identificação, pelo Estado. Ou seja, o estuprador, não mais seria reconhecido como criminoso, mas, também como pai, teria todos os direitos assegurados como tal em relação à criança!

²⁵ “Projeto de lei PL 478/2007 e seus apensados”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345103>

2. Projeto torna aborto crime hediondo”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/98223-projeto-torna-aborto-crime-hediondo/>

3. “Defesa dos Direitos da Mulher - Aborto no Brasil - Em debate Estatuto do Nascituro - 14/12/2022”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lBeyZQO5-zM>

Projetos de lei como esses não só podem ser encarados como uma afronta à mulher e à sua saúde, como igualmente, não dirigem a mínima atenção e importância a ela ao desconsiderar as diferentes formas de violência que as mulheres irão sofrer após o abuso sexual. Uma legislação que defende o estuprador, e coloca os direitos de um feto, um cidadão ainda não nascido, à frente dos direitos da mulher, cuja existência gera menos debates e dúvidas quanto a de um embrião. É um projeto de lei que ignora, silencia ou não compreende que a gestação não planejada e desejada, fruto de um abuso sexual, é uma grave forma de violência. Não garantir à mulher a defesa de seus direitos, e um processo de denúncia criminal, também, se enquadram como grave violência do Estado dirigida à mulher.

Outro fato alarmante foi publicado em março de 2023: um estudo ²⁶publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revelou que o número estimado de casos de estupro no país por ano é de 822 mil, o equivalente a dois por minuto. Ou seja, basta pensarmos em quantas mulheres, anualmente, podem se tornar “vítimas” do Estatuto do Nascituro e vivenciar uma nova cadeia de violência e abusos.

O que é consentimento para a legislação brasileira?

Tendo em vista a discussão apresentada acima, é possível considerarmos que as leis de proteção à mulher contra a violência sexual ainda são precárias e marcadas por diferentes signos coloniais e religiosos - em específico, cristãos - que se atualizam ou não, em vista dos processos burocráticos e ausência de interesse do Poder Legislativo em alterá-las. Nesse processo, não podemos ignorar como o nosso país, legalmente,

²⁶ “Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados (Publicação preliminar)”. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=ec99b26f-c043-487a-9263-5ccf86f8dc0a>

compreende, interpreta e analisa o que é consentir ou não em relação a uma determinada prática sexual.

De acordo com Scarpati, Lins e Chakian (2024), a definição jurídica brasileira de consentimento não teve origem nas normativas sobre direitos e violências sexuais, mas sim nas regras sobre o uso da internet. Até então, as discussões concentravam-se apenas sobre a “idade do consentimento²⁷”, a qual é igualmente conhecida como “idade mínima para atividade sexual consentida” - atualmente reconhecida como 14 anos, mas, também punível quando envolve menores de 18 anos. A partir da legislação sobre a internet, “aproveitou-se” a compreensão de consentimento como:

Todo cidadão brasileiro tem que consentir para que as empresas que lidam com dados pessoais possam armazenar, circular ou vender dados. Esse consentimento, inclusive, precisa ser expresso, não pode ser presumido pelo silêncio e pode ser revogado a qualquer momento (Scarpati, Lins e Chakian, 2024, p.105)

Ou seja, apesar de ser exigido clareza com antecedência e/ou concomitância ao ato para averiguar implicações diretas nos crimes sexuais, não há tratamento expresso específico para o instituto do consentimento sexual. Dito de outro modo, entende-se por ‘consentimento’ o ato de permissão, por meio do qual as partes envolvidas em qualquer atividade acordam, mutuamente, a prática e o desenvolvimento da atividade em questão. Embora aparentemente compreensível, no campo das relações sexuais, a delimitação, ou não, do consentimento entre as partes pode se tornar bastante complexa (Leite, Lima & Camargo, 2020).

A partir disso, o debate sobre em que consiste o consentimento sexual, sobre como averiguar sua presença e garantir sua existência, finaliza por ficar a cargo de

²⁷ Artigo 213 e o artigo 217-A do Código Penal

discussões doutrinárias e da jurisprudência, ou seja, de um conjunto de decisões e interpretações das leis aplicadas aos casos.

Segundo a legislação brasileira, não se pode afirmar liberdade para consentir quando há o emprego de violência ou de grave ameaça para o ato, e a discordância está na base da modalidade de estupro. Entretanto, o direito brasileiro ainda se apresenta excessivamente apegado à ideia de materialidade, o que dificulta o reconhecimento de “marcas invisíveis” do abuso sexual, como, por exemplo, a recepção de laudos psicológicos como provas ou indícios. Tal materialidade revela um dilema quanto à comprovação da violência. Afinal, o que pode ser caracterizado como prova ou evidência?

Como mencionado anteriormente, a ameaça é um dos requisitos que distinguem um ato como consentido ou não. Mas como comprovar a presença ou ausência de ameaça, se, na maioria das vezes, ela é externada por palavras, gestos e/ou exibição de armas? Em outras palavras, não deixa uma “marca” para identificação posterior da agressão e, com isso, alimenta o entendimento de que só houve abuso se houve resistência - ou seja, se a mulher “lutou” e apresenta sinais de briga em seu corpo e no do agressor.

Nesse sentido, cabe mencionar que o posicionamento de Scarpati, Lins e Chakian (2024) e de Leite, Lima e Camargo (2020) consiste em questionar a efetividade do movimento “Não é não”, pois este predispõe a que todo ato sexual seja lícito, desde que uma das partes não manifeste desacordo com a prática. Em outras palavras, as autoras relatam que tal prerrogativa pressupõe a ideia de que o “sim” “já está lá”, está presente no contexto e que é necessário manifestar o “não” para que o ato seja considerado como não consentido

Schulhofer (2016), ao observar a necessidade de uma comunicação verbal ou não verbal de uma das partes para permitir o ato sexual, considera que seria mais eficaz o movimento contrário: “Sim é sim”. Para o autor, essa troca consistiria na ideia de que todo ato sexual é, em primeiro plano, ilícito, a não ser que as partes expressem, afirmativamente, o consentimento com a sua prática. Dessa forma, o silêncio e/ou comportamento interpretado como passivo do sujeito não denotaria consentimento.

Leite, Lima e Camargo (2020, p. 201) pontuam que

O ponto de distinção dos modelos em questão é a forma de reconstrução da comunicação e do contexto da relação sexual. O modelo “não é não” adota a percepção de que, caso exista, por alguma das partes envolvidas no ato sexual, manifesta discordância – seja ela expressa ou tácita –, há de se respeitar sua escolha. Caso a outra parte não acate a discordância e prossiga com a ação, considera-se praticado o crime de estupro, independentemente da existência de resistência por parte da vítima. Por outro lado, o modelo segundo o qual “apenas sim significa sim” designa que qualquer conduta realizada sem a anuência expressa da pessoa já representa por si só uma ofensa à sua autodeterminação sexual.

No capítulo a seguir, darei continuidade ao destaque e à discussão sobre as raízes históricas e culturais da violência sexual, as quais têm implicado não apenas na legislação sobre o tema, como também nas práticas e valores culturais que impregnam a vida em sociedade.

CAPÍTULO 2

Raízes Culturais da Violência Sexual

“Todas as culturas deixam a sua marca no corpo humano: através de estilos de roupa, cabelo, e acessórios, através da mutilação física e de gestos, eles imitam diferenças comparáveis às que podem existir entre as raças e, ao favorecer certos tipos físicos, estabilizam e talvez até os difundem”(Claude Lévi-Strauss, 1985, p. 17)

Na psicologia, não há consenso sobre a definição do que deve ser considerado violência, tendo em vista as diferentes interpretações e perspectivas deste fenômeno adotadas pela corrente teórica que se dispõe a estudá-lo. Considerando a existência das zonas cinza, há ainda menos consenso sobre a violência sexual, que, apesar de ser considerada um abuso, nem sempre permite uma conclusão clara quanto ao seu conteúdo repreensível ou criminoso. Assim, neste capítulo, buscarei apresentar diferentes estudos realizados no âmbito da psicologia e de outras ciências humanas relacionados a temáticas que articulam violência sexual, cultura e processos intersubjetivos.

2.1 Violência Sexual contra as Mulheres

De acordo com o Atlas da Violência (2018), a violência se apresenta e é vivenciada de forma diferenciada e particular para homens e mulheres, pois enquanto a violência exercida com o gênero masculino ocorre majoritariamente nas ruas - espaços públicos - e é praticada por outro homem, ou seja, alguém do mesmo gênero, a mulher é vítima de violência masculina, por uma pessoa de outro gênero e dentro de casa - espaço

privado - em que os agressores geralmente são (ou foram) alguém que tinha algum tipo de vínculo afetivo, tal como namorado, marido, filho, pai e/ou companheiro.

Apesar de, estatisticamente, grande parte da violência exercida sobre mulheres ocorrer em esfera privada, fora do olhar e conhecimento públicos, devemos mencionar que também é comum a violência exercida em espaços abertos. Assim, existem inúmeras formas de violência - algumas mais sutis que outras - contra a mulher, fruto da menos valia e desigualdade social entre os gêneros, dentre elas se destacando o assédio moral, psicológico e sexual, a importunação sexual, o estupro e o feminicídio.

Na presente pesquisa, selecionei o estupro ou abuso sexual como tema a ser aprofundado dentre as demais formas de violência, em virtude de sua natureza de extrema agressividade e de não ser sempre tão claramente definida. Apesar de, como discutido anteriormente, existirem casos em que o reconhecimento da violência sexual seja unânime, o abuso sexual nem sempre ocorre de forma clara e objetiva, o que precisa ser investigado e cuidadosamente analisado, especialmente no que diz respeito à presença frequente de ambiguidades quanto à existência ou não de consentimento por parte da mulher. Há diferentes desculpas e justificativas sociais que buscam “explicar” ou diminuir a gravidade e a compreensão do ato cometido, o que contribui para o que denomino aqui de “zona cinza”, em termos de interpretação do ocorrido. Ou seja, existem situações extremamente delicadas e sutis, em que os sinais de consentimento e/ou de agressividade podem não ser interpretados do modo mais adequado.

2.2 - O Estupro e Abuso Sexual

Em seu livro intitulado *Trauma and Recovery* (Trauma e Recuperação), Herman (2015) discorreu sobre as consequências da violência em suas diferentes facetas: desde a

violência doméstica até o terrorismo político, com base em sua experiência de colaboração em um projeto com vítimas do programa de violência no Departamento de Psiquiatria do Hospital de Cambridge (EUA). Seu livro é considerado uma referência para os estudos sobre os/as “sobreviventes” de uma experiência traumática, por reconhecer a experiência individual dessas pessoas a partir de uma compreensão política, afirmando que só é possível entender o trauma psicológico na perspectiva do contexto social em que ocorreu.

Segundo Herman (2015), entre as vítimas de algum tipo de violência há um conflito entre a vontade de negar eventos horríveis e o desejo de expô-los, na busca por justiça ou reparação, sendo esta a dialética central do trauma psicológico. É possível reconhecer essa espécie de paradoxo ou contradição em vítimas de abuso sexual, em que é comum a subnotificação de denúncias de estupro, seja em vista da dificuldade da vítima em reconhecer a experiência vivida como violência, seja por medo de se expor socialmente ou juridicamente sobre o caso²⁸. Entretanto, é apenas quando a “verdade” da vítima, ou seja, sua exposição em relação à violência cometida, é reconhecida é que ela (sobrevivente) consegue dar início ao processo de recuperação.

Com isso, a narrativa dos acontecimentos não deve ser percebida apenas como um discurso, um relato verbal, mas também como a manifestação do sintoma e como

²⁸ O que é evidenciado nas estatísticas brasileiras sobre subnotificação da violência sexual. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), em 2022 estima-se que apenas 10 em cada 100 casos de vulnerabilidade e coação foram denunciados, representando, com isso, apenas 10% dos casos.

“Apenas 10% dos casos de violência sexual são denunciados no Brasil, diz ministério”. Disponível em: <https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/apenas-10-dos-casos-de-viol%C3%A2ncia-sexual-infantil-s%C3%A3o-denunciados-no-brasil-diz-minist%C3%A9rio-1.823962>

“Violência infantil: cerca de 80% dos casos acontecem no ambiente familiar”. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/50688_violencia-infantil-cerca-de-80-dos-casos-acontecem-no-ambiente-familiar.html

“Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - MDH”. Disponível em: <https://portal.datransparencia.gov.br/orgaos-superiores/81000?ano=2022>

parte de seu tratamento, sendo comum a alternância das vítimas entre se sentirem entorpecidas e reviverem o evento traumático. A dialética do trauma dá origem a complicadas, por vezes estranhas, alternâncias de consciência e percepção, como a dissociação.

Isso ocorre ou é vivenciado não apenas pelas próprias vítimas, mas também pelas testemunhas desses eventos. Ao relatar a vivência ou o testemunho de uma violência, as dificuldades subjetivas encontradas pelas pessoas para se manifestarem sobre o ocorrido são diferentes. Dentre elas, destacam-se as próprias limitações da linguagem, ou seja, desenvolver um relato mais objetivo e fiel do caso, como acessar as lembranças de modo completo, fato considerado de extrema dificuldade diante de uma situação de estresse e medo (Herman, 2015).

Segundo a autora, há uma dificuldade/resistência das pessoas em simpatizar com a vítima de um evento traumático causado por ações humanas, pois as testemunhas são pegas em conflito entre a vítima e seu perpetrador, o que dificulta a adoção de um posicionamento mais objetivo por parte delas. Herman (2015) relata que, em muitos casos, defender a perspectiva do perpetrador da violência é mais cômodo porque

Tudo o que o perpetrador pede é que o espectador não faça nada. Ele apela ao desejo universal de ver, ouvir e não falar mal. A vítima, ao contrário, pede ao espectador que compartilhe o peso da dor (...) A fim de escapar da responsabilidade de seus crimes, o perpetrador faz de tudo em seu poder para promover o esquecimento. Segredo e silêncio são suas maiores defesas. Se o segredo falha, o perpetrador ataca a credibilidade da vítima. Se ele não pode silenciá-la por absoluto, se certifica de que ninguém a escute (pp. 7-8).

Outro fator que favorece essa resistência em apoiar uma vítima de violência é apontado por Carli et al. (1989, em Myers, 2014) em sua pesquisa acerca do “fenômeno do mundo justo”. Este consiste na crença de que o bem é recompensado e o mal,

punido, e as autoras avaliam como este fenômeno afeta as vítimas de abusos sexuais, como o estupro.

Na pesquisa em questão, foi solicitado que pessoas lessem descrições detalhadas das interações entre um homem e uma mulher em dois cenários diferentes. Um cenário em que o desfecho não envolvia violência sexual: uma mulher e seu chefe se encontram para jantar e vão para a casa dele, cada um toma um copo de vinho e, no sofá, ele a pede em casamento. E, no outro cenário, a história terminava com o estupro da mulher: em vez de pedi-la em casamento, o chefe se torna violento, a empurra para o sofá e a estupra.

Acerca do último cenário, os participantes compreenderam o abuso sexual como inevitável e culpabilizaram a mulher em virtude de seu comportamento “provocativo”. Ou seja, uma parcela considerável das pessoas que acreditam na premissa do “mundo justo” acredita que as vítimas de estupro tiveram um papel essencial para que a violência tenha ocorrido. Isto se relaciona com o que Bourdieu discute sobre a dominação masculina (2019, p.17):

Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação.

De acordo com Madureira (2016) e Machado (2019), historicamente, é possível perceber uma tendência de culpabilização e responsabilização das mulheres acerca das diferentes violências de que são vítimas, devido à sua suposta “natureza sedutora”, que desorienta os homens. Isso ocorre em vista dos significados culturais arcaicos associados à feminilidade, que incluem a ideia de que, ainda no século XXI, as

mulheres são consideradas perigosas e, por isso, devem ser controladas para não dar vazão a esse potencial “desencaminhador” de homens. Ideia socialmente estimulada que produz uma infantilização dos homens, pois estes não teriam controle sobre o próprio corpo, afetos e comportamentos.

Utilizo o termo infantilização, pois comumente os discursos sociais se baseiam em estereótipos de gênero, ancorados no sexismo, que reforçam a concepção de que os homens possuem uma “natureza” indomável e que não é possível controlar ou segurar seus “instintos naturais”, frequentemente vinculados à atividade sexual. Dessa forma, o abuso sexual nunca seria culpa do agressor (do gênero masculino), pois este seria considerado a verdadeira vítima de seus “impulsos incontroláveis” e, portanto, não conseguiria perceber sua responsabilidade pelas práticas sexuais abusivas. O errado não seria o homem, mas a mulher que andava após o sol ter se posto, ou que estava sozinha aguardando o Uber. Estando de saia ou de calça, sendo simpática ou reclusa, dia ou noite, inverno ou verão, é sempre a mulher a responsável por desencadear o acontecimento violento (Obando, 2022).

Assim, pode-se afirmar que os processos de repressão, dissociação e negação associados às experiências de violência sexual são fenômenos de consciência tanto individual quanto social. Para ilustrar esta afirmativa, Herman (2015) discute que, no século passado, três formas de problemas psicológicos vieram à tona na consciência social/pública. Dentre as três, destaco a *histeria*, a *violência sexual* e a *violência doméstica*.

No caso da histeria, diferentes autores (Herman, 2015; Roudinesco, 2022; Xavier & Ferrante, 2019) compreendem que, sob a influência de Freud, médicos, psicólogos e demais profissionais da saúde acreditavam que a histeria era uma doença exclusiva das mulheres, devido à sua origem associada ao útero. Desse modo, foi

necessário, para o estudo da histeria, escutar e analisar a emotividade e sexualidade femininas, ou seja, era preciso ouvir o que era reprimido socialmente pelas mulheres.

Foi somente com o movimento de libertação das mulheres na década de 1970 que se reconheceu que os distúrbios pós-traumáticos mais comuns não são os de homens na guerra, mas os experienciados por mulheres na vida civil. Antes desse movimento, as experiências das mulheres eram consideradas apenas na esfera privada.

Assim, falar sobre experiências de caráter sexual ou de relações íntimas, sejam estas da esfera doméstica ou não, era visto como uma vergonha, uma situação humilhante em que as mulheres eram ridicularizadas e descredibilizadas. Com isso, parcela significativa de mulheres permaneciam (e ainda permanecem) em silêncio pelo medo e vergonha de relatar os abusos sexuais sofridos, o que contribuiu para a sua manutenção (Herman, 2015).

Todavia, há outros aspectos que também favorecem a persistência de casos de violência sexual nas relações entre homens e mulheres. Por exemplo, vê-se isso na forma como homens e mulheres, bem como a sexualidade humana, são representados socialmente em relação à violência de gênero. Grigodiaris (2017, p. 85) afirma que

Uma cultura de estupro é aquela em que os mitos acerca do estupro – por exemplo, de que a roupa de uma mulher ou o uso do álcool causou o seu estupro – dominam. Ninguém questiona as atitudes culturais prevalentes em que encaixam a vítima: a culpando por seus motivos ou histórico sexual; banalizando o assédio sexual porque se ela já fez sexo antes, qual o problema de mais um pênis; assumindo que mulheres mentem sobre estupro; tolerando programas televisivos e músicas em que a posição de uma mulher é apresentada como “não significa sim”. E assim, a agressão sexual praticada por homens se torna incontestável.

Segundo Brownmiller (1993), desde tempos pré-históricos até o presente, o estupro tem exercido uma função crítica como instrumento desencadeador do medo. Em

outras palavras, tratar-se-ia de um processo consciente de intimidação pelo qual os homens mantêm as mulheres em estado de alerta e medo diante da possibilidade de violência sexual. Ainda de acordo com a autora, a descoberta da genitália masculina como arma de ameaça à integridade do/a outro/a deve figurar como uma descoberta histórica tão importante quanto o uso do fogo e do primeiro machado de pedra bruta (Brownmiller, 1993).

Não é mero acaso que o estupro atue como uma ferramenta ordinária de submissão e desumanização de um povo em contextos de guerra e conflito entre diferentes sociedades. Podemos considerar que tal fato ocorre consoante à emergência das relações de poder discutidas por Valsiner (2021), em que pessoas similares desenvolvem uma relação assimétrica entre elas, e assim, surge um pensamento similar a: “Eu sou eu e você é você, eu não sou apenas diferente de você, mas também superior a você (p. 129)”. Dessa maneira, por um se considerar ou ser considerado melhor que o outro, afirma-se o direito de punir e de subalternizar o outro.

Igualmente, durante os conflitos de guerra de conquista, ocorre o estupro de guerra, que surge como uma forma de apropriar-se do caráter reprodutivo de determinado grupo. Neste caso, ao estuprar a mulher de outra nação, o oponente estaria, de certa forma, "dizimando" esse povo ao viabilizar que as mulheres engravidem e produzam descendentes do povo dominante. Isso pode ser ilustrado no período colonial do Brasil, em que o estupro de mulheres negras e indígenas também tinham a função de branquear/limpar etnicamente a população (Del Priori, 2011; Vainfas, 2011). Desse modo, a domesticação da mulher insubordinada (seja por pertencer ao grupo dominado, ou por não se comportar de modo socialmente esperado), representaria uma estratégia para a manutenção do controle do grupo dominante (Segato, 2003).

Apesar de o estupro ocorrer em situações de guerra e combate, também acontece com homens, como forma de atingir a virilidade e a masculinidade (Nahoum-Grappe, 2004). No entanto, a mulher é a principal vítima desta violência, por ser interpretada como um patrimônio. Ou seja, como extensão patrimonial dos homens de determinada nação. Assim, ao violar a mulher, também se estaria violando aquele homem que pertence à nação derrotada ou atacada por outra em situação de guerra (Segato, 2003). De acordo com Nahoum-Grappe (2004, p. 20-22),

Nesta cultura da virilidade agressiva, o estupro fere a honra e destrói o bem dos homens aos quais a vítima pertence pelo “sangue” ou pela aliança, ferida masculina que uma vingança poderá reparar, enquanto a mulher violada fica irremediavelmente desonrada na sua identidade de gênero (...) Como se as mulheres do inimigo vencido pertencessem ao novo vencedor, de fato é quase como de direito; ora, a propriedade, no que diz respeito a uma mulher, é implicitamente vista como sexual.

Com o decorrer do tempo, na sociedade brasileira contemporânea, o estupro passou a ser compreendido como um delito – como observado no capítulo anterior sobre a legislação brasileira. Todavia, inicialmente, ele não era interpretado como um delito contra a mulher, mas contra os bons costumes. Foi à medida que os estudos do movimento feminista avançavam no continente norte-americano que as investigações relacionadas à exploração sexual e ao estupro foram se aprofundando em suas relações e complexidade.

A questão do trauma psicológico

Trabalhos e estudos vêm sendo feitos não apenas sobre o estupro de rua, cometido por desconhecidos, mas também sobre o abuso sexual por uma pessoa

próxima ou conhecida, em um encontro amoroso, ou dentro do matrimônio. E foi assim que, progressivamente, as pesquisas feministas ampliaram a compreensão da violência contra a mulher, incluindo outras formas de coerção e abusos na esfera privada, chegando à conclusão de que a condição subordinada das mulheres é mantida e reforçada pela violência oculta dos homens em suas interações com elas (Herman, 2015).

Em relação ao trauma psicológico decorrente do abuso sexual (e de outras formas de violência), comumente associado ao transtorno de estresse pós-traumático (PTSD), Herman (2015) afirma que tais ocorrências sobrecarregam a pessoa e afetam diretamente sua sensação de controle, conexão e construção de significado. Logo, a gravidade dos eventos traumáticos não pode ser medida em apenas uma dimensão e sua quantificação seria uma forma simplista de compreender o trauma.

Eventos traumáticos rompem com os laços, redes de significados e de afeto das relações da pessoa com a família e a comunidade, tanto quanto afetam intimamente o modo como ela dá sentido a suas experiências, vivências e existência. De acordo com Herman (2015), as situações traumáticas destroem (reorganizam fortemente) as suposições fundamentais da vítima sobre a segurança do mundo e de si mesma.

Além disso, segundo a autora, tentativas de enfrentamento ao abuso podem incluir reviver o momento do trauma, não apenas no âmbito intrapsicológico—como em sonhos e pensamentos recorrentes—, mas também em ações e reencenações—como ocorre no caso das brincadeiras de crianças. Algumas encenações, porém, podem ser consideradas perigosas ao expor a pessoa novamente a uma situação de vulnerabilidade; mas também podem possuir um caráter adaptativo, ao contribuir para a fantasia ou a execução de um final alternativo à situação de violência (Herman, 2015).

Vale destacar que a Associação Americana de Psiquiatria (APA) incluiu essa modalidade de transtorno apenas em 1980. Entretanto, em sua descrição, a APA configurava o transtorno como oriundo de uma experiência inusual, o que atualmente é considerado uma descrição imprecisa, tendo em vista que o estupro e outras formas de violência sexual e doméstica são (infelizmente) experiências relativamente comuns na vida das mulheres. Não é possível, assim, considerar tais eventos como estranhos ou incomuns (Herman, 2015). Basta lembrarmos as estatísticas brasileiras do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022.²⁹ Parcela significativa das mulheres brasileiras já viu, imaginou, sonhou, vivenciou ou ouviu falar sobre algum abuso sexual.

A socialização feminina e a dominância masculina

Segundo Herman (2015), há fatores culturais presentes na socialização feminina que podem contribuir para o elevado número de vítimas de estupro e violência sexual no Ocidente. A autora destaca que a socialização tradicional, voltada ao público feminino, não estimula as meninas a reconhecer fatores e indicadores de perigo e a desenvolver estratégias de proteção. Isso dificulta o reconhecimento de sinais de hostilidade masculina em relação a elas, levando-as a acreditar que as relações entre os gêneros são mais benignas do que de fato são.

Desse modo, para além da percepção social de atribuição de culpa e responsabilidade à mulher frente à violência que a acomete, a vítima pode se sentir culpada por uma tentativa de extrair alguma lição “útil” do ocorrido, como que para evitar a sensação de fragilidade e desamparo e recuperar algum senso de poder e

²⁹ “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

controle sobre o seu corpo e sua vida (Herman, 2015). Para Nahoum-Grappe (2004), o estupro teria como principal efeito a violação da dignidade feminina. Em suas palavras,

O estupro da mulher constitui não apenas uma agressão moral e física, o estrago de um bem que pertence aos homens da família, mas também um assassinato da identidade específica que transforma definitivamente a mulher (...) o estupro é então o menos condenável dos crimes masculinos, e ele constitui, ao mesmo tempo, o mais eficaz dos assassinatos de identidade do feminino (...) e devem ser vinculados muito mais à impunidade do que às “pulsões sexuais” (pp. 23-28).

Afetar a integridade da mulher, mesmo quando esse não é o objetivo direto do abuso sexual, constitui uma de suas principais consequências. De acordo com Graham (2021) e Zanello (2018), a atribuição de superioridade ao pênis — veículo principal pelo qual se estabelece a dominância do pênis sobre a vagina — pode ser observada de diferentes e variadas formas em sociedades fálicas como a nossa. Seja na arquitetura, nas artes, ou até mesmo nas intervenções urbanas (por exemplo, performances, grafites, pichações e manifestações em ambientes públicos), vários signos culturais atuam como um recorrente lembrete das relações de poder e da demarcação de posicionamentos da ordem masculina. Isto pode ser ilustrado nas seguintes pichações de rua:



Figura 1 - Pichações fálicas nos murais em homenagem à Marília Mendonça e Marielle Franco.

CAPÍTULO 3

Corpo, Gênero e Sexualidade: o Papel do Afeto e da Cultura

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados (Preciado, 2014, p.26)

Em 1974, Marina Abramović, artista performática sérvia, realizou no Studio Morra, na cidade de Nápoles, Itália, uma performance de oito horas de duração—entre 18:00 e 02:00—denominada *Ritmo 0 (Rhythm 0)*³⁰. Tal trabalho consistiu na quinta e última performance da série *Ritmos*, na qual a artista, desafiando o corpo e mente, buscou compreender as ações humanas frente ao poder de agir sobre outra pessoa, sem que ela ou qualquer outra pessoa interviesse.

Como materiais e instrumentos, Marina disponibilizou à sua frente, uma mesa com 72 objetos de diferentes naturezas e finalidades. Dentre eles, perfume, rosa, correntes, tesoura, lâminas, vinho e uma pistola carregada. As instruções para o público participar da performance, foram: “*Há 72 objetos na mesa que se pode usar em mim como quiser. Performance. Eu sou o objeto. Durante esse período eu me responsabilizo totalmente*” (Abramović, 1974³¹).

³⁰ “Obra de arte da semana: Performance ‘Ritmo 0’ de Marina Abramović”. Disponível em: <https://artrianon.com/2017/10/10/obra-de-arte-da-semana-performance-ritmo-0-de-marina-abramovic/>.
³¹ “Ritmo 0”: Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ritmo_0

³¹ 1. “Marina Abramovic on performing ‘Rhythm 0’ (1974)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xTBkbseXfOQ>
 2. Flávia Dourado, “As múltiplas facetas da arte performativa de Marina Abramovic” in *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. <http://www.iea.usp.br/noticias/marina-abramovic>

Creio que essa performance é necessária para a abertura do presente capítulo, devido à maneira como o projeto da artista Marina Abramović se desenvolveu. Como observado em diferentes filmagens, relatos e críticas de seu trabalho, apesar de as pessoas começarem a performance timidamente, com pouca interação e optando por mexer nos braços e no corpo, com toques suaves, como se a artista fosse uma “boneca imóvel”, no decorrer do tempo, as ações do público se tornaram violentas. Algumas pessoas presentes fizeram pequenos cortes em seu corpo, chuparam seu pescoço, espetaram seu abdome com os espinhos da rosa e colocaram um revólver armado em sua mão com o seu próprio dedo no gatilho.

A artista, que iniciou a performance vestida, a finalizou com os seios à mostra, visivelmente impactada pelas ações e escolhas do público—ao final da obra, foi perceptível ver seus olhos lacrimejando, apesar do empenho em não apresentar reações físicas e emocionais à experiência. Quando, finalmente, encerradas as oito horas de performance, Marina Abramović voltou a se movimentar voluntariamente e parcela considerável das pessoas presentes foi embora evitando contato visual com a performista.



Figura 2 - *Performance Rhythm 0*, 1974.

Apesar dessa performance ter ocorrido há aproximadamente 50 anos atrás, podemos associá-la à discussão desenvolvida por Butler (2018) em seu livro *‘Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?’*, em que a autora problematiza e argumenta sobre quais vidas são socialmente interpretadas como importantes, justificadas e/ou legitimadas (homens, brancos, heterossexuais, nativos de nações vistas de primeiro mundo etc.), e quais são passíveis de violência, ódio e menosprezo (mulheres, negros, latinos, população LGBTQIAPN+ etc.). Desta maneira, também é importante acrescentar à nossa análise do tópico a ser investigado na presente pesquisa a perspectiva corpórea, questionando-se, com isso, quais corpos podem/devem sofrer violência, são passíveis de dominação e de assédio e quais são “encarregados” de praticar a violência e de dominar o outro.

Como mencionado anteriormente, segundo Madureira, Holanda, Paula & Fonseca (2021), a nossa interpretação do corpo ocorre a partir de categorias culturalmente construídas. Nas palavras de Louro (2004, p. 76):

É um engano supor que o modo como pensamos o corpo, e a forma como, a partir de sua materialidade, ‘deduzimos’ identidades de gênero e sexuais seja generalizável para qualquer cultura, para qualquer tempo e lugar (...) precisamos nos dar conta de que os corpos vêm sendo ‘lidos’ ou compreendidos de formas distintas em diferentes culturas, de que o modo como a distinção masculino/feminino vem sendo entendida diverge e se modifica histórica e culturalmente.

Tendo isso em vista, compreende-se que a materialidade do corpo só toma forma ao se anunciar o sexo biológico do bebê (por vezes, antes mesmo de nascer). É possível perceber que, desde a infância, há a seleção do que é socialmente permitido e “característico” de mulheres e de homens (Madureira, Holanda, Paula & Fonseca, 2021; Obando, 2022). Basta, a título de exemplo, pensarmos quais ferramentas e instrumentos

a sociedade utiliza para diferenciar o corpo de um bebê considerado do sexo feminino e masculino, e, também, quais os valores e crenças que são direcionados a cada um.

A partir dessa marcação simbólica da cultura sobre o corpo do indivíduo, cria-se um universo de significados e expectativas sociais para aquele corpo que será, então, interpretado e construído como sendo de um homem ou de uma mulher. Assim, são produzidas as masculinidades e as feminilidades por meio de brinquedos, uso de cores, nomes, discursos, vestimentas, ideais etc., antes mesmo do corpo vir ao mundo (Bento, 2008; Madureira, 2012).

É através desse processo que são demarcadas as fronteiras simbólicas (Madureira, 2007a, 2012) que irão orientar e regular os modos de ser, de se comportar, de pensar e sentir, do indivíduo, costumeiramente, a favor do desenvolvimento de um sexismo nas relações intersubjetivas do cotidiano. Como afirmado por Zanello (2018, 2023), apesar de todas as críticas ao binarismo de gênero, a nossa cultura permanece intimamente binária em seus processos relacionais e, por isso, torna-se essencial compreendermos os efeitos desse sistema binário sobre os processos de socialização, isto é, sobre os comportamentos, interpretações, afetos e emoções das pessoas.

Assim, podemos afirmar que gênero e sexualidade, longe de surgirem espontaneamente do corpo de cada recém-nascido, na verdade, se inscrevem ou se configuram por meio de constantes operações de repetição e recitação de códigos (masculinos e femininos) socialmente investidos como naturais (Haraway, 1995, 2000; Preciado, 2014).

Donna Haraway (1995) argumenta que o que se entende por natureza humana tem origem nas constantes negociações de fronteiras entre humanos e animais, entre corpo e máquina, entre sujeito e cultura. As performances de gênero correspondem a

uma linguagem dotada de um poder histórico, orientada a legitimar um corpo como masculino ou feminino, punindo todos os corpos que desafiam o tradicional sistema binário de gênero. Para a autora, *a identidade sexual/de gênero é o efeito das práticas culturais sobre o corpo*, e não uma expressão pré-discursiva e instintiva da constituição física do sujeito.

Haraway (1995, 2000, 2023) propõe o conceito de “corpo ciborgue”, que pode ser traduzido como a forma como modificamos nosso corpo, resultando em um corpo ciborgue que quebra a dicotomia natureza x cultura. Assim, não há natureza pura (biologia) e nem tudo o que é humano é puramente cultural. A linguagem nos constitui ao mesmo tempo em que somos constituídos pelo afeto. Ela argumenta que os humanos constituem a linguagem em um processo infinito, ao qual acrescentamos o papel do corpo e da afetividade ao longo desse processo. A autora contesta a ideia de sermos essencialmente naturais e de que a tecnologia seja tida como algo separado e antinatural, pois, em seu entendimento, a tecnologia atua como uma extensão do natural e não há uma distinção clara entre o que é natural e o que é artificial.

Mais precisamente, em seu Manifesto Ciborgue, Haraway (2000, 2023), considera o “ciborgue” como uma realidade social — experiência vivida — da atualidade. Em outras palavras, anteriormente, o corpo ciborgue (um misto entre máquina/tecnologia e humano; criaturas que combinam elementos biológicos e tecnológicos) estava presente apenas em narrativas futuristas da ficção científica, mas, atualmente, diferentes discursos, como os de Judith Butler e Michel Foucault, já se orientam em direção ao entendimento de que a história humana se caracteriza por sua natureza híbrida (o uso de diferentes ferramentas desenvolvidas e/ou ressignificadas pelo ser humano para o seu benefício).

Podemos pensar, como exemplo, o uso/implementação de próteses penianas, de silicone, de membros superiores e inferiores, enxertos, aparelhos dentários, dentes de porcelana e óculos como tecnologias/alterações ciborgues.

Além disso, o ciborgue também se aplicaria às pessoas transsexuais, homossexuais, negras/pardas, obesas etc. por, igualmente, compreender que se trata de “ficções” que se acoplam a nós, ao nosso corpo, e ao modo como pensamos e enxergamos o outro/mundo. Ou seja, uma imagem compensada da imaginação e da realidade material, algo que está além da dita “natureza humana” tradicional (Haraway, 2000, 2023).

Em consonância com a interpretação de Haraway (1995) e Preciado (2014) sobre corpo e sexualidade, Gomes (2020) propõe que o sexo pode ser visto como uma produção discursiva que integra processos promovidos pela colonialidade ocidental. A autora elabora a noção de “*talking bodies*” (corpos falantes) como forma de romper com a ideia do corpo como uma tela em branco, uma natureza à qual o significado é impresso pela cultura.

Mais precisamente, segundo Gomes (2020), só temos acesso aos corpos como corpos sexuados, e o processo de atribuição do sexo e de criação do ideal de gênero é discursivo e ganha força no quadro da colonialidade. Assim, corpo e sexo devem ser entendidos para além de uma mera descrição da natureza ou da cultura, como uma leitura performativa.

Ela argumenta que o ato de fala dos ‘corpos falantes’ constantemente produz sentidos distintos dos pretendidos (o que, em nossa perspectiva, resulta do papel ativo do sujeito). Para a autora, a relação entre fala e corpo é, então, conturbada e

escandalosa, ao mesmo tempo consistente e incongruente. Em suma, os atos de fala dos ‘corpos falantes’ sempre produzem sentidos diferentes dos pretendidos (Gomes, 2020).

Logo, podemos inferir que o sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história humana como história da produção-reprodução sexual, em que certos códigos são naturalizados, outros permanecem elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados (Preciado, 2014).

Além disso, por se constituir como um texto socialmente construído, pode-se considerar a linguagem e o afeto—que pervadem o contexto histórico-cultural onde a pessoa vive—como aspectos de fundamental importância para a compreensão e interpretação dos diferentes corpos humanos. Nas palavras de Fanon (2008, p. 50): “Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura”.

Em outras palavras, a linguagem - sua expressão e comunicação – e os afetos (como sublinha a perspectiva cultural semiótica) geram campos afetivos semióticos que delimitam, por exemplo, quais os lugares que determinado corpo pode adentrar, se “encaixar” e como se deve relacionar/interagir com ele.

A respeito disso, Han (2022) complementa o pensamento de Fanon ao considerar que tanto a voz quanto o olhar são os meios pelos quais se define e se manifesta o outro. A esta altura, é muito importante ressaltar que todos os posicionamentos teóricos até aqui apresentados neste capítulo são totalmente compatíveis com a perspectiva da psicologia cultural adotada na tese. A ação dos processos de internalização e externalização estão sempre presentes quando são feitas referências a como as características da cultura, ao longo da história, têm canalizado a

experiência e a constituição dos sujeitos inseridos em seus contextos de desenvolvimento.

Para além de afirmar a posição e os lugares dos corpos frente ao mundo/sociedade, a cultura - através de seus dispositivos - também delimita quais corpos podem ser invadidos e quais são os que invadem. Quais exercem poder, quais podem ser violentados e aniquilados, o que foi nitidamente vivenciado e exposto na performance de Marina Abramović. De maneira semelhante, infelizmente, isto continua sendo experienciado por mulheres em acontecimentos cotidianos. A Figura 3 ³² ilustra diferentes situações vivenciadas por diferentes mulheres entre os anos de 1951 e 2021, em espaços públicos:

³² A imagem “1” retrata a fotografia “An American Girl in Italy” (1951) de Ruth Orkin - fotógrafa, foto-jornalista e cineasta estadunidense. No registro icônico original, vale-se ressaltar que a mulher fotografada (Jinx) está no centro da imagem com um total de quinze homens cercando-a na rua. Disponível em: <https://www.holdenluntz.com/magazine/new-arrivals/ruth-orkin-american-girl-in-italy/>
A imagem “2” se refere à modelo e filantropa, Gisele Bündchen, tendo a região das nádegas apalpada pelo então seu marido da época, Tom Brady, em local público em 2012. Devemos considerar que, facilmente, poderia ser o registro de uma mulher comum com o seu parceiro/colega/companheiro. Disponível em: <https://extra.globo.com/famosos/gisele-bundchen-flagrada-com-mao-boba-do-marido-4031386.html>

A imagem “3” ilustra o caso de uma ciclista que estava indo ao trabalho quando foi assediada, publicamente, por um desconhecido no estado de São Paulo em 2021.

Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/homem-passa-a-mao-em-ciclista-que-seguia-para-o-trabalho-em-sp-video>

A imagem “4” demonstra uma repórter que teve sua transmissão ao vivo interrompida por um torcedor do time de futebol Vasco, em 2018, o qual tentou beijá-la sem o seu consentimento em frente às câmeras.

Disponível em:

https://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/futebol/vasco/2018/03/14/noticia_vasco,462618/jornalista-sofre-assedio-de-torcedor-durante-entrevista-ao-vivo-em-tv.shtml



Figura 3 – Assédios à corpos lidos como públicos.

3.1 - A Voz do Corpo

Em relação às expressões e manifestações corporais em diálogo com a cultura, é importante destacarmos que nosso posicionamento se aproxima dos estudos de Mbembe (2018) que toma como base os ensaios de Foucault sobre necropolítica. Segundo o filósofo, o biopoder - base ideológica da necropolítica - exerce uma função divisória, separando os indivíduos e grupos sociais entre “os vivos” e “os mortos”. De forma mais precisa, a partir de uma censura biológica, as pessoas seriam associadas ou se inscrevem em diferentes grupos, dentre eles: os que devem/podem viver, possuem privilégios, controle e segurança; e os que devem/podem morrer, são considerados inferiores e controláveis. A priori, Mbembe (2018) estabelece sua discussão acerca da necropolítica e do biopoder voltado para o fenômeno do racismo. Todavia, seus apontamentos também são de possível associação às questões de gênero e sexualidade, tendo em vista

que estas questões igualmente são corporalmente inscritas. Em seu ensaio sobre o corpo utópico, Foucault (2013, p. 7-9), sublinha

Meu corpo é o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo (...) é nesta desprezível concha da minha cabeça, nesta gaiola de que não gosto, que será preciso mostrar-me e caminhar; é através dessa grade que será preciso falar, olhar, ser olhado; sob esta pele, deteriorar. Meu corpo é o lugar sem recurso ao qual estou condenado. Penso, afinal, que é contra ele e como que para apagá-lo que fizemos nascer todas as utopias (...) A utopia é um lugar fora de todos os lugares, mas um lugar onde eu teria um corpo sem corpo.

Em outras palavras, destaco, por fim, a necessidade e importância da *alteridade* nas incessantes construções e interpretações sobre os corpos, afetos, gêneros e sexualidades, bem como sobre os diferentes aspectos que pertencem ao campo da identidade. Conforme observado por Han (2022, p. 44): “Eu me toco, me percebo, porém, apenas por meio do toque do outro. O outro é constitutivo para a formação de um eu estável”. Com isso, devemos atentar não só a qualidade de nossas interações sociais, mas também às leituras que o outro social realiza sobre nós e em que medida estas podem ser consideradas saudáveis e respeitadas.

Como exercício, basta refletirmos. Se a performance *Rhythm 0* (descrito no início do capítulo) fosse feita por um artista do gênero masculino, ele teria sua blusa arrancada para evidenciar seu peito/abdome? Beijariam seu rosto e tocariam seu corpo com a mesma liberdade e violência que fizeram com Abramović? Além disso, quais corpos são associados ao trabalho, ao prazer e à produção? Ao pensarmos em uma profissional do sexo, um pedreiro, uma empregada doméstica e o CEO de uma grande empresa, como descreveríamos suas respectivas aparências? Ao imaginarmos um jovem negro repleto de tatuagens em seu corpo, o que diríamos sobre sua personalidade? E se fosse um jovem branco? Uma mulher tatuada?

Como veremos adiante, o corpo possui uma voz poderosa que, muitas vezes, é silenciada por fatores históricos e culturais. Na perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica, os signos por ele produzidos têm importância vital nos processos de comunicação e metacomunicação (ver capítulo 4). Daí a necessidade de destacar o papel do corpo— e a sua “voz” — nos processos de desenvolvimento e nas interações entre os seres humanos.

CAPÍTULO 4

Psicologia Cultural Semiótica: Cultura, Práticas, Valores e a Questão da Ambiguidade

“Os seres humanos adoram e se matam uns aos outros sob a égide de ideias inventadas, “verdades” e imperativos gerais. Eles sacrificam suas vidas a deuses, reis e governos. O Homo sapiens transformou-se numa espécie teatral.” (Valsiner, 2014, p. 11).

O tema proposto na presente pesquisa levanta a necessidade de uma reflexão teórica quanto à definição e compreensão do papel da cultura e do sujeito em sua interação contínua ao longo do desenvolvimento de ambos (Bruner, 1997). Na busca de elaborar uma definição sobre cultura, Valsiner (2012), considera que a mesma pode ser compreendida como um contínuo processo de produção de significados, materiais e símbolos em permanente atividade, o qual resulta na constituição mútua entre o indivíduo e a sociedade.

De acordo com a perspectiva teórica da psicologia cultural, nesse processo de mútua constituição deve ser considerado, por um lado, o papel ativo do sujeito em seu próprio desenvolvimento e, por outro, o papel constitutivo da cultura presente nas interações da pessoa com os contextos físicos, simbólicos e socioculturais, em seus diferentes níveis (Madureira & Branco, 2001; Lopes de Oliveira, 2021). Conforme discutido por Geertz (1989) e Bruner (1997), não é possível falarmos de uma natureza humana independente da cultura, visto que a cultura possui um papel constitutivo no desenvolvimento do ser humano e, ao mesmo tempo, as pessoas participam ativamente da cultura (Bruner, 1997; Valsiner, 2012, 2025).

Tendo isso em vista, consideramos a cultura como um sistema aberto que abrange a produção humana e seus processos de significação, que ocorrem em diversos níveis e formas. Por exemplo, temos as estruturas arquitetônicas, produções artísticas, científicas, filosóficas e materiais, instrumentos técnicos e tecnologias, a linguagem e infinitos outros processos de significação e construção de crenças e valores (Lopes de Oliveira, 2021; Lopes de Oliveira, Branco, Paula & Alencar, 2025). O desenvolvimento da cultura possibilitou, portanto, ao ser humano gerar práticas e conhecimentos transmitidos através de gerações, mediante a tensão dialética presente nos processos entre estabilidade e transformação da cultura em suas diferentes facetas.

De acordo com Madureira e Bizerril (2021), a psicologia cultural surgiu como uma resposta crítica a uma visão individualizada do ser humano, e nela é central a compreensão de como as pessoas se tornam quem são e de como os signos e campos afetivo-semióticos se constituem como parte de uma determinada cultura e sociedade. A subjetividade é concebida como um universo tão complexo quanto a cultura, e os sistemas de valores das pessoas são construídos de forma ativa nas relações entre práticas e significações, entre sujeito e sociedade, e entre valores pessoais e valores culturais.

A psicologia cultural desenvolveu-se a partir de uma perspectiva coconstrutivista, que pressupõe o ambiente social como guia e instrumento para a construção da individualidade humana (Branco, 2021). A pessoa constrói sua cultura individual ao longo de sua trajetória de vida, organizada a partir do mundo sociocultural em que está inserida (Branco & Valsiner, 1997).

Valsiner (2019, 2024, 2025), em seus escritos mais recentes, vêm utilizando o adjetivo ‘semiótica’ para melhor caracterizar a ênfase dada, em sua versão da psicologia cultural, aos processos de significação. Segundo ele, o desenvolvimento humano deve

ser visto como um fenômeno dinâmico, situado e complexo, em que signos diversos são coconstruídos entre as pessoas em interação. A Psicologia Cultural Semiótica dá um destaque especial à origem sociogenética dos processos de significação, que também são transformados pelo sujeito construtivo.

Dessa forma, todo determinismo biológico no desenvolvimento humano deve ser questionado, sendo necessário identificar e analisar o importante papel da ontogênese sociocultural dos afetos, emoções, valores e crenças sobre os processos subjetivos, identitários e psicológicos humanos (Lopes de Oliveira, 2021). Em poucas palavras, segundo a psicologia cultural, sujeito e cultura se constituem mutuamente, e as pessoas se desenvolvem ao longo do tempo irreversível através de suas relações com os outros sociais nos diferentes contextos histórico-culturais em que vivem (Branco, 2021; Valsiner, 2012). Kullasepp (2007) acrescenta que

Dentro da psicologia cultural, os indivíduos são vistos como envolvidos em constantes construções de seus mundos intrapsicológicos por meio do intercâmbio de materiais semióticos com o meio ambiente. Nesse processo, as unidades estruturais do mundo social guiam os sistemas pessoais-culturais em direção a objetivos que foram traçados pelas histórias das sociedades. (p. 274)

Logo, devemos considerar que determinados valores, crenças e práticas culturais, historicamente, vão se definindo, se coconstruindo e se modificando no interior das sociedades, e é dessa maneira que o fenômeno da violência sexual emerge e se mantém ativo em determinados contextos sociais na atualidade.

Para a Psicologia Cultural Semiótica, é central compreender os valores e crenças interiorizadas e elaboradas pelos indivíduos. Tendo isso em vista, Valsiner (2012) propõe processos que constituíram parte integrantes de sua cultura pessoal. Por esta

razão, a mútua constituição entre o que denomina cultura pessoal (típica do sujeito) e coletiva (típica do grupo social em que este se insere).

A subjetividade—referente à cultura pessoal—corresponde, para a psicologia cultural, a um universo tão complexo quanto a cultura coletiva, pois ambas se caracterizam por relações dinâmicas entre sistemas de práticas e valores construídos em uma espécie de “jogo” envolvendo ativa negociação entre o curso de vida da pessoa, o que está de acordo na sociedade e o que emerge no sujeito (Valsiner, 2021).

A singularidade do sujeito se dá mediante o seu caráter ativo e construtivo em relação aos processos de canalização cultural que agem sobre ele, singularidade destacada na afirmação de Geertz (1989) de que *“um dos fatos mais significativos a nosso respeito pode ser, finalmente, que todos nós começamos com um equipamento natural para viver milhares de espécies de vidas, mas terminamos por viver apenas uma espécie”* (p. 33).

Em outras palavras, o indivíduo se desenvolve mediante a tensão dialética que pode ser identificada em sua relação com a cultura, na qual as culturas pessoal e coletiva se constituem de maneira dinâmica e recíproca. Isso possibilita que a pessoa se desenvolva de modo singular, apesar de compartilhar com outros os mesmos contextos socioculturais (Madureira & Branco, 2005; Madureira, 2018).

4.1. Principais Conceitos, Práticas Culturais, Valores e Preconceitos

*“Nosso mundo não é o que nós percebemos imediatamente,
mas o que instantaneamente interpretamos”*

(Valsiner, 2014, p. 91)

A partir da perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica, a cultura—tanto coletiva quanto pessoal—é compreendida como sendo construída com base nas relações das pessoas com o ambiente. Nossas interpretações sobre os fenômenos são desenvolvidas e modificadas através de significados culturais ativamente internalizados, compartilhados e negociados no contexto cultural das relações (Valsiner, 2012, 2014). Tais interpretações emergem não apenas do contexto em que vivemos, mas também de nossas experiências e motivações passadas e presentes, perspectivas de futuro, e expectativas sociais em relação a nós. Segundo Valsiner (2014, p. 93 - 94),

A Psicologia Cultural da dinâmica semiótica transcende a noção estática de “cultura partilhada”—algo impossível—ao focar as ações significativas mutuamente coordenadas. Diferentes agentes—pessoas, instituições sociais—regulam mutuamente suas experiências no mundo de uma maneira direcionada, mas também de certa forma indeterminada (...) A estrutura da situação vivida, percebida e interpretada por nós, constitui para nós um signo. Em nossa vida, constantemente criamos signos e agimos de acordo com a nossa interpretação desses signos.

Assim, fica evidente que, para essa perspectiva teórica, é de interesse de estudo e pesquisa analisar os diferentes significados relacionados às produções da cultura que guiam e, de certa forma, marcam determinado sujeito ou grupo, em virtude de estarem expostos aos signos que povoam os contextos em que estão inseridos (Lopes de Oliveira, 2021; Valsiner, 2012, 2014, 2024, 2025). Em relação ao caráter destes signos,

Lopes de Oliveira (2021) destaca que eles consistem em um combinado de elementos materiais e/ou de campos abstratos que possuem um papel essencial na constituição sociocultural da subjetividade. Dentre eles, a autora contribui com os seguintes exemplos: sistema de crenças, valores, hábitos, costumes, rituais, pensamentos e sentimentos das pessoas, aos quais se deve acrescentar os preconceitos (Branco, 2018).

Tendo isso em vista, é necessário ressaltar o lugar de destaque do afeto, ou afetividade, na interação dinâmica entre sujeito e cultura, visto que os processos semióticos, ou de coconstrução de significados, são particularmente afetivos. O modo como concebemos as coisas, principalmente os conceitos supervalorizados, são impregnados de afeto. Inclusive, a própria percepção da realidade, do outro e de si mesmo, de nossos pensamentos e sentimentos, estão profundamente enraizados em campos afetivo-interpretativos (Valsiner, 2012, 2014, 2024, 2025).

O Papel dos Campos Afetivo-Semióticos Hipergeneralizados

A vida humana é regulada/orientada por signos, e estes são impregnados de uma maior ou menor carga de afeto. Para uma compreensão mais aprofundada sobre o papel central da afetividade no desenvolvimento humano, é necessário apresentar e discutir o modelo de Regulação Afetivo-Semiótico desenvolvido por Valsiner (2014, 2021, 2024). De acordo com o autor, os fenômenos da afetividade humana estão organizados em diferentes níveis que nos auxiliam a entender e estudar o processo e o modo como o ser humano incorpora ideias, valores e sentimentos a partir da cultura, bem como sua dinâmica intrapsíquica em relação aos processos de internalização e constituição. Tais níveis englobam desde os fenômenos próximos aos processos fisiológicos imediatos no presente até os níveis geradores de campos afetivo-semióticos hipergeneralizados, sendo

a hierarquia dos níveis impregnada de afetos e sentimentos com diferentes características, graus de generalidade e poder de regulação.

A psique humana se caracteriza por operar, portanto, como um sistema aberto, organizado, fluido e dinamicamente estruturado e composto por camadas hierárquicas de signos e diferentes campos afetivo-semióticos (Valsiner, 2014, 2021). Na base desse sistema (Nível 0 e Nível 1), estão os processos fisiológicos imediatos que resultam em respostas afetivas básicas ao prazer e à dor. No Nível 2, os signos são de natureza específica, designando emoções relativamente bem definidas como raiva, alegria, nojo etc. Já as camadas acima (Níveis 3 e 4) tornam-se progressivamente mais generalizadas e mais poderosas na regulação da psique (Valsiner, 2014; Branco, 2021), como podemos observar na Figura 4, a seguir.

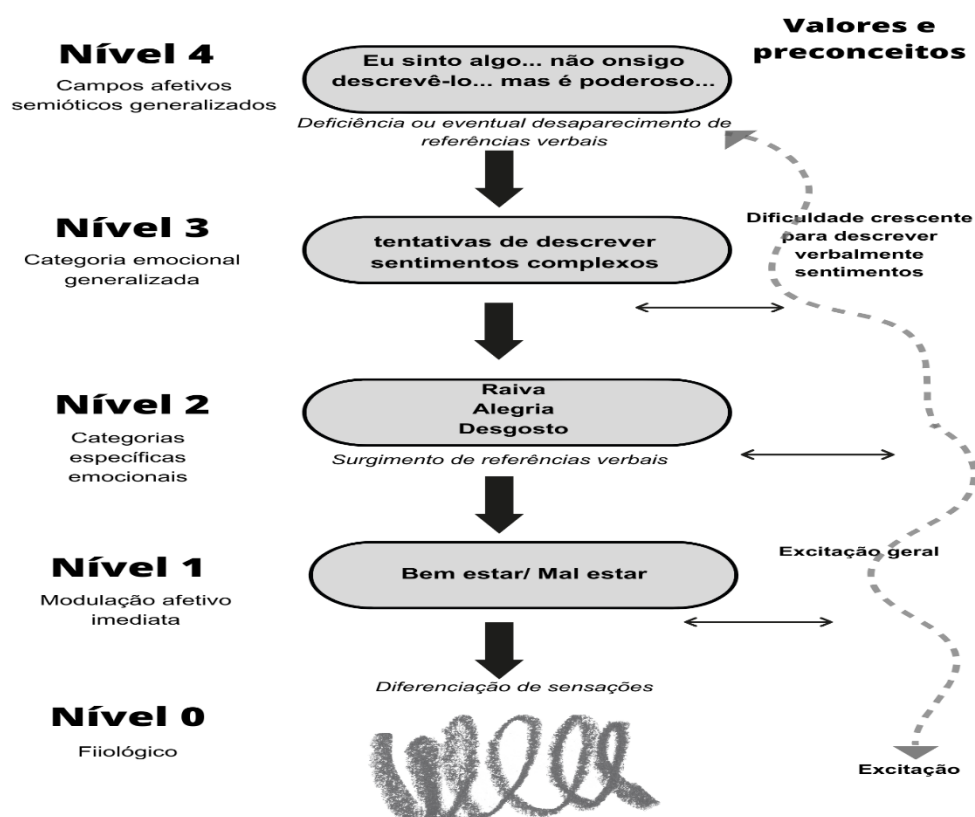


Figura 4 - Modelo de Autorregulação Afetivo-Semiótico (baseado em Branco, 2021).

Considerando a Figura acima, observa-se que a semiose humana tem como base signos complexos, e apenas uma pequena parcela deles possui um caráter tipicamente verbal (Nível 2). Grande parte dos processos semióticos e de criação de significados utiliza signos não verbais (como ícones e índices), e suas múltiplas funções se movimentam em direção à generalização e, eventualmente, à hipergeneralização (Valsiner, 2014).

De maneira mais específica, no modelo regulatório afetivo-semiótico, o nível 0 retrata a fisiologia primária, as sensações imediatas como respostas emocionais à algum estímulo/contexto; no nível 1, estão presentes afetos de prazer (geradores de aproximação) ou dor (geradores de evitação), ou seja, inicia-se um processo de categorização de sentimentos; no nível 2, encontram-se as emoções específicas, as quais recebem nomes (qualidade verbal) como raiva, alegria, medo e assim por diante; no nível 3, há uma interpretação mais vaga e generalizada dos sentimentos; e no nível 4 (hipergeneralização), situam-se os campos afetivo-semiótico hipergeneralizados (valores, preconceitos...) que têm grande poder de guiar nossas percepções, interpretações, sentimentos, pensamentos e ações concretas (Branco, 2021b; Valsiner, 2014).

Em todo esse processo de regulação afetivo-semiótica, os valores possuem destaque na orientação da psique humana, pois eles funcionam como “lentes” que utilizamos para compreender e interpretar os fenômenos da vida. Ou seja, valores guiam nosso entendimento a respeito de um determinado acontecimento: foi “bom” ou “ruim”, “certo” ou “errado”, me causa estranhamento, raiva ou tranquilidade. Por exemplo, uma pessoa que se identifica e valoriza os conhecimentos e interpretações cristãs sobre a vida, pode nutrir como valor fundamental a “vida” e a “família”, e assim, ser contra as

manifestações a favor da legalização do aborto, podendo sentir raiva (ou nojo) das pessoas que acometem tais ações ou, ao menos, as defendam, sendo, inclusive, capazes de cometer atos violentos e agressivos em relação a este público.

Tais valores e preconceitos, sendo campos afetivo-semióticos hipergeneralizados, podem implicar em diferentes modalidades de ações discriminatórias em relação às pessoas que defendem ou já realizaram alguma intervenção abortiva, considerando-as como pessoas “dignas do inferno”, “ignorantes”, e entrando em incongruência, levar à manifestação de falas como “elas é que deveriam ter sido abortadas”.

Internalização e Externalização de Conteúdos Afetivo-Semióticos

A afetividade é, portanto, concebida como a base organizadora dos significados presentes na vivência humana. Por exemplo, a internalização de valores, crenças e práticas presentes nos processos de canalização cultural passa pelo crivo dos afetos. Desse modo, as pessoas internalizam as mensagens culturais por meio de canais afetivos.

Segundo Valsiner (2012, p. 283), os processos de internalização referem-se ao “*processo de análise dos materiais semióticos existentes externamente e de sua síntese sob uma nova forma dentro do domínio intrapsicológico*”. Ou seja, a internalização caracteriza-se como um processo construtivo que transforma o material externo em interno e diverso. Paralelos à internalização, ocorrem os processos de externalização, que podem ser designados como processos de transposição do interior da pessoa (materiais pessoais-culturais) para o seu exterior, dando origem à “modificação do ambiente externo como uma forma de nova síntese desses materiais” (Valsiner, 2012, p.

283). A externalização, assim como a internalização, é um processo construtivo e ocorre complementarmente ao processo de internalização, pois os sujeitos atuam de maneira ativa e construtiva sobre o que é internalizado e externalizado.

As sínteses produzidas por meio das ações do sujeito no ambiente se tornam novas em relação ao estado prévio do ambiente. Em outras palavras, nos processos de internalização/externalização, a pessoa decompõe e reconstrói ativamente as mensagens culturais que recebe – sob a forma de símbolos, ícones etc (Valsiner, 2014). Logo, podemos concluir que durante o desenvolvimento humano, marcado por diferentes processos de coconstrução, a pessoa é exposta a múltiplas e variadas mensagens culturais que podem gerar internalizações/externalizações de significados e posicionamentos relacionados a diversas questões, valores e concepções, como, entre outros, as relacionadas a gênero, sexualidade, corpo e violência.

Tendo isso em mente, Valsiner (2014) propõe um modelo para explicar como tais processos (internalização e externalização) ocorrem. De acordo com o autor, há três camadas concêntricas para representar o grau de sensibilidade, ou vulnerabilidade, do indivíduo em relação às mensagens recebidas da cultura – particularmente aquelas mediadas por ‘outros’ sociais. Algumas dessas mensagens teriam, então, o potencial – ou não – de afetar e modificar as configurações do sistema de Self da pessoa. A Figura 5

apresenta algumas possibilidades de funcionamento dos processos de internalização/externalização.

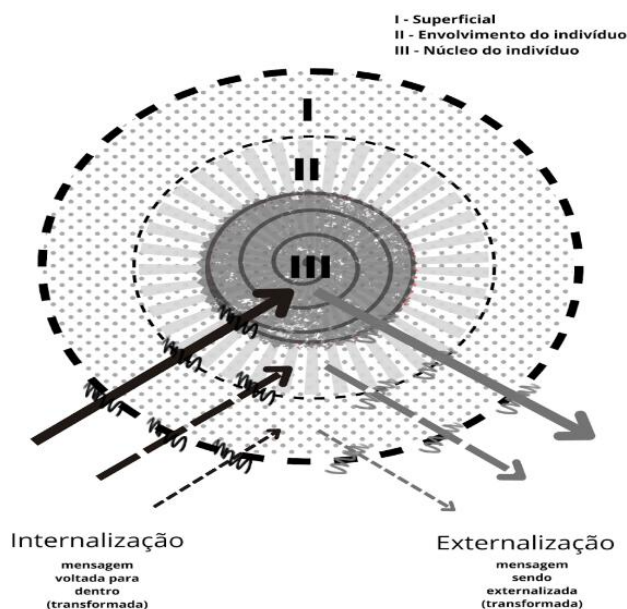


Figura 5 - Processos de internalização/externalização (base em Valsiner, 2014)

É importante destacar que os processos representados por setas na Figura 5 envolvem mecanismos reguladores sociais específicos de natureza afetivo-semiótica. Em ambos os casos (internalização e externalização), há um movimento contínuo de mensagens (significados) de fora para dentro (internalização - I) e de dentro para fora (externalização - E), e as mensagens recebidas podem penetrar, ou não, em cada uma das camadas, dependendo do significado real, ou peso afetivo (para a pessoa), da mensagem específica. As mensagens são ativamente transformadas pelo indivíduo, à medida que ela/e internaliza (I) ou externaliza (E) as mensagens específicas.

Nas camadas I e II (Figura 5) encontram-se os interesses superficiais ou pessoais do indivíduo. De forma mais específica, na camada I, ocorre o reconhecimento e a identificação da polifonia das mensagens culturalmente transmitidas. Aí faz-se

referência a mensagens sem maior significado afetivo para a pessoa. Nesse momento, as mensagens recebidas são filtradas e as consideradas “ruídos” são diferenciadas das afetivamente importantes, que atravessam para a camada II. Na camada II, inicia-se o processo de reconstrução e generalização, com base em mensagens cujos conteúdos têm maior apelo afetivo-semiótico para o sujeito. Já a camada III caracteriza-se como a mais interna do indivíduo, onde são formados os Campos Afetivo-Semióticos em nível pós-verbal (além das palavras), que têm grande poder regulatório sobre o sujeito (Valsiner, 2014). Em todos os casos, as mensagens recebidas podem ser aceitas ou rejeitadas, de acordo com diferentes graus de aceitação ou rejeição, mas nunca serão incorporadas ou rejeitadas como cópias perfeitas—ou reprodução—das mensagens recebidas.

Quando uma mensagem consegue transpor a barreira para a Camada III – o núcleo do indivíduo, onde se localizam os campos Afetivo-Semióticos Hipergeneralizados (Valsiner, 2014) – a mensagem pode, igualmente, ser apropriada ou rejeitada, gerando mudanças mais significativas no sistema de Self da pessoa. Isto porque a camada III, caracterizada pela presença dos Campos Afetivo-Semióticos Hipergeneralizados (Valsiner, 2014, 2021), consiste principalmente em valores, expectativas fortes e possíveis medos e preconceitos da pessoa. Estes campos (especialmente valores, preconceitos) são progressivamente constituídos ao longo das experiências de vida e fornecem a base sobre a qual o sistema Self se desenvolve ao longo da ontogenia. Tais campos potencializados orientam as percepções, sentimentos, pensamentos e ações da pessoa (Branco, 2017, 2021), e tendem a conferir um grau de estabilidade e continuidade ao sistema de Self ao longo do seu desenvolvimento.

Assim, os processos de internalização/externalização são centrais para investigar os processos de construção subjetiva desencadeados pelas experiências socioculturais significativas das pessoas. Por exemplo, em uma casa onde as demonstrações de afeto

entre filho e pai não são incentivadas, sendo até mesmo negadas ou evitadas, quando o filho eventualmente expressa um pouco de afeto físico, o pai diz: “Para com isso! Isso é coisa de menina, garoto!”. Tal experiência pode ser internalizada e externalizada de inúmeras formas, dentre elas, pensamentos/sentimentos sexistas e homofóbicos, raiva, comportamento violento contra as pessoas que integram a população LGBTQIAPN+ ou até mesmo violência contra si próprio.

Tendo isso em vista, é possível afirmar que a mensagem cultural nunca chega ao sujeito diretamente, na íntegra, mas é transformada e internalizada a partir do modo como a pessoa se posiciona, de suas experiências e expectativas, e de se há ou não afinidade com o conteúdo percebido da mensagem quando esta lhe é transmitida (Valsiner, 2014). Em outras palavras, o processo de internalização baseia-se na sociocultura, mas a mensagem social internalizada é transformada e integrada ao âmbito pessoal do sujeito, exteriorizando-se posteriormente de múltiplas formas (Kullasepp, 2007).

Os seres humanos são animais produtores de signos (Geertz, 1989; Lopes de Oliveira, 2021) e estão incessantemente produzindo novos signos quando são emocionalmente afetados pelos outros e pelo mundo. Esta produção, reprodução e reconstrução contínua de signos e significados têm como finalidade reconhecer, compreender, recordar, antecipar e imaginar a realidade, o futuro, nós mesmos e as outras pessoas (Lopes de Oliveira, 2021; Valsiner, 2012, 2014).

A Questão do Tempo

Outro fator a ser considerado na perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica é a irreversibilidade do tempo (Valsiner, 2012). Segundo o autor, o tempo é irreversível e

possui um papel essencial para o desenvolvimento humano, visto que cada um de nós, como seres singulares, somos constituídos nas dimensões microgenética (aqui e agora), ontogenéticas (durante a trajetória de vida), histórico-cultural e filogenética. Ou seja, nós estamos sempre situados no presente (entre o passado e o futuro). Tendo isso em vista, vale salientar que, na perspectiva semiótico-cultural, toda ação humana é orientada para o futuro, e este adquire papel de grande importância nas motivações e ações do sujeito no tempo presente. Segundo Valsiner (2014), a experiência humana é subjetiva – baseada no passado vivido e no futuro antecipado – e as diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento humano em psicologia precisam considerar o papel de expectativas e eventos (imaginados) que ainda não foram observados, mas que possuem potencial em vir a existir, para a compreensão da subjetividade.

Os seres humanos possuem a capacidade de criar seus próprios futuros pessoalmente significativos. Isso, muitas vezes, envolve agir de maneiras diferentes das expectativas sociais do contexto em que estão inseridas. Para a Psicologia Cultural Semiótica, a subjetividade é a base de todas as experiências humanas, e o desenvolvimento do Self ocorre a partir da necessidade de alcançar uma certa estabilidade deste Self, por meio da ação agentiva do sujeito ao longo do tempo (Valsiner, 2014). À medida que operamos em um tempo irreversível, todos os fenômenos da psique humana são direcionados para o futuro indeterminado. Em outras palavras,

Qualquer ação relacionada a objetivos orientados para o futuro cria uma duração estendida que torna possível criar o ciclo (dinamicamente) estável Eu (agora) → Eu (próximo momento) → etc. A partir dessa longa duração emerge o momento autorreflexivo do olhar para o Eu (momento presente e passado) → EU SOU → EU (próximo momento/momento futuro). O eu emergente torna-se, assim, possível graças à memória (duração estendida) e à abstração autoorientada do Eu contínuo que

se relaciona consigo mesmo. E resulta no ciclo Eu → Sou → Eu → etc (Valsiner, 2014, p. 25).

Logo, podemos interpretar os seres humanos como sistemas abertos e intencionais de criação de significado. Como tal, eles operam constantemente entre o passado e o futuro. Nós estamos sempre situados no presente (entre passado e futuro) e na fronteira entre o que está fora e dentro (Valsiner, Chaudhary, & Benetka, 2017). Desse modo, a construção de significados está em constante mudança e transformação a partir das diferentes relações humanas com o meio ambiente.

Trajetórias de Desenvolvimento

Ao considerarmos a singularidade das trajetórias de desenvolvimento de cada pessoa, um mesmo fenômeno ou experiência pode favorecer o surgimento de diferentes possibilidades semióticas, que geram efeitos subjetivos específicos em cada um de nós. Assim, concluímos que o desenvolvimento humano, intimamente relacionado aos diversos processos de socialização presentes e organizados nos contextos culturais específicos dos quais o sujeito participa, encontra-se, em grande parte, na dependência dos recursos, instrumentos, ações e significados específicos que são coconstruídos pelo sujeito em interação bidirecional com sua(s) cultura(s) específica(s) (Branco & Valsiner, 1999, 2022; Lopes de Oliveira, 2021; Valsiner, 2014).

Zittoun et al. (2013) ressaltam a necessidade de compreender a diversidade das trajetórias de desenvolvimento e o papel central do sujeito ativo frente aos processos de canalização cultural. De acordo com os autores, o desenvolvimento humano não se restringe a transformações quantitativas e qualitativas decorrentes da interação entre o sujeito e o contexto, mas também ocorre por meio de dois principais fatores: o tempo irreversível e o caráter sistêmico aberto dos organismos. É, assim, importante ressaltar

que, apesar de mudanças serem constantemente geradas, as trajetórias de vida não são cíclicas e recorrentes, sendo impossível voltar às vivências anteriores, face à irreversibilidade do tempo (Zittoun et al., 2013).

Quanto ao segundo fator, o caráter sistêmico aberto dos organismos, os autores discutem que o desenvolvimento ocorre a partir das relações entre os múltiplos fatores e sistemas nele envolvidos, de nossos genes até a sociedade, e é devido à natureza aberta dos sistemas que estes interagem uns com os outros. Tal compreensão sobre os sistemas abertos deve ser destacada nos estudos sobre o desenvolvimento, e esta abertura é essencial para fortalecer perspectivas otimistas para o desenvolvimento humano. Afinal, existe, sempre, o potencial de mudança nas trajetórias de cada pessoa, e existem infinitas possibilidades de trajetórias no curso de vida.

Para analisar o que tem sido denominado como ‘trajetórias de desenvolvimento’ (Zittoun et al., 2013), podemos tomar, a título de exemplo, a situação já referida anteriormente (p. 63), em que o pai diz para seu filho que expressar afeto físico “é coisa de menina!”. Isto pode gerar pensamentos/sentimentos sexistas e homofóbicos de inúmeras expressões, inclusive, violentas e voltadas a si ou ao Outro. Todavia, digamos que o filho passou uma temporada na casa de um tio e observou/vivenciou experiências afetivas de modo positivo, sem a associação à feminilidade. A partir desta experiência, novas formas de expressão e compreensão sobre masculinidade e feminilidade podem surgir.

São diversos e infinitos os caminhos possíveis, as trajetórias no curso de vida de cada sujeito. Além disso, as trajetórias de vida de cada pessoa têm um caráter heterogêneo, por vezes imprevisível e único, na contramão de uma perspectiva linear, esperada ou determinante. O mundo subjetivo é um mundo de sentimentos, e o afeto

desempenha um papel especial na construção de novos sentidos e significados – dispositivos culturais de mediação – ao longo do desenvolvimento de cada indivíduo.

Segundo Valsiner (2021), ao experienciar uma situação no presente – no aqui e agora –, o ser humano está imerso em diferentes campos de afeto autogerados, que acabam por abranger campos hipergeneralizados. Tais campos são suficientes para nos fornecer um filtro amplo para interpretar as diferentes interações dos indivíduos entre si, consigo mesmos e com o mundo. Em outras palavras, os campos afetivo-semióticos hipergeneralizados, como vimos anteriormente, podem ser compreendidos como valores e preconceitos que exercem um papel regulador sobre os sentimentos, pensamentos, ações e percepções humanas. Branco (2021) propôs um exemplo para ilustrar a atuação destes campos. Sugere que imaginemos

Alguém profundamente impregnado por um sentimento de devoção religiosa. Eventos, experiências pessoais e mensagens sociais são percebidos e interpretados de acordo com seu quadro afetivo-semiótico religioso, que serve para lhe fornecer uma visão hipergeneralizada das coisas— base para seus processos de construção de significado. Ao participar de trocas positivas—diálogos— com uma pessoa com valores e crenças diferentes, ele pode ter dificuldades para ouvir e entender a perspectiva do outro, uma vez que seus próprios valores tendem a restringir sua capacidade de até mesmo perceber ou dar sentido a coisas diferentes, mas possíveis. (p. 148)

A partir desse exemplo, podemos inferir que, no caso de o sujeito seguir uma doutrina religiosa extremamente sexista e/ou misógina, ao conversar com uma pessoa que possua outra religião, ou seja, uma ativista dos direitos humanos e das mulheres, há grande possibilidade de que ocorra um certo estranhamento e dificuldades em compreender a perspectiva do outro sobre temas comuns como casamento, deveres, relações e papéis sociais.

De maneira mais específica, vamos supor que um sujeito tenha a crença de que “As mulheres devem ser submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador³³”. Ele pode interpretar que isso lhe confere o direito de ter relações sexuais quando deseja, sem o consentimento de sua parceira – o que se caracteriza por estupro matrimonial. Sendo assim, ele pode não compreender que suas práticas são abusivas e violentas. Logo, torna-se necessário entendermos a atuação dos afetos e da cultura em nossa interpretação e atuação em relação ao(s) gênero(s), corpo(s) e sexualidade(s) humana(s).

4.2. Processos de Significação: Comunicação e Metacomunicação

Para estudar os processos de significação em uma interação entre sujeitos (no caso desta pesquisa, as relações afetivo-sexuais), é importante destacarmos o papel da comunicação e da metacomunicação no modo como os signos (por exemplo, beijo, abraço ou toque de mão) são expressos e compreendidos em determinada dinâmica.

De acordo com Amorim e Rossetti-Ferreira (2004), durante o desenvolvimento e construção do Ser, diversos elementos de caráter pessoal são considerados relevantes (como a idade, a trajetória profissional e/ou educacional etc.). No entanto, tais aspectos só adquirem significado e ajudam a orientar os processos de desenvolvimento quando considerados no contexto das interações com o outro, em ambientes específicos impregnados de regras e valores do grupo social. Desse modo, pode-se inferir que cada

³³ Efésios 5:22-33. Disponível em: <https://www.bible.com/pt/bible/1608/EPH.5.22-33.ARA>

pessoa tem suas ações/expressões continuamente enquadradas e interpretadas pelos outros.

Segundo os autores, a comunicação se refere à um processo complexo e amplo que tem como base a coconstrução contínua de significados entre os participantes das interações sociais – que ocorrem através de uma multiplicidade de canais comunicativos. Assim, a metacomunicação é entendida como sua dimensão fundamental, em que se destaca o caráter não verbal e paralinguístico (gestos, posturas, expressões faciais). Neste processo, a maneira como cada participante dá sentido à interação não necessariamente coincide. Isso leva a inúmeros mal-entendidos, ambiguidades e ambivalências.

Fatigante, Fasulo e Pontecorvo (2004) complementam, afirmando que funções metacomunicativas estão unidas à própria comunicação, uma vez que as trocas de fala sempre realizam trabalho reflexivo e criativo em termos de que tipo de conversa está ocorrendo e quais formas os participantes estão à orientando. Enquanto Fogel e Branco (1997), observam que frequentemente a metacomunicação surge quando o consenso entre os participantes sobre o que estão fazendo juntos é ameaçado; nesse sentido, eles alinham ações que surgem após consequências não intencionais de uma troca, ou quando tais consequências são percebidas como prováveis.

4.3 - A Questão da Ambiguidade: Zonas Cinzas de Consentimento

Todos os aspectos referidos e analisados nos itens e nas seções anteriores contribuem para a conclusão de que é preciso investigar mais a fundo as zonas cinza na interpretação dos sinais e dos significados coconstruídos no contexto das interações e da comunicação humana. No caso específico do consentimento para uma relação sexual,

que implica vivências caracterizadas por ambivalências e ambiguidades, esta investigação passa a ser essencial para a prevenção de violências. Nesse sentido, diferentes fatores podem contribuir para essa “falta de clareza” ou “consenso”, como a trajetória pessoal dos agentes envolvidos, fatores socioculturais e contextuais. Logo, esta do capítulo 3 visa discorrer sobre os diferentes fatores por trás da emergência e manutenção das zonas cinzas, em específico, na esfera da sexualidade humana. Todavia, antes de discutir cenários ambíguos, é necessário, primeiramente, entender o que é ambiguidade e o que é consentimento.

A questão da ambiguidade

Analisar o fenômeno da ambiguidade é crucial para a compreensão dos processos de coconstrução de significados, impregnados por percepções, sentimentos e pensamentos, no contexto da comunicação e das interações entre pessoas em geral (Abbey & McAuslan, 2004; Abbey & Valsiner, 2005). De acordo com Abbey e Valsiner (2005), o desenvolvimento humano - em sua perspectiva cultural-semiótica - é necessariamente baseado na incerteza, e as pessoas não apenas antecipam o futuro indeterminado (expectativas) a partir de suas experiências passadas, mas também têm a capacidade de criar algo novo por meio de suas ações no presente, para impactar o futuro. Ou seja, a dialética entre passado, presente e futuro é um aspecto fundamental no processo de coconstrução de significados e de suas interpretações.

Durante o decorrer do desenvolvimento humano, tanto em nível microgenético quanto ontogenético, novos significados são constantemente produzidos através da contínua reconstrução de significados que surgem no processo de adaptação do indivíduo ao presente, enquanto lida com as possibilidades e incertezas do futuro e as

memórias do passado. Desse modo, a pessoa está incessantemente operando na fronteira do tempo irreversível (Abbey & Valsiner, 2005). Assim, podemos dizer que as representações e interpretações de um objeto ou signo variam conforme a história individual e coletiva das pessoas inseridas em determinada cultura. Cada nova ocorrência e contextualização de um signo evocam algum tipo de discrepância (ambivalência) na interpretação.

De acordo com Abbey e Valsiner (2005), a ambivalência ou ambiguidade caracteriza-se por uma tensão “produzida por um sistema que envolve um núcleo e pelo menos dois vetores que são não isomórficos em tamanho e direção”. (p. 5). A partir desta compreensão, podemos considerar que há diferentes representações das direções para a interpretação de um signo relacionadas à possibilidade de ambivalência (Figura 3).

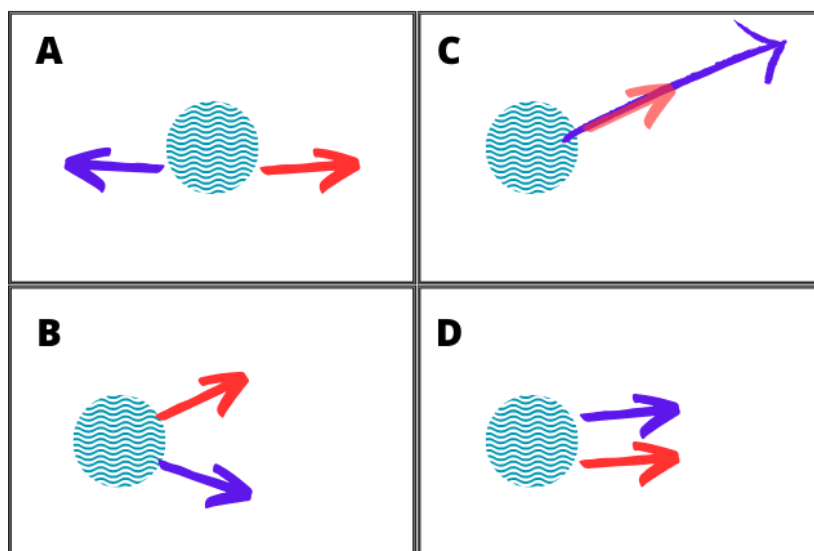


Figura 6 - Ambivalências e não-ambivalências (baseado em Abbey & Valsiner, 2005)

A primeira representação (A) seria o entendimento mais comum da ambivalência, como duas forças que atuam sobre o indivíduo, levando-o a direções

opostas, representando, assim, conforme a Figura 1, o grau máximo da ambivalência quanto ao que fazer no presente, ou mesmo entre duas interpretações diferentes de um mesmo fenômeno. A segunda compreensão (B) caracteriza-se por uma ambivalência mais fraca, na qual há duas possibilidades de caminho: as duas forças (orientações para o futuro) não são completamente opostas, mas criam uma tensão entre si (entre orientações diferentes). A outra possibilidade de ambivalência ocorre quando há discrepância na intensidade das forças que a originam (C).

De modo mais específico, a ambiguidade presente no quadro “C” está na presença de duas forças na mesma direção, mas uma é bem mais intensa do que a outra. Por exemplo, uma pessoa encontra um morador de rua e fica na dúvida (ambiguidade) entre: (1) apenas dar uma quantia de dinheiro para ele, e ir embora (seta mais curta), ou (2) levá-lo até um centro comunitário para que ele seja atendido, cuidado e orientado, dedicando assim muito mais tempo e atenção ao morador de rua (seta mais comprida).

Nesse caso, a ambiguidade se encontraria entre ajudar “muito” (levar o morador de rua ao centro comunitário) ou ajudar “pouco” (dar o dinheiro). Logo, na Figura 1, a ambivalência está presente em todas as situações (A, B e C) com exceção de uma (D), quando os vetores são exatamente do mesmo tamanho e direção (D), não representando, assim, qualquer ambivalência.

Com base na análise dos vetores de tamanhos e direções diferentes no caso da experiência de ambivalência, é possível concluir que a vivência de uma experiência perpassada pela ambivalência, ou seja, por múltiplas interpretações acerca de um mesmo fato ocorrido (falta de consenso), seria aquela em que um indivíduo vivencia forças que o “puxam” em direções distintas ou mesmo opostas sobre a leitura de uma realidade/presente e a expectativa em relação ao futuro (Abbey & Valsiner, 2005).

Dessa forma, todos os signos contêm um elemento de percepção de certeza *versus* incerteza pessoal – que parte da interpretação que parece “certa” ou “errada” no presente devido à associação com um signo semelhante apresentado no passado. Ou seja, um indivíduo que consome conteúdos culturais – como discursos diversos, programas, filmes, seriados e novelas - em que a posição da mulher é constantemente apresentada como o “não significa sim”, ele pode, ao se relacionar com uma mulher, partir dessa interpretação e compreender os sinais de negativa desta, quanto a uma relação sexual, como significando um “sim”, ou então, entender que a mulher “está se fazendo de difícil”, ou “fazendo doce” (Grigoriadis, 2017). O que seria, então, o consentimento?

Consentimento: Notas sobre o papel do desejo

No livro intitulado “Precisamos falar sobre consentimento”, as autoras Scarpatti, Lins e Chakian (2024), definem o consentimento como uma métrica do que é desejável e saudável (ou seja, moral, prático e jurídico) para as interações sexuais. Sendo assim, o consentimento é, por muitas vezes, utilizado como determinante para a compreensão de problemas complexos e para diferenciar entre experiências consensuais ou não consensuais.

Contudo, as autoras argumentam que a simples identificação e a discussão sobre o consentimento, embora necessárias, não são suficientes para abarcar todas as questões envolvidas na sexualidade, no prazer e na violência sexual contra as mulheres. Sendo assim, é preciso explorar diferentes terminologias ou critérios para distinguir as interações sexuais positivas (consentidas, sem violência e desejadas) dos atos

agressivos, violentos, criminosos ou “cinzas”. Um exemplo fornecido pelas autoras se refere ao

Medo [da mulher] de ser desacreditada ou questionada [que] também convive com a vontade de querer esquecer o que aconteceu. Com frequência, a vítima está tão imersa nessa negação, que nem sequer reconhece que a experiência foi uma agressão ou violação e tem dificuldade de nomeá-la como estupro (Scarpati, Lins e Chakian, 2024, p.17).

Tendo isso em mente, Scarpati, et al. (2024), se apoiam em abordagens críticas femininas ao modo redutível que lidamos com a definição de consentimento para apontar algumas de suas limitações. Estas referem-se a questões de desigualdade e ao desequilíbrio de poder, possivelmente existentes, nas negociações e na produção do consentimento. Em outras palavras, as abordagens críticas reconhecem que, devido ao consentimento ser visto como um determinante exclusivo para a existência do sexo “aceitável”, em vista das desigualdades presentes nas relações humanas e entre gêneros, se tornaria um conceito muito vazio e, conseqüentemente, confundido com o desejo. Isto ocorreria em virtude do conceito ter como base o entendimento de que as pessoas estão em condições iguais ou semelhantes de poder, conhecimento e autonomia para expressar suas vontades com exatidão, o que não é o caso.

Abdulali (2019), ao fazer menção a uma experiência de estupro coletivo que vivenciou, e como a experiência foi interpretada socialmente, afirma que “Eu escolhi estupro em vez da morte. Algumas pessoas chamam isso de consentimento” (p. 62).

Nesse sentido, Scarpati et al. (2024) e Angel (2023) propõem o reconhecimento e diferenciação entre tipos de “consentimento”. Segundo as autoras, a depender da situação, o consentimento pode ter uma “natureza” distinta (objetivo, finalidade, leitura, interpretação, causa etc.), justamente em virtude do caráter flexível e mutável das

interações sociais. Além disso, não deve ser interpretado como algo que “quando dado, é definitivo”, pois está em constante negociação na relação.

Por exemplo, o consentimento pode ter caráter verbal e/ou não-verbal e também, pode significar que o envolvido “concorda” com determinada prática, mas não possui “afeto, desejo ou interesse genuíno” na ação. Sendo assim, é possível, realmente, falar de consentimento?

Dentre os tipos de ‘consentimentos’ existentes, destaco a presença do “consentimento viciado”, o qual, de acordo com Scarpati et al. (2024), é um consentimento comprometido por coerção, e/ou pressão social e assim, caracteriza-se por ser forçado, intimidado ou manipulado. Sua manifestação é comum em situações associadas à vontade de agradar e de corresponder às expectativas, ou quando há dificuldade em compreender e expressar suas vontades.

Já Angel (2023) explora em seu livro o “consentimento afirmativo” e o “consentimento entusiástico”. O “consentimento afirmativo” reconheceria a necessidade de algum tipo de reciprocidade e de participação igualitária entre os parceiros sexuais. Embora sua premissa seja positiva, é difícil falarmos sobre “participação igualitária” em uma sociedade permeada, em diferentes camadas, pela desigualdade e pela violência.

Contudo, a principal limitação dessa definição é que o “consentimento afirmativo” está associado, principalmente, à esfera verbal da comunicação entre os sujeitos. Sendo, com isso, necessário que ele seja constantemente expresso ou não (por meio do “sim” ou “não”, do “quero” ou “não quero”), o que contribui para a manutenção da representação das práticas sexuais como algo desejado exclusivamente por um homem e, assim, o papel da mulher se limita a concordar ou recusar a prática. Assim, o desejo feminino não seria explorado.

Enquanto isso, a noção de um “consentimento entusiástico” estimula a compreensão de que as mulheres não são apenas pessoas que concordam ou não com determinadas práticas, a partir de uma iniciativa masculina—o que não garante o interesse, o prazer ou o desejo da mulher pelo homem. Aqui elas também tomam iniciativa. Dessa forma, o consentimento entusiástico não se limitaria a dizer “sim” ou “não” verbalmente ou corporalmente — ou seja, reagir à interação masculina —, mas estimularia a autonomia e a instigação em relação aos afetos femininos. Segundo Angel (2023, p. 42-44),

O consentimento por si só não distingue o sexo bom do ruim, embora ele possa, em certa medida, diferenciar sexo de abuso (...) não devemos descartar a ideia de consentimento. Porém, ele não pode parar com o peso de todos os nossos desejos emancipatórios; devemos enxergar seus limites. O consentimento - a concordância em fazer sexo - *não deve ser confundido com desejo sexual*, com prazer ou com entusiasmo, porque não devemos nos conformar com sexo ruim.

Devo ressaltar que apesar do acima descrito, o presente trabalho não é a favor do encerramento das discussões sobre o consentimento ou do abandono de esforços para redefini-lo. Muito pelo contrário, o consentimento é um fenômeno que deve ser mais explorado em seus processos subjetivos e de significação. Mas reconhece as suas possíveis limitações por não fornecer uma estrutura atual capaz de lidar com as complexas relações entre subjetividade, sexualidade, desejo, signos e poder (o que, posteriormente, será analisado sob a ótica cogenética, na tentativa de oferecer uma melhor compreensão deste fenômeno).

Além disso, é necessário mencionar o notável histórico de apagamento, medicalização e associação a uma leitura de possíveis distúrbios do desejo feminino. Angel (2023) argumenta que o próprio Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos

Mentais (DSM), ³⁴em sua 3ª edição classifica as disfunções sexuais com base no ciclo da resposta humana e os seus desvios com base em um modelo linear.

De acordo com esse modelo, as práticas sexuais se iniciam a partir do desejo, evoluem para a excitação e, por fim, “resultam” em orgasmos. Com isso, as mulheres “sem acesso fácil” ao próprio desejo, que não consentem ou “se fazem de difícil”, ou que não têm interesse em práticas sexuais, foram vistas como casos patológicos de disfunção sexual (Angel, 2023).

Logo, o próprio DSM auxiliou na manutenção do entendimento (superficial e supostamente de caráter exclusivamente biológico) de que as mulheres, naturalmente, possuem menos libido ou desejo sexual do que os homens. Nesse quesito, Angel (2023) apresenta dois tipos de desejos que perpassam as crenças sociais e têm aceitação cultural: o desejo “espontâneo” e o desejo “responsivo”. O desejo espontâneo se refere à sensação de um anseio ou avidez por experiências sexuais - o qual é visto menos consistente em mulheres - e o responsivo, depende inteiramente do contexto.

Para Angel (2023), não há como compreender o desenvolvimento e/ou manifestação de desejo sem associá-lo ao contexto, pois são diversos, amplos e complexos os fatores que podem interferir no ciclo da excitação e do desejo. Desse modo, um entendimento restritivo do desejo como algo exclusivamente “espontâneo” inviabilizaria ou limitaria um aprofundamento contextual que explore possíveis

³⁴ Importante destacar que atualmente, em 2026, o DSM se encontra em sua 5ª edição revisada (DSM-5-TR).

Mudanças no DSM-V: substituíram o Transtorno do Desejo Sexual Hipoativo por transtorno do interesse/excitação sexual feminino (TI/ESF). O que abre espaço para uma sexualidade na qual a reação à iniciativa possui um papel importante.

No atual DSM-V-TR, não há nenhuma categoria para mulheres que inclua o termo ‘desejo’. Em vez disso, elas são diagnosticadas com transtorno do interesse/excitação sexual feminino (TI/ESF).

motivações, gatilhos, estimuladores ou inibidores do desejo nas interações entre os sujeitos. Em suas palavras (Angel, 2023, p. 82):

Toda sexualidade é responsiva; todo desejo sexual surge dentro de uma cultura, que, por sua vez, molda esse desejo (...) a sexualidade é vivida, aprendida, desenvolvida ao longo do tempo, em contextos específicos. É por isso que o sexo tem significado para nós: ele nunca é apenas função, mas é sempre carregado de significado.

Zonas Cinzas, zonas ambíguas

Angel (2023) considera que um dos principais fatores que contribuem para a manutenção da ambiguidade nas relações pessoais são os “mitos da comunicação”, ou seja, pressupostos segundo os quais o discurso apenas refletiria a realidade subjetiva do indivíduo. Com isso, compreende-se (erroneamente) que o comportamento observável e acessível ao outro — seja ele verbal ou não verbal — reflete fielmente os sentimentos, afetos, pensamentos e valores da pessoa, não havendo, assim, dificuldades comunicacionais e interpretativas.

Consideramos, então, como zonas cinzas do consentimento o fenômeno decorrente dos processos de criação e atribuição de significados, em que a interpretação dos signos pelos envolvidos torna-se ambígua. Sendo assim, para discutirmos as ambivalências e ambiguidades presentes nas leituras e interpretações de comportamentos (verbais e não verbais) relacionados ao prazer e ao desejo, também é necessário aprofundarmos a análise dos processos interpsicológicos e intrapsicológicos operantes em nível dos sujeitos.

Segundo Ferreira, Salgado e Cunha (2006), tais processos, bem como, a abertura à diversidade e ao pluralismo humano, e o próprio estudo da ambiguidade, são temas muito pouco desenvolvidos na psicologia *mainstream* (de caráter positivista) que

procura reduzir a ambiguidade ao mínimo possível. Por exemplo, temos as classificações e descrições psicológicas do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), em que prevalecem a normatização, a globalização e a redução de sintomas e expressões de diferentes transtornos psicológicos.

Ao mesmo tempo, estudos existentes sobre ambiguidade — presentes nas abordagens construtivistas e semiótico-culturais — estão associados ao contexto discursivo da ambivalência e à simultaneidade de processos psicológicos conflitantes que envolvem diferentes afetos e sentimentos (Ferreira, Salgado & Cunha, 2006). Estes estudos são a base teórica da presente pesquisa por entenderem a ambiguidade como cerne das relações interpessoais, dos processos intersubjetivos e da construção de significados. Ao negá-la, ou buscarmos a sua exclusão, estaríamos perdendo uma grande oportunidade de compreensão aprofundada sobre os variados processos humanos. Aliás, deve-se considerar que a exclusão da ambiguidade só seria possível se a subjetividade dos indivíduos pudesse ser completamente removida ou silenciada.

Nesses estudos, a multiplicidade de realidades psicológicas coexistentes e simultâneas na esfera social-simbólica é enfatizada. Além disso, compreende-se como princípios norteadores: (1) a “realidade” é originada a partir dos acordos e relações sociais presentes no mesmo contexto; e (2) a narrativa e o discurso são fundamentalmente atravessados por aspectos linguísticos, pelo afeto e pela cultura nos processos de interiorização cultural. É a partir desses fatores que criamos significados e compreendemos os fenômenos sociais (Brockmeier & Harré, 1997; Ferreira, Salgado & Cunha, 2006).

Logo, ao se considerar a cultura como fluida e dinâmica, bem como a linguagem, a compreensão e interpretações acerca do consentimento não são fixas e sofrem diferentes variações quanto à sua interpretação a depender do contexto, das

pessoas envolvidas, do histórico e dos afetos. Devido à dinamicidade dos processos interpsicológicos, sociais e culturais, o modo como compreendemos o mundo e as nossas relações/interações não é estático e, sim, construído no decorrer da trajetória de vida, dos processos comunicativos (a existência humana é uma existência comunicacional) e do próprio desenvolvimento humano.

Desse modo, para coconstruir e atribuir significados de modo mais eficaz é de extrema importância a abertura à alteridade, ao diálogo e a existência de contrastes/ e tensões. Conforme Ferreira, Salgado e Cunha (2006, p.10):

Num certo sentido, o significado é criado através de um entendimento comum; mas a diferença e a assimetria originais entre esses polos são uma condição necessária para essa ponte. Em outras palavras, o significado depende sempre do jogo entre igualdade e diferença (...) Essa perspectiva estabelece a tensão como condição necessária de sentido. O diálogo, tão comumente concebido como uma forma de estabelecer um entendimento e uma cooperação comuns, é também uma questão de luta, mal-entendido e tensão.

Em outras palavras, a construção de significados ocorre por meio da interação entre os sujeitos (ou sujeito-comunidade/cultura, Eu-Outro), podendo ser dita um produto, enquanto exerce a função de ferramenta de comunicação interpsicológica. Com isso, ressalto que os processos de coconstrução de significado são espaços polissêmicos, sendo possível observar infinitas e diversas “verdades”, interpretações e leituras sobre os fenômenos humanos (Ferreira, Salgado & Cunha, 2006).

As zonas cinzas (ambiguidades associadas ao consentimento de práticas sexuais) podem ser descritas como situações, contextos e vivências em que a atribuição de certos significados, coconstruídos na interação entre os sujeitos, dificulta a compreensão dos signos utilizados. Ou seja, quando os signos são “lidos” de maneiras diferentes pelos sujeitos em interação. Desse modo, a ambiguidade surge como uma dificuldade

interacional entre processos intersubjetivos e intrasubjetivos (Sammut, Dannen & Moghaddam, 2013).

Os processos inter e intrapsicológicos do consentimento e as “bordas” do consentimento

De acordo com Tateo e Marsico (2021), nos processos interpsicológicos, diferentes indivíduos podem negociar entre si uma realidade que lhes convém, por meio da interação e da comunicação. Nesta realidade coconstruída, que pode ser compreendida como um contexto, situação, interpretação ou entendimento sobre algo ou alguém), as experiências idiossincráticas de cada pessoa (processos intrapsicológicos) são articuladas com as dos outros por meio da negociação de significado.

Os processos interpsicológicos atuam, portanto, na construção e manutenção de uma realidade comum e compartilhada que busca integrar os diferentes significados presentes para cada indivíduo, auxiliando os sujeitos em interação a se orientarem na relação entre eles. E, assim, para que a comunicação, em nível interpsicológico, seja eficaz, é necessária a expressão pública de sentimentos, afetos, memórias e demais quesitos de natureza privada (processos intrapsicológicos/intrasubjetivos) dos sujeitos em interação (Sammut, Daanen & Moghaddam, 2013; Tateo, 2016; Tateo & Marsico, 2021).

Segundo Sammut et al. (2013), a maioria das interações sociais cotidianas expressa a necessidade constante de negociar significados com os outros e diversos “mal-entendidos” (ambiguidades) ocorrem devido a alguns significados serem interpretados como certos, quando, na realidade, são incapazes de “refletir” coerentemente a realidade social coconstruída entre seus integrantes. Em outras

palavras, diariamente, em nossa interação e comunicação com o Outro/Mundo, negociamos, de maneira constante, diferentes compreensões pessoais (de base histórica e afetiva) para o estabelecimento de um “contexto” (realidade) em comum.

Tomemos, a título de exemplo, uma situação de paquera entre dois jovens adultos heterossexuais em uma festa. João vê Maria dançando sozinha e se aproxima sutilmente para flertar. A princípio, o homem compreende que por a jovem estar em uma festa e dançando sozinha, isso demonstraria “disponibilidade” ou interesse, por parte dela, de relacionar-se com demais presentes. Todavia, ao se aproximar de Maria, a jovem demonstra descontentamento e falta de interesse por João. De início, João pensa que Maria está “se fazendo de difícil” e persiste por um tempo, até Maria reforçar sua posição de não interesse e João se afastar.

Tal situação nos apresenta um comum mal-entendido/ambiguidade em relação a uma realidade coconstruída – o flerte entre João-Maria. Isso acontece quando certos significados pré-estabelecidos, vistos como fundamentais (João interpretar que Maria estaria “disponível” por estar na festa sozinha), entram em negociação/conflito (Maria demonstrar falta de interesse em João) para a construção de uma nova realidade coconstruída (João então percebe que nem toda mulher que está dançando sozinha estaria interessada em se relacionar com alguém na festa).

Um outro conceito que deve ser explorado para a compreensão das ambiguidades presentes nas relações e contextos interpsicológicos é o “*border*” (fronteiras), desenvolvido e explorado nos estudos de Marsico e colegas (Tateo & Marsico, 2017, 2021; Marsico & Varzi, 2015). De acordo com Tato e Marsico (2021), assim como a experiência humana, a palavra “*border*” é repleta de polissemias e pode ter diferentes conotações, que vão desde “*borders*” nacionais, rígidas e concretas, a

“*borders*” intrapsíquicas, interpessoais e relacionadas a distinções sociais. Mais especificamente, segundo os autores (Tateo & Marsico, 2021, p.711):

As fronteiras podem ser materiais ou imateriais, concretas ou imaginárias, bem definidas ou vagas. Elas determinam o que é admissível ou não dentro de um espaço circunscrito. Elas também definem o que é conhecido e o que deve ser mantido afastado como estranho ou perigoso. Ao traçar uma fronteira, impomos as nossas normas em um território físico ou psicológico (...) as fronteiras marcam o lugar de uma diferença, seja ela real ou presumida. Neste sentido, uma fronteira é um espaço situado entre as coisas e, embora aparentemente diga respeito principalmente ao ambiente físico, é, antes de mais nada, um processo psicológico de construção de significado. As fronteiras delineiam um espaço na mente e na sociedade.

Em virtude do foco da presente tese, utilizarei a tradução “bordas” para me referir às fronteiras (*borders*) presentes nos processos semióticos e na compreensão do consentimento e do não consentimento. Segundo Tateo e Marsico (2021), a construção das “bordas” é um ato de semiose. Os signos emergem de uma relação afetiva corporificada (ou não), que leva à produção de distinções. Isto exige um ato interpretativo que gera um elemento generalizador ou associativo (Tateo, 2018). Assim, as bordas não apenas definem o que é transponível e o que é inacessível, dividindo a ordem de um lado e o caos de outro, mas também oferecem às pessoas a possibilidade de atravessá-las (Marsico, 2016). Como podemos observar a seguir, na Figura 7.



Figura 7 - Zona cinzenta/cinza e o conceito de bordas

De acordo com Marsico et al. (2013), são três os processos necessários para o desenvolvimento das bordas/fronteiras entre indivíduo-mente-sociedade: a criação de significados, a criação de distinções e a agregação de valor. As bordas são construídas, principalmente, para possibilitar que o indivíduo articule, diferencie e/ou integre hierarquicamente sua relação com o meio ambiente. Em outras palavras, as bordas orientam e regulam os sujeitos sobre como se relacionar entre si.

Desse modo, compreende-se que as bordas operam em diferentes níveis, tais como em nível intrapsicológico (intrasubjetivo - de caráter mental/psicológico), em nível interpsicológico (intersubjetivo - entre pessoas), entre grupos sociais, nas interações materiais/físicas - abstratas/psicológicas (como, por exemplo, uma cerca que separa a casa privada do ambiente público, delimitando o espaço que temos acesso do que não devemos “invadir”) e de modo normativo, sendo cultivadas como normas sociais, o que “se deve” fazer e o que “não se deve” fazer (Marsico, Cabell, Valsiner & Kharmalov, 2013).

O conceito de bordas também compreende que os signos regulam os sentimentos, os afetos e as condutas dos indivíduos. Assim, traçam uma linha/borda entre o que é aceitável e o que não é aceitável (Valsiner, 2014; Tateo & Marsico, 2021) a partir de discursos disseminados de diversas formas no ambiente social (placas, filmes, leis, fotografias, revistas etc.). Além disso, deve-se atentar que

A natureza pessoal da construção de significado na autorregulação torna possível, por exemplo, que uma pessoa saiba sobre uma expectativa ou norma (ou espere que outros saibam sobre ela), mas a ignore ou não a utilize (Tateo & Marsico, 2021, p. 717).

Outro ponto a ser destacado é que as distinções produzidas pelas bordas nem sempre são nítidas e, muito menos, rígidas (Marsico & Tateo, 2017), o que contribui para a presença e manutenção da ambiguidade e da polissemia. De fato, a ambiguidade pode ser interpretada como um aspecto fundamental das bordas, pois cria um espaço para negociação e diálogo, bem como para mal-entendidos e conflitos/confusões. Desse modo, no presente trabalho compreende-se a Zona Cinza como este espaço. Ou seja, uma região entre as demarcações existentes (zona fronteira) que sofre influência de ambas as regiões delimitadas, na qual os valores, interpretações, crenças são de difícil leitura e distinção.

Um exemplo que ilustra a plasticidade entre fronteiras, bem como as interações possíveis e existentes, no espaço, entre os diferentes lados delimitados é o “fenômeno” linguístico e cultural: Portunhol. Comum nas áreas fronteiriças do Brasil com os demais países da América do Sul (hispânicos), especialmente entre o Brasil e o Uruguai e na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. De acordo com Arruda e Tamwing (2023), o portunhol surgiu a partir da hibridação do português com o espanhol em situações de contato (no espaço geográfico em que há comunidades de fala que permitem o contato do português com o espanhol e nas relações interpessoais).

Os autores se referem ao portunhol como uma linguagem de fronteira e se posicionam a favor da quebra de preconceito linguístico sobre esse fenômeno, ao considerarem como mais importante no ato comunicativo linguístico, a compreensão da mensagem e não o modo como ela é transmitida pelos falantes (Arruda & Tamwing, 2023). Em suas palavras:

Se de um lado tem-se a rejeição do portunhol, devido à atribuição incorreta da língua, por outro, tem-se a demarcação dele como língua que possui agentes comunicativos em um espaço geográfico limitado,

mostrando representações identitárias das comunidades o usam como língua de comunicação (p.147)

Como destacado por Marsico (2016) e Brambilla (2015), as bordas/fronteiras têm potencial para permitir não só a coexistência de diferentes narrativas em um mesmo “todo”, mas também o surgimento de múltiplas interações simbólicas e materiais, o que lhes confere riqueza na produção de significados. Desse modo, ao mesmo tempo em que favorecem a manutenção de um espaço de negociações e diálogos, as bordas também abrem margem para mal-entendidos e possíveis confusões. São três as suas principais características: (1) a fronteira/borda tanto separa quanto unifica; (2) aumenta a ambiguidade ao mesmo tempo em que a diminui; (3) a qualidade do todo é determinada pelas fronteiras que tornam as partes mutuamente relacionadas (Marsico, Cabell, Valsiner & Kharmalov, 2013).

Utilizaremos as “bordas” que definem as zonas cinzas do consentimento nas relações sexuais para ilustrar tais características. Ao mesmo tempo que dois sujeitos de gêneros opostos podem, graças aos processos afetivo-semióticos de internalização/externalização cultural, compartilhar, em seu imaginário, uma mesma compreensão abrangente quanto às atitudes ou palavras que demonstram consentimento ou não de ambos os envolvidos na situação, na prática, pode haver divergências quanto às leituras do consentimento. Por exemplo, existem situações em que o “não” é interpretado como “não quero”, “não” como “preciso ser convencida, você tente mais” ou então “quero, mas não tenho coragem de falar”.

Zonas Cinzas em ação: a ambiguidade nas relações

Para exemplificarmos, basta retornar à experiência vivida pela participante entrevistada por Grigoriadis (2017), apresentada na Introdução desta tese. Segundo o

autor, a experiência da violência sexual pela jovem não foi percebida pelo rapaz, que somente se deu conta dela posteriormente. Ele não percebeu o desconforto da jovem, e acreditou que havia um consentimento mútuo entre eles, enquanto a jovem vivenciava uma experiência de constrangimento e medo, o que a qualificou a experiência como abuso sexual. Ambos vivenciaram sentidos subjetivos distintos de um “mesmo” fato. Para González Rey e Martínez (2017), o sentido subjetivo seria um fluxo de emoções com múltiplas expressões simbólicas que configuram os estados emocionais dominantes de uma pessoa. Dessa forma, podemos considerar que tanto a jovem quanto o homem tiveram experiências psicológicas distintas em relação ao que ocorreu naquele momento.

Aqui, vale ressaltar que a ocorrência de várias interpretações sobre um mesmo fenômeno ou situação — no caso da presente pesquisa, de violência sexual — deve ocorrer com muito mais frequência do que imaginamos. A assimetria cultural referente à socialização de homens e mulheres incentiva os homens a desenvolverem um olhar egocêntrico (falocêntrico) voltado para o próprio prazer, o que acaba por interferir em sua percepção/reconhecimento do que sente ou quer a sua parceira, dos seus desejos, e daí, podem acabar inferindo a existência de um consentimento que, na verdade, não existe (Obando, 2022).

Além disso, justificar que a violência sexual é uma exceção, praticada exclusivamente por homens “bárbaros” ou “psicopatas”, é extremamente reducionista e incoerente, diante do grande número de casos relatados por mulheres e da discussão aqui apresentada. De acordo com Todorov (2010), essa “barbárie” não é uma característica de natureza biológica (não existe um gene que torna a pessoa “má”), e, assim como os “bárbaros” não nascem bárbaros, os agressores sexuais não nascem estupradores. O autor também salienta que “O medo dos bárbaros é o que ameaça

converter-nos em bárbaros. (...)” (p. 15). Desse modo, apesar da barbárie ser repudiada pela sociedade, esta é alimentada quando, por exemplo, pessoas enxergam os outros (pessoas negras, integrantes da população LGBTQIAPN+ ou mesmo mulheres) como objetos e não como seres humanos (Todorov, 2010).

No caso aqui analisado, a jovem, que se sentiu abusada sexualmente, pode ter percebido que o outro jovem — de gênero masculino — talvez não tivesse praticado o ato com a finalidade consciente de abusá-la, e foi por esta razão que ela o procurou depois para expressar como se sentiu com a situação. Isto permitiu que ele, então, compreendesse o que houve e se desculpasse.

Em suma, o principal problema entre eles decorreu de discursos e crenças culturais sobre o gênero, ainda dominantes nas relações interpessoais em nossa sociedade. Essas são crenças e discursos que produzem sentidos subjetivos que dificultam a percepção e interpretação dos sinais emitidos nas interações vividas pelas pessoas, em particular quando estão negociando a possibilidade de relações sexuais. Em outras palavras, por trás da produção de sentidos, há fatores que mobilizam o comportamento, como os valores, as crenças e os discursos dominantes sobre o gênero (González Rey, 2012).

Tendo isso em vista, a seguir apresento os objetivos que foram elaborados com a finalidade de aprofundar e contribuir com uma discussão sobre a emergência da ambiguidade nas interações sociais de caráter afetivo-sexual e o papel da cultura na produção e interpretação da cultura em sua manutenção.

II – OBJETIVOS

Objetivo geral

Identificar e analisar, nas narrativas de dez jovens brasileiros, entre 18 e 25 anos, do gênero masculino e feminino, como interpretam e se posicionam diante de situações envolvendo ambiguidades quanto à ocorrência (ou não) de abuso sexual, ou seja, no contexto das zonas cinzas do consentimento feminino, em que ocorrem atos de natureza heteroafetivo-sexual.

Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, proponho identificar, analisar e discutir, com base nas narrativas dos participantes:

1. Como estes percebem e avaliam situações retratadas em imagens nas quais a existência ou não de consenso para um toque sexual não esteja explícita (ambiguidade);
2. Como estes percebem e avaliam situações retratadas em um trecho audiovisual editado e uma história narrada sobre a ocorrência de um ato sexual em condições ambíguas, visando verificar os signos e demais fatores que os participantes empregam em suas interpretações acerca do ocorrido: consentimento ou não consentimento, violência ou não-violência;

3. Quais os principais fatores culturais, em nível macro e micro, que atuam e dificultam a leitura do consentimento feminino e da presença ou não de violência, por parte dos/as jovens adultos;
4. O papel da metacomunicação e a coconstrução contínua dos signos presentes nas interações afetivo-sexuais.

Todos os objetivos acima visam construir conhecimentos que possam contribuir para uma melhor compreensão da questão da ambiguidade nas relações afetivo-sexuais homem-mulher e, assim, também para o desenvolvimento humano e para áreas envolvendo educação e contextos jurídicos.

III - METODOLOGIA

Em vista da complexidade do fenômeno das múltiplas violências contra a mulher, compreendo a metodologia qualitativa como o meio ideal para investigar, analisar e elaborar teoricamente os processos envolvidos no fenômeno específico que desejo estudar. A pesquisa qualitativa surgiu como uma resposta necessária ao movimento positivista e ao método quantitativo, ainda predominantes em diversas áreas de conhecimento, dentre elas a própria psicologia (González-Rey, 1997; Goldenberg, 2018; Overton, 2006; Yokoy, Branco & Lopes de Oliveira, 2008).

Segundo Overton (2006), a busca por uma certeza absoluta do conhecimento, predominante na visão cartesiana fundamentalista de ciência, ainda hoje orienta o fazer científico em diversos campos apesar das mudanças ocorridas nas discussões epistemológicas e metodológicas nas últimas décadas. Isso levou à marginalização da subjetividade, da mente humana e da análise dos processos de significação, o que resultou na formulação de uma metodologia científica mecanicista, orientada pelo instrumentalismo e pelo funcionalismo. Sob essa ótica, não se considera a complexidade da experiência humana, e se compreende a realidade como algo absoluto, não-desenvolvimental e independente da mente das pessoas.

Na contramão dessa corrente epistemológica, a pesquisa qualitativa (González-Rey, 2000) compreende que a realidade é plural, complexa e dinâmica, pois as pessoas apresentam diferentes motivos, crenças, aspirações, valores e formas de agir, e atribuem diferentes significados às suas experiências em relação aos temas investigados pela pesquisa científica. Ou seja, as pessoas não se diferenciam apenas em suas ações e

atitudes, mas também em suas interpretações oriundas da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2015).

Em outras palavras, é fundamental analisar os significados que as pessoas atribuem às temáticas investigadas (Valsiner, 2019). Afinal, apesar de todos nós, seres humanos, sermos formados pelo mesmo processo evolucionário, somos seres individuais, com concepções singulares acerca da realidade vivida. A pesquisa qualitativa, por seu caráter profundo, sistêmico e participativo, inevitavelmente toca o plano da subjetividade (Demo, 2001).

O termo “qualitativo” significa que o pensamento científico se baseia principalmente na percepção e na compreensão humanas dos fenômenos a serem estudados (Stake, 2011). Dessa forma, a pesquisa qualitativa caracteriza-se por seu processo interpretativo, experiencial, situacional e personalístico. Valsiner e Branco (2022, 1997) destacam a importância de uma investigação qualitativa para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos humanos. Segundo os autores:

O que vale é a possibilidade de compreender a complexidade e a dinâmica dos processos envolvidos na configuração dos fenômenos psicológicos, buscando-se extrair princípios e tendências que, estes sim, sejam generalizáveis e, portanto, úteis em novas situações ou contextos (Branco & Valsiner, 1997, p. 33).

De acordo com Brickmann (2012), a investigação qualitativa deve ser compreendida e abordada como uma atividade vital em que todos os seres humanos estão envolvidos. Ela se caracteriza por uma atividade situada que localiza o observador no mundo — suas vivências, interpretações, afetos, sentidos, etc. — e, a partir desta atividade, desenvolve-se uma série de representações do mundo e da vida, por meio de notas de campo, conversas, fotografias, entrevistas e gravações filmicas ou de áudio (Brickmann, 2012).

A metodologia qualitativa de investigação é o principal meio de valorizar os processos de agencialidade dos sujeitos em suas experiências de vida, pois permite explorar como as pessoas conduzem e avaliam suas vidas, afetos e posicionamentos. Considerar a agencialidade dos sujeitos na pesquisa significa abordar o ser humano não apenas como entidade capaz de reagir a estímulos. As ações humanas baseiam-se em razões, motivos, afetos e emoções que precisam ser identificados e analisados para compreender, mais profundamente, o ser em desenvolvimento. Desse modo, o processo de análise sempre envolverá a interpretação, pois tais fenômenos internos — motivos, afetos, emoções — não são, muitas vezes, transparentes para os próprios participantes, ainda mais para os que os observam (Brickmann, 2012; Valsiner & Branco, 2022).

Além disso, a metodologia qualitativa enfatiza também a importância do papel ativo do pesquisador, em virtude de seus pressupostos epistemológicos, de sua visão de mundo, de suas motivações etc. Ela reconhece que o pesquisador influencia o direcionamento da pesquisa e de sua análise (Valsiner & Branco, 2022) e admite, ainda, a criatividade como fator de grande importância para o trabalho do pesquisador. Este não deve ser um mero colecionador de dados, mas sim utilizar sua experiência intuitiva para elaborar a metodologia mais apropriada para a investigação do seu objeto de pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, a interpretação das informações obtidas para a construção de dados dependerá das preferências teóricas e epistemológicas do pesquisador. Com isso, é de suma importância destacarmos o papel da imaginação e do afeto no processo do fazer ciência, tendo em vista que a ciência é uma expressão da atividade humana em que os sentimentos e afetos orientam as próprias análises ditas racionais (Branco & Valsiner, 1997, 2022; Goldenberg, 2018; Minayo, 2015, Valsiner, et al. 2017).

O papel ativo dos pesquisadores se expressa ao relacionar conceitos, articular o empírico ao teórico, propor novas interpretações e formas de analisar determinado fenômeno. Em poucas palavras, as informações construídas na pesquisa de campo envolvem todo um processo de coconstrução de significados entre participantes e o pesquisador. Com isso, a produção de conhecimento pode ser vislumbrada como um ato ético e político (por focar questões relativas à relação entre ciência e poder), sendo, portanto, contextualizada, interativa e interpretativa (Yokoy et. al, 2008, Madureira & Branco, 2001, Valsiner, et al. 2017, 2019).

De acordo com Yokoy et al. (2008), é de suma importância considerarmos, durante a construção da pesquisa, que o desenvolvimento humano ocorre por meio de um processo dinâmico e diverso, devido à relação dialógica entre o sujeito em desenvolvimento e a integração hierárquica dos níveis de organização do contexto em que vive e interage. Logo, em especial nas pesquisas e produções científicas no campo da psicologia, deve-se resgatar a dimensão cultural por meio da mediação semiótica para a análise dos valores, crenças e práticas relacionados ao tópico estudado. Assim, a cultura é vista como constituinte das pessoas, e não apenas como uma variável externa a elas. Desse modo, as realidades sociais e subjetivas são contempladas em suas complexidades e dinamismo.

Tendo isso em vista, o processo de pesquisa requer diferentes níveis de análise, ao colocar em interação uma multiplicidade de aspectos dos participantes, tais como suas histórias pessoais, biografia, gênero, classe social e etnia (Yokoy et al. 2008).

Considerando os argumentos expostos e o fato de a presente pesquisa se fundamentar teoricamente na psicologia cultural de orientação semiótica, a presente pesquisa possui caráter idiográfico e partirá do estudo das narrativas de um pequeno número de jovens sobre o fenômeno da violência sexual contra a mulher.

Neste tipo de pesquisa, as diferenças e as características individuais dos participantes são aspectos centrais no processo de construção dos dados, tendo em vista a possibilidade de identificar possíveis generalizações. Segundo Rosa (2008) e Branco (2012), as pesquisas idiográficas possibilitam perceber quais são os princípios e processos envolvidos no fenômeno estudado em casos específicos e como esse conhecimento poderá gerar conhecimentos generalizáveis sobre o fenômeno. Como fontes de informação, foram realizadas entrevistas individuais e grupos focais, com base em roteiros semiestruturados, e apresentar e discutir vídeos e imagens motivadoras e significativas, baseados em situações dilemáticas e/ou ambivalentes, visando gerar trocas narrativas ricas em informações relevantes sobre o tema do trabalho.

Por que entrevistas individuais e grupos focais?

Como defendem Brickmann (2012) e demais autores (Geertz, 1989; Oliveira, 2011; Valsiner, 2021), nós somos seres construtores compulsivos de significados. Ou seja, somos criaturas intersubjetivas e conversacionais, e o Outro e a cultura têm aí um destaque fundamental. Além disso, o próprio conhecimento tem caráter dialógico. É por meio de uma linguagem — adquirida inicialmente pela conversação — que testamos as nossas interpretações na interação com os outros e com o mundo. Nosso caráter questionador e interpretativo pode ser entendido como conversacional em sua essência, uma vez que é constituído pelos inúmeros e variados relacionamentos que temos e tivemos com outras pessoas (Brickmann, 2012; Yokoy et al., 2008).

Considera-se, portanto, que as conversas são uma fonte significativa de construção de conhecimentos sobre os aspectos pessoais e sociais dos seres humanos, bem como para compreender a si mesmo, o Outro e a cultura de modo mais amplo. Conversas, portanto, caracterizam-se como uma excelente ferramenta para análises qualitativas. Uma entrevista, uma conversa direcionada (Minayo, 2015) e uma sessão de

grupo focal referem-se a um intercâmbio de impressões, visões e opiniões entre as pessoas sobre um determinado tema (Brickmann, 2012).

Segundo Minayo (2015), a *entrevista*, no contexto das pesquisas científicas, é uma conversa entre o entrevistador e o participante ou grupo de participantes, com determinadas finalidades. Dentre as diferentes modalidades de entrevista, a entrevista semiestruturada permite combinar perguntas abertas e fechadas. Tais perguntas têm como intuito estimular, por parte dos participantes, a construção de reflexões e narrativas sobre o tema da investigação. Há, assim, a possibilidade do entrevistado discorrer com flexibilidade sobre o tema, sem se prender às questões formuladas.

Em especial na pesquisa qualitativa, a entrevista pode ser compreendida como uma troca verbal que ocorre no contexto de uma interação intencional. Nela, o entrevistador busca coordenar diferentes processos de construção de conhecimento, como a formulação de perguntas, o registro e a análise da informação. Já o entrevistado/participante é a principal fonte das informações a serem posteriormente transformadas em dados (Yokoy et. al, 2008). Com isso, ressalta-se a entrevista qualitativa como um espaço interativo, dialógico e permeado por significados coconstruídos.

No caso da presente pesquisa, o modelo de entrevista a ser utilizado é o semiestruturado, que se distingue por seu planejamento prévio (porém flexível) e tem como objetivo obter descrições e impressões de experiências ou perspectivas específicas dos entrevistados, para a interpretação dos significados dos fenômenos descritos (Brinkmann, 2012). Tal tipo de entrevista também se destaca pelo potencial de produção de conhecimento dos diálogos, o que possibilita uma maior amplitude ao que o entrevistado pensa, sente e considera importante. Dessa forma, tanto o entrevistador

quanto o entrevistado são valorizados como produtores de conhecimento no processo de pesquisa.

A utilização de imagens, enquanto ferramenta metodológica, apresenta potencialidades, na medida em que possibilita gerar reações que auxiliam o pesquisador a compreender, de modo mais complexo, os posicionamentos dos sujeitos em relação ao objeto de estudo (Madureira, 2016). Isto facilita a produção de informações relevantes e a análise dos significados que os participantes atribuem ao tema da pesquisa, inclusive dos sentimentos mobilizados pelas imagens apresentadas. Vale ressaltar que o uso de imagens e vídeos como ferramentas metodológicas tem sido pertinente para trabalhar com temas de natureza polêmica e complexa, facilitando a comunicação e expressão dos participantes (Madureira, 2016).

Já os *grupos focais* têm se tornado um dos métodos de exploração mais amplamente utilizados nas ciências humanas e sociais (Marvoká, 2007) e podem ser considerados uma forma de entrevista coletiva que possibilita aos participantes manifestarem e negociarem suas percepções, sentimentos e pontos de vista sobre um determinado assunto, com o objetivo principal de construir informações aprofundadas sobre um tópico específico. Caracterizam-se, portanto, pelo envolvimento dos participantes em processos de comunicação e interação entre si (Trad, 2009). Os participantes são concebidos como sujeitos intencionais e interativos, que coconstroem significados. Em outras palavras, de modo ativo, se afetam mutuamente e alteram suas percepções, construções e ações com base nas interações que estabelecem um com os outros e com o contexto (Yokoy et. al, 2008).

De acordo com Marková (2007), os grupos focais, enquanto método de pesquisa, são meios de exploração empregados pelas ciências humanas e sociais para compreender opiniões, analisar interações e observar como as pessoas compartilham

diferentes ideias e conhecimentos. A autora também relata que o método possui uma natureza dinâmica por consistir em atividades comunicacionais nas quais podem ser analisados diferentes questões e aspectos referentes à linguagem, pensamentos, conhecimentos, sentimentos e ações dos sujeitos envolvidos. Logo, os grupos focais correspondem a uma técnica de pesquisa ou a uma estratégia metodológica, pois o conceito de método é mais amplo (por exemplo, o método etnográfico e o construtivo-interpretativo).

Tendo isso em vista, consideramos que a realização de grupos focais pode acrescentar novas informações sobre o tópico da pesquisa, por investigar a produção de sentido no contexto de interações sociais entre pessoas imersas no contexto histórico e cultural da sociedade a que pertencem, favorecendo reflexões e questionamentos sobre as diferentes formas pelas quais elaboram e transformam seus posicionamentos quando estão em situação de diálogo (Marková, 2007).

Com base na metodologia escolhida, esta pesquisa busca valorizar e explorar o diálogo como principal mecanismo de acesso à compreensão do fenômeno estudado e à construção de informações. Afinal, o diálogo, a relação de interdependência entre o Eu e o Outro (Marková, 2007) são a base da constituição humana. Em outras palavras, vivemos, nos construímos e desenvolvemos, de modo dialógico, a partir da palavra/visão do outro. Nas palavras de Marková (2007, p. 8)

O mundo social é um conjunto multifacetado e de múltiplas vozes e realidades situadas na cultura. Sistemas de símbolos, textos, produtos artísticos e interpretações históricas, todas possuem propriedades dialógicas. São expressões de cognições dialógicas socialmente compartilhadas e ações comunicativas. Ao mesmo tempo, estas não são enganadas em uma contemplação pacífica, mas estão em tensão, se chocam, julgam e avaliam um ao outro.

Em suma, no estudo daremos ênfase à análise e discussão das narrativas dos participantes. Segundo Murray (2019), as narrativas são modos compartilhados de ver o mundo, socialmente desenvolvidos e em constante transformação. Dessa forma, é por meio da narrativa que atribuímos sentido aos diferentes contextos, situações, afetos e experiências que vivenciamos.

1. Participantes

Em virtude do processo de construção de informações (grupos focais e entrevistas individuais) ocorrer online, a pesquisa foi realizada com 10 voluntários, com idades entre 20 e 25 anos, residentes em diferentes estados do Brasil. Participaram da pesquisa cinco jovens cis-héteros do gênero feminino e cinco do gênero masculino. Como critério, foram selecionadas pessoas interessadas em discutir a violência sexual contra a mulher, excluindo-se os jovens que tivessem passado por esse tipo de experiência. Caso alguma voluntária tivesse sofrido esse tipo de violência, ela seria encaminhada para terapia psicológica, mas isso não ocorreu.

O critério de seleção dos voluntários foi a maior diversidade de expectativas e experiências sobre o tema. Voluntários que apresentassem indicadores explícitos de sexualidade não binária foram excluídos desta pesquisa. Os participantes foram selecionados por meio das redes sociais virtuais (*Facebook, Instagram, Twitter/X e Whatsapp*), nas quais foram divulgadas informações gerais sobre a pesquisa, tais como o tema e o objetivo geral. Os participantes interessados foram contatados e receberam mais detalhes e, após a seleção, receberam os termos de consentimento para assinar, sendo combinadas as datas para a realização das entrevistas e das sessões de grupo focal. Na ocasião, apresentei o objetivo da pesquisa e uma breve explicação dos

procedimentos a serem realizados (grupo focal e entrevista), os quais já estavam bem explicados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Neste contato inicial, comprovantes de identidade e filiação acadêmica da pesquisadora responsável e do assistente de pesquisa foram apresentados aos interessados.

Por questões de sigilo relativas às identidades pessoais dos participantes, serão utilizados nomes fictícios, conforme apresento a seguir:

Quadro 1 - Informações sociodemográficas das participantes do gênero feminino

Nome	Idade	Estado	Profissão	Estado Afetivo	Cor/Etnia	Escolaridade
Malaika	25 anos	Sergipe	Psicóloga Organizacional	Solteira	Negra	Graduação completa
Vivian	25 anos	Ceará	Estudante	Solteira	Branca	Pós-graduação
Camila	24 anos	Distrito Federal	Enfermeira	Solteira	Parda	Graduação completa
Anezka	23 anos	Minas Gerais	Designer	Solteira	Branca	Graduação Completa
Joyce	25 anos	Minas Gerais	Servidora Social	Solteira	Branca	Pós-graduação

Quadro 2 - Informações sociodemográficas dos participantes do gênero masculino

Nome	Idade	Estado	Profissão	Estado Afetivo	Cor/Etnia	Escolaridade
Yudi	24 anos	Distrito Federal	Estudante	Namorando	Branco	Graduação Completa
Pedro	25 anos	Distrito Federal	Engenheiro Florestal	Solteiro	Pardo	Graduação Completa

Gustavo	25 anos	Maranhão	Motorista de aplicativo	Namorando	Branco	Graduação Incompleta
Renato	22 anos	Paraná	Estudante	Solteiro	Branco	Graduação Incompleta
Isaac	25 anos	Distrito Federal	Servidor Público	Solteiro	Branco	Graduação Completa

2. Materiais e Instrumentos

Os materiais utilizados foram: um computador para a realização das entrevistas e grupo focal pela plataforma *Zoom Video Communications*; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo II) enviado, via e-mail, para todos os participantes que autorizaram a pesquisa, que informados que haveria gravação de áudio e vídeo das atividades. Outros instrumentos utilizados foram: roteiros para as entrevistas individuais semiestruturadas e dois roteiros para as sessões de grupo focal, um para as participantes de gênero feminino e outro para a sessão com os participantes de gênero masculino.

Vale salientar que, além das perguntas, os roteiros das entrevistas incluíram a apresentação de um conjunto de imagens selecionadas e de um vídeo previamente editado, extraído da série de TV “A Nearly Normal Family”. Ambos foram utilizados para promover discussões ricas em informações sobre as ideias, crenças, valores e posicionamentos dos participantes sobre o tópico investigado: o consentimento.

3. Procedimentos para a Construção das Informações

Com a finalidade de não restringir a pesquisa à participação de sujeitos residentes no Distrito Federal e tornar o processo de participação mais amplo, diversificado e acessível, as entrevistas e as sessões de grupo focal ocorreram

virtualmente através da plataforma de videoconferência *Zoom*, nos horários e dias combinados com os entrevistados (terças-feiras com o grupo focal feminino e nas quintas-feiras, com o grupo focal masculino).

Para a realização da pesquisa de campo, a pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília (UNB). Após a aprovação pelo Comitê, e as devidas autorizações, foram realizados os grupos focais e, em seguida, as entrevistas individuais. Destas últimas, apenas nove participaram, um participante do gênero masculino preferiu não realizar a entrevista individual (direito estabelecido no TCLE).

É importante mencionar, também, que foi solicitado que os participantes expressassem a autorização verbalmente no início das gravações de áudio e vídeo de cada um dos procedimentos mencionados. As gravações foram fundamentais para possibilitar o posterior trabalho de transcrição e de análise das informações construídas, e apenas a pesquisadora e seu assistente de pesquisa tiveram acesso aos áudios e vídeos gravados.

Como já mencionado, foram utilizados vários recursos para promover a motivação e a dinâmica dos encontros. Os roteiros para as entrevistas e para as sessões de grupo focais tiveram como objetivo estimular a construção de reflexões e narrativas por parte dos participantes sobre o tema da investigação, discorrendo sobre o assunto sem se limitarem às questões formuladas. O estabelecimento de um clima de confiança, descontraído, foi essencial para a produção de informações e indicadores relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa, e esta foi marcada pela flexibilidade e abertura da pesquisadora e de seu assistente na condução/coordenação dos procedimentos propostos.

A seguir, especifico os procedimentos adotados em cada etapa dos processos envolvidos na pesquisa.

4. Etapas e Procedimentos

A Figura 8 apresenta a sequência dos procedimentos adotados na pesquisa. Os procedimentos foram divididos em duas etapas: na primeira, realizaram-se os quatro grupos focais; na segunda, as entrevistas individuais semiestruturadas.



Figura 8. Sequência dos procedimentos: Grupos Focais e Entrevista Individual

Cada sessão de Grupo Focal durou, em média, 2 horas e, quanto às entrevistas individuais, 1 hora. É importante destacar que o GF com os rapazes foi coordenado por um assistente de pesquisa do gênero masculino (um psicólogo clínico), com o objetivo de permitir que os participantes do gênero masculino se sentissem mais confortáveis ao debaterem questões relativas à violência sexual contra a mulher. O roteiro utilizado no grupo focal com os rapazes foi o mesmo empregado nas sessões de grupo focal com as participantes do gênero feminino.

As sessões de grupo focal foram gravadas em áudio e vídeo. Posteriormente, foram selecionados episódios ou trechos com conteúdos relevantes, que foram então transcritos e apresentados durante as entrevistas individuais (ver detalhamento na seção seguinte). Durante todo o processo de seleção e análise dos trechos (episódios) selecionados, foi considerado que as interações humanas envolvem, também, importantes elementos não verbais como gestos, expressões faciais e posturais, e indicadores paralinguísticos. Ou seja, aspectos das interações humanas que constituem a dimensão não verbal da comunicação e se relacionam de perto com a dimensão dos afetos. Entretanto, deve-se ressaltar que tal registro icônico se refere a ações e expressões que devem sempre ser contextualizadas e não podem ser consideradas sinônimos de uma realidade única ou generalizável. As imagens de vídeo, assim, precisam ser consideradas em contextos específicos, para que sejam interpretadas, significadas e analisadas pela pesquisadora (Loizos, 2011).

1ª ETAPA: Grupos Focais

As duas primeiras sessões de Grupo Focal—a primeira realizada com as participantes do gênero feminino (GF1) e a segunda com os rapazes (GF2)—tiveram o formato de “Roda de Conversa” sobre o tema geral da pesquisa. Assim, tiveram como objetivo a familiarização dos/as participantes com a pesquisadora (ou com o assistente de pesquisa, no caso dos rapazes) e com o tema a ser investigado. Estas sessões (GF1 e GF2) foram conduzidas de modo lúdico e dialógico, com o objetivo de minimizar possíveis tensões decorrentes da temática da pesquisa. Em seguida, algumas imagens previamente selecionadas foram apresentadas para a discussão do tema de pesquisa. A seguir, disponibilizo uma breve descrição sobre cada imagem, de 1 a 6 (ver Anexo III):

IMAGEM 1 - *Seios*: Apresentava um casal - um homem e uma mulher - em foco. A mulher, parda, de cabelo cacheado, estava à frente da foto, usando um biquíni vermelho, óculos escuros e amarrando a canga em volta da cintura, enquanto um homem, branco e careca, apalpava seus seios por trás, com um sorriso no rosto. Nessa imagem, é possível visualizar o rosto dos sujeitos;

IMAGEM 2 - *Nádegas*: Mostra três pessoas - duas mulheres e um homem - em uma praia. A cena retrata uma mulher loira e branca, agachada enquanto mexia em bolsas de praia, enquanto um homem, também branco, por trás e um pouco distante, se esticou para tocar nos glúteos da mulher; uma terceira pessoa (mulher) olhava para a mulher agachada. Nessa imagem, não é possível visualizar o rosto dos sujeitos com clareza;

IMAGEM 3 - *Academia*: Ilustra uma mulher negra, vestindo roupa de ginástica — uma blusa e calça legging —, realizando agachamento com um homem de boné e relógio, segurando a coxa por trás durante o exercício. Nessa imagem, não é possível visualizar o rosto dos sujeitos;

IMAGEM 4 - *Ônibus*: Apresenta um homem e uma mulher em um ônibus, com pessoas à sua volta, de pé. A mulher está se apoiando nas barras de cima, de costas para o homem, enquanto o homem, por trás, veste um casaco preto e segura-se no banco ao redor da mulher, próximo fisicamente. Nessa imagem, não é possível visualizar o rosto dos sujeitos, tampouco sua etnia-raça.

IMAGEM 5 - *Carnaval*: Mostra um casal — um homem e uma mulher — se beijando no meio de uma multidão. A mulher está usando um laço no cabelo (similar ao da Minnie, da Disney) e está de olhos fechados, enquanto o homem, também de olhos fechados, a abraça. Nessa imagem, não é possível visualizar o rosto dos sujeitos com clareza;

IMAGEM 6 - *Amigas*: Ilustra duas mulheres sentadas em uma mesa, à frente de outra mesa, com dois homens. Na imagem, é possível ver que os dois homens e uma das mulheres estão sorrindo, enquanto a outra se virou parcialmente para olhar para os homens. Nessa imagem, é possível visualizar os rostos dos sujeitos com clareza, exceto o da mulher, de rosto virado. Todos os quatro sujeitos são pessoas brancas.

As duas sessões de grupo focal seguintes (segundo encontro), com as participantes do gênero feminino (GF3) e com os participantes de gênero masculino (GF4) tiveram como objetivo discutir a dinâmica da ambivalência e do consentimento a partir do vídeo previamente selecionado, que expõe a questão da ambiguidade nos relacionamentos erótico-afetivos. Neste momento, houve a exploração e o aprofundamento das crenças, valores e impressões dos participantes (em GF3 e GF4) em relação ao consentimento sexual e ao tema da pesquisa em geral. A proposta foi promover diálogos com base em um trecho editado de vídeo de aproximadamente 10 minutos, no qual há ambiguidade quanto ao consentimento da mulher para uma relação sexual (não foram exibidas cenas de sexo).

De forma mais precisa, o vídeo selecionado foi um trecho editado da série “A Nearly Normal Family” (Uma família quase perfeita), disponível em streaming na Netflix. O trecho apresentava uma viagem escolar de uma adolescente (por volta dos 15 anos) para um acampamento esportivo. Neste acampamento, além dos demais colegas de idade aproximada, está o novo ajudante do treinador de handebol, um adulto (de aproximadamente 30 anos) por quem a adolescente demonstra interesse romântico. Durante o acampamento, por iniciativa da adolescente que convida o treinador, ambos vão nadar a sós em um lago. Por lá, os dois trocam olhares, o que indica um possível interesse recíproco entre eles; contudo, ao perceber que outras pessoas se aproximavam, a adolescente sugere ao ajudante que se “escondam” em uma pequena cabana que tinha

por perto. Dentro da cabana, os dois se beijam e, quando o ajudante do treinador nota que há uma cama no local, ainda a beijando, empurra a adolescente para a cama, onde ocorre a relação sexual.

Durante o ato, os dois são “pegos no flagra” pelo dono da cabana e a adolescente é enviada para casa antes do encerramento oficial do acampamento. No caminho de casa com o pai, a adolescente diz a ele que, na realidade, o que aconteceu foi uma relação sexual não consentida. A partir disso, o pai faz algumas ligações e, com a presença e a ajuda da mãe da adolescente, os três buscam meios de fazer justiça. É necessário destacar que a cena íntima do vídeo não contém material explícito.

Para facilitar a discussão e exposição de ideias, sentimentos e impressões que se desenvolveram através da exposição do vídeo, este foi dividido e discutido em duas partes:

1º parte (00min-5min52’): momento em que é apresentado o contexto e o momento em que os personagens se conhecem, interagem e vivenciam a possível violência;

2º parte (5min43s’-10min): o “desfecho” e a conclusão do que foi presenciado no recorte.

2ª ETAPA: Realização das entrevistas individuais semiestruturadas

As entrevistas individuais semiestruturadas tiveram como propósito ampliar as informações construídas durante as sessões de grupo focal. Nesse momento, apresentou-se aos participantes a história de Carla e Roberto, baseada em um relato retirado do livro de Grigoriadis (2018), que, de modo resumido, explorou um tipo de interação comum

entre jovens solteiros: um casal que se conheceu por meio de uma rede social e combinou de se encontrar presencialmente em um bar.

Contudo, durante o encontro, outras coisas ocorreram, o que, ao final, levou Carla a se encontrar na casa de um homem que ela não conhecia direito e a fazer sexo com ele. É necessário ressaltar que a história foi escrita de maneira neutra e objetiva, sem explorar sentimentos, afetos ou possíveis emoções dos envolvidos (Anexo VI)

5. A Análise dos Dados

Para a construção e análise dos dados, foram realizadas transcrições literais de trechos selecionados de todas as sessões de grupo focal com os participantes, nas quais ideias e posicionamentos sobre o tópico investigado foram identificados como especialmente relevantes para a pesquisa. O mesmo foi feito em relação às nove entrevistas individuais. As leituras das transcrições, bem como a análise e a interpretação das informações, foram norteadas pela abordagem metodológica construtivo-interpretativa (Branco & Valsiner, 1997; Gonzalez-Rey, 1997; Yokoy et al., 2008), visando compreender as diferentes narrativas acerca da violência sexual e de seus fatores inibidores e promotores, segundo os participantes.

Na perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica, destacaram-se a identificação e análise dos diálogos e das narrativas dos participantes da pesquisa, buscando indicadores de posicionamentos, valores e preconceitos, ideias, crenças e convergências/diversidades nas trajetórias, experiências e perspectivas de cada um. Isto foi feito de acordo com as seguintes etapas de análise, sempre com destaque para os conteúdos significativos em relação às violências contra as mulheres.

1. *Análise dos vídeos e áudios gravados*: ao final da observação atenta dos grupos focais e das entrevistas individuais, foi realizada uma análise preliminar para a *seleção de trechos especialmente significativos* ou relevantes quanto aos objetivos da pesquisa;
2. *Uma vez selecionados os trechos, estes foram transcritos para posterior análise*, com a identificação de indicadores de ideias, posicionamentos, crenças e valores. Atenção especial foi dada à revisão dos registros não verbais presentes nas sessões de grupo focal e nas entrevistas individuais. Em seguida, realizou-se a *leitura integrada* de todas as informações obtidas.

IV - RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados e comentados os resultados mais significativos da pesquisa, considerando seus objetivos e a presença da ambiguidade nos discursos dos participantes. Antes de iniciarmos a exposição dos resultados, é importante mencionar que os resultados sobre o tópico, referentes às imagens, serão separados por grupo focal (GF1-feminino e GF2-masculino), diferentemente dos tópicos sobre o vídeo (apresentado e discutido em GF3 e GF4) e sobre a história (discutida nas entrevistas individuais). Isto se deve à ampla gama de informações e aos posicionamentos significativamente distintos entre os grupos, visando proporcionar maior clareza ao leitor sobre as informações construídas.

Vale ressaltar que os nomes utilizados são fictícios, a fim de preservar as identidades pessoais dos/as participantes.

1 – GRUPOS FOCAIS: IMAGENS (GF1 e GF2)

1.1 - GF1 - Grupo de participantes do gênero feminino

Com o propósito de facilitar a compreensão dos resultados construídos a partir da pesquisa de campo, apresento, abaixo, as imagens utilizadas na análise dos encontros de grupo focal 1 e 2, com as mulheres e os homens, respectivamente. Durante o transcorrer da presente seção, a fim de evitar repetições, as imagens serão designadas conforme a descrição desenvolvida na metodologia, sendo elas: Imagem 1: *Seios*; Imagem 2: *Nádegas*; Imagem 3: *Academia*; Imagem 4: *Ônibus*; Imagem 5: *Carnaval*; e Imagem 6: *Amigas*.



Figura 9 – Imagens apresentadas em GF1 e GF2

O GF1 com as mulheres e o GF2 com os homens tiveram, entre seus objetivos, a análise e a discussão das seis imagens previamente selecionadas (Figura 8), que retratavam diferentes momentos de interação entre homens e mulheres. A partir destas imagens, foi solicitado que cada participante elaborasse uma história e, posteriormente, compartilhasse com o grupo. Durante o decorrer da sessão, para além das impressões e comentários acerca das ilustrações, os participantes trouxeram, em suas falas, diferentes discursos que abrangiam importantes facetas de ambiguidade em suas leituras das imagens, especificamente quanto à presença ou ausência de consentimento feminino a uma possível “brincadeirinha” ou a um assédio.

Também é importante ressaltar que, apesar de as imagens fornecerem indicadores de reação, elas são estáticas e não revelam reações nem sentimentos/emoções desencadeados pela ação masculina ali retratada. Os fatores limitantes deste recurso se destacam, pois as imagens (o recurso) não apresentam antecedentes nem consequências relacionadas às ações masculinas, e o cenário não oferece muitos indicadores para a interpretação do participante. A ausência ou restrição desses signos, entretanto, permitiu o acesso a valores, ideias e compreensões previamente concebidas, pois cada participante deveria criar uma história sobre o que estava ocorrendo, o que nos proporcionou maior acesso às suas opiniões e posicionamentos sobre situações semelhantes.

Vale ressaltar que a ordem de apresentação das fotos não foi aleatória, pois seguiu um grau descendente de probabilidade de assédio ou de possível abuso. Em outras palavras, na primeira imagem (*Seios*), o assédio contra a mulher foi um pouco mais explícito, com sinais de não consentimento mais evidentes, enquanto, na última, o assédio era bem menos provável e perceptível. A seguir, serão apresentadas as principais discussões construídas nos encontros.

“Brincadeirinhas” e proximidade afetiva

Para abrir essa seção, creio ser necessário mencionar a interpretação realizada acerca da permissividade e do acesso ao corpo da mulher por parte de ambos os grupos (GF1 e GF2). Destacou-se como principal signo orientador do consentimento e do não consentimento a leitura de proximidade afetiva entre os envolvidos — ou seja, se as imagens retratavam namorados, um casal, amigos, desconhecidos, ou estranhos, sem vínculo afetivo prévio e desenvolvido.

Nesse sentido, percebeu-se que nas criações das histórias, tanto pelo GF1 quanto no GF2, ao associarem as pessoas apresentadas como um *casal ou com algum relacionamento amoroso ou vínculo afetivo*, o toque/ação a ser analisado - tais como apalpar os seios (imagem 1), tocar os glúteos (imagem 2), sentir a coxa (imagem 3), manter os corpos juntos (imagem 4), beijar (imagem 5), conversar/interação verbal (imagem 6) – a ação retratada pela imagem foi considerada *inofensiva ou socialmente aceitável*. Isso se evidenciou através da própria nomeação da situação, como podemos ver a seguir:

*“Acho que já se conheciam, ele estava enchendo o saco dela, fazendo essa **brincadeirinha** de apertar os peitos. Não sei, a relação que eles tinham um com o outro. talvez um **casal** porque essa intimidade não é todo mundo”* (Camila - imagem 1)

*“Eu imaginei que eles pudessem já se conhecer e fosse algo até comum da personalidade desse cara fazer esse tipo de **brincadeira**... mas é ... um **casal**: ela agachou, foi guardar alguma coisa, tava chegando na praia foi pegar alguma coisa ali na bolsa... Ele olhou e quis fazer uma **gracinha**”* (Vanessa - imagem 2)

Apesar da tendência observada nas falas, de utilizar a expressão “não sei”, indicativa do grau de ambiguidade retratado nas imagens, tais trechos, claramente, apresentam certa normalização e atenuação sobre o toque no corpo feminino. Ao serem

questionadas sobre o que seriam, exatamente, essas “brincadeiras”, as participantes mulheres se mostraram, a priori, pensativas. Foi necessário tempo para organizarem e elaborarem uma explicação que não veio de forma intuitiva. Segundo Vivian, o uso do termo “brincadeira” ocorreu por ‘força do hábito’ da sociedade afirmar que tais atitudes são “gracinhas” que homens são autorizados a fazer, em especial, com mulheres que possuem algum grau de intimidade (esposa e amigas). Nesse sentido, Joyce destacou o sentimento de “posse” que tal ação revela e exemplificou sua ideia se referindo a algumas fotos que casais heteronormativos divulgam em suas redes sociais, em que o parceiro “apalpa” as nádegas da mulher como forma de reafirmar que ambos possuem um relacionamento.

Além disso, Joyce também comentou com o grupo a sua percepção de que todas estavam tentando interligar/justificar as “brincadeirinhas” (assédios) com um relacionamento afetivo e questionou o grupo se o fato de se estar em um relacionamento era o suficiente para que determinadas práticas fossem permitidas e aceitas mesmo sem o consentimento prévio da mulher.

Nas demais imagens (3, 4, 5 e 6), apesar do termo “brincadeirinha” não se fazer presente, as participantes utilizaram outras terminologias para descrever e/ou substituir o termo “abuso”, “assédio”, termos que deixam evidente que a mulher não consentiu ou se sentiu à vontade com a situação. São termos como “*Gracinha*”, “*Encher o saco*”, “*Se aproveitou*” e “*Mexer com elas*”. Vejamos:

a) “*Gracinha*”: termo utilizado para descrever a situação da Imagem 6 (amigas), em que os homens estavam de “gracinha” com as mulheres. Como mencionado anteriormente, a maioria das participantes interpretou a “gracinha” como algo recíproco e consentido na Imagem 6. Todavia, ela também foi lida como algo negativo e indesejado por Vivian.

- b) “*Encher o saco*”: Foi empregado na descrição da Imagem 6 (*Amigas*), ao se referir que os homens estavam interagindo com as mulheres, mas isto não era algo desejado por elas.
- c) “*Se aproveitou*”: Termo mencionado, pelas participantes, para descrever as intenções do personal trainer - de tocar na coxa da mulher com a justificativa de auxiliá-la a fazer o exercício - Imagem 3 (*Nádegas*).
- d) “*Mexer com elas*”: Também usado na descrição da Imagem 6 (*Amigas*), as participantes utilizaram tal termo para se referir a uma simples paquera, mas indesejada a priori (as mulheres não teriam se encontrado com a finalidade de serem ‘paqueradas’ naquele momento).

O que transparece no uso dessas diferentes terminologias pelas jovens é a dificuldade no reconhecimento da gravidade das possíveis violências implicadas no toque não consentido. Isso pode representar tanto a presença de zonas cinzas, ou seja, de situações em que as participantes tiveram dificuldade em discernir se determinadas ações representavam algo violento, apropriado ou consentido (ou não), como pode ser resultado de uma possível falta de repertório para o conhecimento ou discernimento sobre o que tais práticas representavam e como deveriam ser interpretadas.

No decorrer da discussão no grupo, foram diversos os signos que orientaram as perspectivas dos participantes em seus relatos. Dentre eles, destacaram-se:

- a) *A expressão facial do homem* (imagem *Seios*) - ele estava rindo/sorrindo de modo cômico, como se estivesse contente com o que estava fazendo, conseguir apalpar os seios da mulher sem que esta esperasse;
- b) *A expressão facial da mulher atrás* (imagem *Nádegas*) - de aparente “neutralidade” ao acontecido, como se a ação do homem não fosse algo “errado” ou incomum de

acontecer; este signo levou à interpretação de que ele tinha permissão sobre aquele corpo;

c) *A forma do toque no corpo* (imagens *Seios* e *Nádegas*) - toques explícitos, públicos e realizados de modo que não foi possível observar receio, talvez sugerindo imprevistos originados pela “oportunidade”;

d) *A posição das mulheres* (imagem *Seios* e *Nádegas*) - Ambas estavam em posição de serem “pegas de surpresa”, ou seja, de não conseguirem ter acesso visual sobre quem estaria realizando a ação de tocá-las, ou tampouco cientes de que o toque iria ocorrer. Sendo assim, isso foi interpretado (talvez equivocadamente) como um ato consentido;

e) *Reação das mulheres* (imagens *Seios* e *Nádegas*) – ambas aparentemente permaneceram com as atividades que já estavam desenvolvendo (amarrar a canga e mexer nas sacolas). Mas sendo a imagem o retrato de um momento, nada indica como reagiram (ou se reagiram) depois do acontecido. Ou seja, a maioria compreendeu que, de certa forma, estavam familiarizadas aquele tipo de comportamento/acontecimento. Entretanto, é relevante destacar que familiaridade diverge de consentimento.

f) *Expressão facial da mulher* (imagem *Seios*) - de neutralidade, difícil interpretar se estaria à vontade ou não com a situação.

O assédio e a ausência de proximidade afetiva

As histórias criadas e leituras feitas sobre as imagens foram interpretadas diferentemente pelas participantes, algumas, porém, sugerindo proximidade afetiva, e outras (imagens de 3 à 6) interpretadas como retratando desconhecidos e, com isso, configurando assédio. Vejamos, por exemplo, na fala de Camila sobre a imagem 5.

*“Eu já imaginei que foi algo meio inesperado, **talvez** não fosse um namorado porque o pessoal atrás está com a cara tipo “**eita olha**” ... **Não sei** nem se eles se conheciam. Eu não digo que foi exatamente “consentido” porque às vezes, a pessoa fica insistindo tanto que você só quer que ela vá embora e você pensa ‘vou dar um beijinho aqui para ele vazar’. Então eu imagino que isso aconteça muito no carnaval... então **não sei, não consigo dizer** se foi consentido ou não, mas eu acredito que naquela hora ela aceitou... de certa forma... mas se ela queria ou não mesmo beijar ele... **não sei dizer** por que ela está de olhos fechados, né? Mas os braços estão estranhos, como se fosse pega de surpresa” (Camila - Imagem 5).*

Ao que parece, os signos que geraram dúvida (ambiguidade) para esta participante foram os olhares dos outros e a posição dos braços e mãos da mulher em destaque, que pareciam empurrar o rapaz. Vale, também, sublinhar a frequência com que a participante disse “não sei” neste curto trecho de sua fala.

*“Eu já fiquei **em dúvida** se teria ou não teria um consentimento... um consentimento por parte dela, nesse lugar de toque. Pensei muito mais nele como personal trainer. E aí, muitas vezes, tem uma relação mais próxima... **Mas pode ser que não**... Mesmo que seja de estudante-professor, sabe? E aí **talvez... sei lá**, dependendo do tempo de aula que eles têm... **pode ser que**... eles têm um acordo em sentindo em relação a isso... **não sei**. Enfim ... não se sentir violada (...) fiquei **em dúvida** em termos do exercício que estava sendo executado, assim... Eu fiquei **em dúvida** mesmo assim” (Malaika - Imagem 3)*

No caso de Malaika, esta considera o conjunto de signos e expressa sua dúvida de múltiplas maneiras: “não sei”, fiquei na dúvida”, pode ser que” etc.

Percebe-se nesses relatos que, para as participantes, as imagens geravam dúvidas (ambiguidade), mas pareciam retratar pessoas em situações do cotidiano (malhando na academia, utilizando o serviço público de transporte, em uma festa e passeando com os amigos). Para elas, as mulheres apresentadas estavam interagindo com homens que não conheciam previamente (imagem 4, 5 e 6) ou não possuíam intimidade para além de uma relação que deveria ser profissional (imagem 3). Nesse sentido, os signos utilizados para a compreensão do assédio foram:

a) *Vivências prévias e histórias conhecidas* (imagem *Academia*): participantes do gênero feminino mencionaram ter vivenciado/presenciado ou ouvido falar de

conhecidas próximas sobre o “abuso sexual” exercido por profissionais de academia. Segundo a participante Camila, os funcionários da academia tendem a “simpatizar” mais com as frequentadoras do gênero feminino: fazem mais “brincadeiras”, puxam assunto e tocam bem mais os seus corpos em comparação com os frequentadores do gênero masculino. Em outras palavras, de acordo com as participantes, os seus corpos estão mais sujeitos a toques inesperados/indesejados do que o corpo masculino;

b) *Banalidade dos contextos*: Durante o encontro, foi possível perceber que as imagens 3, 4, 5 e 6 simbolizam situações em que as participantes (GF1) se deparam diariamente: (1) se exercitando em uma academia, (2) utilizando o transporte público, (3) comemorando em alguma festa, e (4) se encontrando com uma amiga em um café/bar. Nessas situações, as participantes relataram ser frequente vivenciar ou presenciar assédios masculinos;

c) *Toque inapropriado* (imagem academia): há outras formas de se mostrar como realizar uma atividade física corretamente, sem necessariamente invadir o espaço pessoal dos outros. Além disso, Anezka percebeu que a mão do suposto personal trainer estava pressionando a coxa da mulher com ligeira força e não, simplesmente, encostando ou tocando superficialmente;

d) *Posição dos braços* (imagem ônibus): De acordo com as seis participantes, a posição em que o homem se encontra não é confortável e tampouco apropriada. Com o braço esquerdo se apoiando na cadeira e o direito na barra de apoio, foi unânime a leitura de abuso, de “encoxamento” com a mulher do ônibus;

e) *Ambiente* (ônibus): O ônibus não estava cheio, mas pelo contrário, com poucos usuários. Isso invalida a necessidade de o homem estar com o corpo muito próximo da mulher retratada, diminuindo, assim, o grau de ambiguidade da imagem 4;

f) *Vestimenta* (ônibus e academia): A roupa do homem do ônibus não condiz com o clima (parecia frio devido à roupa das pessoas: blusas de manga comprida e casacos, mas “nem tanto”) a sua vestimenta dá a impressão de que o homem quer esconder a sua identidade. No caso da academia, os acessórios usados pelo homem não indicavam que ele fosse um funcionário em serviço. Estes signos favoreceram o entendimento de que o abuso, nos dois casos, foi uma situação realizada por um estranho;

g) *Linguagem corporal* (ônibus e carnaval): Embora não seja possível visualizar o rosto da mulher (ônibus), Malaika interpretou que ela estava tensa, sem muito espaço para movimentação natural. Sentimento similar também foi inferido a partir da imagem do carnaval, em que Camila, Joyce e Malaika tiveram dificuldades de perceber a presença de “consentimento” pleno no beijo retratado pela imagem. Nas palavras de Joyce, a imagem ilustrou uma “pose de recuo” e para Camila, a mulher parecia ter sido “pega de surpresa” devido à posição de seus braços e mãos, signo importante para tal interpretação;

h) *Posição das cadeiras e torso* (amigas): Um forte indicador, para as participantes, de que os envolvidos na foto não se conheciam previamente foi a posição das cadeiras e corpos retratados. Para as participantes, se todos se conhecessem, estariam sentados na mesma mesa ou de alguma forma mais próxima. Os corpos das mulheres, direcionados para a frente, também indicam que as mulheres não tinham a intenção prévia de interagir com os homens (uma delas virou a cabeça para “responder” aos homens, mas não mudou a sua posição corporal). Para a maioria das participantes, essa imagem representou uma situação mais “inocente”, ou seja, uma leve paquera. Mas para Vivian, a imagem gerou incômodo por remetê-la a situações em que se encontra sozinha porque assim o deseja, e um homem se aproxima enchendo-lhe o “saco” (sic).

Posicionamentos de assertividade e imposição de limites na perspectiva das mulheres

A última temática desenvolvida no GF1, iniciada pelas próprias participantes, foi sobre “se sentir capaz de impor limites”. Segundo as cinco participantes, são diferentes os aspectos que contribuem para a manutenção de momentos em que as mulheres não se sentem capazes, confiantes e seguras para expressar seus limites e/ou desejos. O que, de certa forma, contribui para a manutenção e perpetuação da ambiguidade, pois prevalece, nesses discursos, a falta de clareza quanto ao que seria consentir - seria de forma genuína ou pressionada? Como fazer essa distinção?

Tendo isso em vista, as participantes destacaram alguns fatores/signos que favorecem a incerteza e comportamentos não muito assertivos. Sendo eles:

- a) *Expectativas Sociais*: segundo as participantes, culturalmente há a “pressão” para que as mulheres desenvolvam habilidades voltadas ao “cuidado” do outro: seja em seu aspecto físico (bem-estar) quanto psicológico/emocional. Ou seja, as participantes relataram que as mulheres são vistas como responsáveis pelos sentimentos/emoções que podem gerar no outro, buscando, assim, evitar a manifestação de raiva e tristeza nos homens, por exemplo. Precisam agradar. A partir disso, reagir, resistir ou se expressar negativamente a um toque considerado inadequado, é visto não como um direito da mulher, mas como uma falta de educação, uma ofensa e desagrado ao homem.
- b) *Criação Familiar*: Foi constatado, na fala das cinco participantes, o estímulo da família para desenvolver determinadas habilidades e posicionamentos, tais como ter uma atitude passiva, aceitar ordens e respeitar hierarquias familiares sem resistência, ter iniciativa/proatividade com atividades domésticas, serem delicadas, não brigar, não ser assertiva etc. Como foi relatado por Joyce:

“A gente foi criada a tipo assim, “a não brigar, a não falar alto... a não se impor e aceitar mais”. Então, em uma situação em que vem um desconhecido que se acha no direito de fazer alguma coisa com você que você não goste, as vezes você se sente... meio que coagida, sem uma ação de resposta”.

- c) *Vergonha*: Durante o encontro, a vergonha foi associada à culpabilização/responsabilização da mulher acerca das violências que lhe são infligidas. Assim, as participantes consideraram que o “silêncio” ou “falta de reação” durante ou após um assédio, possam ocorrer devido à mulher se sentir envergonhada sobre a situação que está vivenciando, com receio de tornar público ou pedir ajuda pelo receio da reação do outro.
- d) *Percepção da masculinidade*: A compreensão de que o homem é fisicamente maior em estatura e mais forte quando comparado à mulher se associa ao sentimento de *medo* de uma possível reação violenta que pode ocorrer caso a mulher reaja a uma investida não bem-vinda. Além disso, as participantes compreendem a masculinidade hegemônica como predatória, violenta, e que, em vista das permissões e estímulos culturais a certos comportamentos masculinos, os homens são “potenciais abusadores” e violentos.
- e) *Situação de vulnerabilidade*: Uma das conclusões a que o grupo chegou ao final do primeiro encontro foi que as mulheres, enquanto categoria social, jamais estarão em igualdade perante os homens. Joyce apontou isto claramente ao afirmar que os corpos femininos são um espaço político de inferioridade em relação aos corpos masculinos e que, com isso, a sua palavra nunca terá o mesmo peso que a de um homem, por exemplo.

1.2 - GF2: Grupo de participantes do gênero masculino

Assim como ocorreu no primeiro encontro de grupo focal com as participantes do gênero feminino, os participantes do GF2 tiveram de construir histórias a partir das

imagens selecionadas. É interessante lembrar, mais uma vez, que a condução dos Grupos Focais 2 e 4 (GF2 e GF4), bem como as entrevistas individuais com os participantes do gênero masculino, foi realizada pelo psicólogo assistente da pesquisa. Sendo assim, minha análise foi feita a partir das gravações de áudio e vídeo realizadas após os encontros, às quais somente eu, como autora deste trabalho, tenho acesso.

Diferentemente do que ocorreu com os encontros de grupo focal feminino (GF1), a dinâmica da discussão com os participantes se concentrou majoritariamente em “responder” ao que era solicitado, o que não favoreceu o levantamento de muitas informações sobre as ideias, posicionamentos e opiniões dos participantes. Durante o decorrer da sessão, os temas centrais de discussão foram, basicamente: (a) Homens conhecidos *versus* “tarados”: brincadeiras ou assédios?; (b) “Desfechos” e passividade feminina.

Homens conhecidos *versus* “tarados”: brincadeiras ou assédios?

No transcorrer da atividade central do primeiro encontro grupal, ou seja, a interpretação das imagens e criação de histórias, foi possível perceber uma tendência geral dos participantes em associarem as imagens com “brincadeiras consensuais” - toques sexuais “surpresas” em que a mulher não prevê a ocorrência, justificando a ação masculina devido à proximidade afetiva entre os envolvidos. O que foi observado tanto no grupo feminino (GF1) quanto no grupo masculino (GF2).

Ou seja, do mesmo modo que percebido pelas participantes do GF1, quando interpretaram e construíram histórias que envolviam um casal, os rapazes atribuíram consentimento — no caso das “brincadeiras”, um consentimento prévio ou uma licença ao corpo feminino para determinados toques. Também foi possível perceber que

a tendência do GF2 em utilizar o termo “brincadeirainha” com maior frequência não somente ilustrou a presença de uma certa ambiguidade na interpretação dos limites (do que é aceitável ou não aceitável na relação dos envolvidos), como também levou a uma espécie de “suavização” de uma potencial agressão. Esta suavização apareceu em diferentes momentos da sessão, como, por exemplo, quando Gustavo relata que a Imagem 4 (*Ônibus*) havia sido tirada do contexto, ou quando Yudi defendeu a ideia de que foi algo inesperado do momento, em que o homem encapuzado perdeu o equilíbrio.

Dessa maneira, o principal “divisor” do consentimento/não-consentimento e da “brincadeirainha” seria a existência de uma proximidade afetiva (imaginada) entre os envolvidos. Ou seja, a mesma ação pode ser interpretada de maneiras diferentes a depender desta suposta proximidade. Segundo Isaac,

*“Eu acho que eles estavam saindo da praia e pode ter acontecido de, **sei lá**, ela pedir para ele ajeitar a bermuda dela ou estava meio suja... **eu não sei**, eu acho que foi só... acho que não teve nem assédio. **Eles realmente são conhecidos** e ele foi... **sei lá**... ajudar a ajeitar alguma coisa e... foi **normal**. Foi só a foto mesmo que ficou parecendo algo diferente e é isso”* (Isaac - imagem 2).

Entretanto, quando consideraram a possibilidade da imagem 1 (Seios) e 2 (Praia) envolver pessoas desconhecidas e sem proximidade afetiva, os participantes não associavam estas ações a um homem “comum”, conhecido, caracterizando o homem agente da ação como “tarado”, “maníaco”, “doente” etc. Aqui, porém, vale mencionar que, diferentemente deles, o grupo feminino não restringiu práticas abusivas e violentas a tarados ou doentes. Para elas, ambas as situações retratadas nas imagens 1 e 2 podem ocorrer sem que o homem seja necessariamente doente ou criminoso!

Como exemplo, vejamos as leituras dos rapazes sobre a imagem 1 (*Seios*). Três dos cinco participantes afirmaram que a imagem era de um casal, mas dois deles, Gustavo e Isaac, interpretaram a imagem como uma situação de assédio envolvendo um homem desconhecido e tarado. Isso gerou discordância e múltiplas percepções dos

sujeitos do grupo sobre como interpretar uma mesma imagem. No desenrolar de suas histórias, os dois participantes descreveram o homem da seguinte forma:

*“O cara é um **tarado**, um **maníaco**, né?! E ele está passando a mão na mulher, no próprio seio dela, sem o consentimento dela”* (Gustavo).

*“(...) Apareceu esse **tarado** ali do nada, fez isso aí... ele gritou porque está meio feliz assim, né, e foi isso”* (Isaac).

A partir disso, verificou-se que os jovens do GF2, assim como as participantes do GF1, associam, também, a presença de consentimento a uma possível proximidade afetiva entre os envolvidos. A proximidade (casal, amizade) daria ao homem a permissão de tocar a mulher, a qual, “naturalmente”, lhe concederia este direito mediante um “consentimento”. Afinal, tratar-se-ia apenas de uma “brincadeirinha”. O que também é constatado na fala a seguir:

“(...) eu acho que ele está se aproveitando um pouquinho da situação só para dar uma apalpada mesmo... consigo pensar que ela, se eles forem um casal, assim, próximo, não se incomode tanto... talvez por ele fazer isso em público. Mas acredito que ela deixaria isso só para ela” (Pedro).

Logo, por mais que determinado toque possa ser malvisto socialmente (o que foi explorado por Pedro em relação à Imagem 3 (*Academia*), ao considerar o possível constrangimento da mulher frente ao toque de seu então companheiro (ou conhecido, no caso da avaliação dos rapazes), a ação não consentida não seria vista como um crime, algo errado ou proibido, mas sim, um ato que não necessita da concordância e do desejo da mulher em questão.

De acordo com o discurso presente nas narrativas desenvolvidas no grupo masculino, a ausência de proximidade masculina também não seria suficiente para configurar a violência nas relações. Visto que apenas os tarados agiriam dessa maneira. Para o GF2, existem dois “tipos” de homens: o homem comum, que não toca no corpo alheio de mulheres (sem vínculo afetivo), e o patológico, que assedia e estupra

mulheres. Em outras palavras, não seria um mero desconhecido que “apalpou” as nádegas de uma mulher na praia (Imagem 2) ou “encoxou” outra em um ônibus vazio (Imagem 4), mas sim um “bárbaro”, um “monstro”, um “tarado”, um “doente”, etc.

“Desfechos” e passividade feminina

Diferentemente do GF1, os participantes do GF2 não desenvolveram uma justificativa ou reflexão acerca da permissividade no relacionamento. Mas trouxeram, com naturalidade, a ideia de que se tratava de um acordo não verbal do casal. Em outras palavras: se você aceita namorar ou se envolver afetivamente com alguém, também está permitindo que o parceiro lhe toque em diferentes momentos, sem a mesma preocupação ou cuidado que teria com alguém que não conhecesse ou com quem não tivesse alguma proximidade. Segundo Yudi,

*“Pareceu **um casal**, assim, se arrumando para ir para praia e que ele era o marido e quis fazer uma **brincadeira** tipo “olha, está tudo em cima, hein?”*

As histórias (e contextos) criadas pelos integrantes do GF2 com base nas imagens foram demasiadas curtas e sem maiores detalhes - os participantes tenderam a apenas descrever o que viam e parte significativa de suas criações não considerava os signos presentes nas imagens, ou estes passavam despercebidos e não foram verbalizados. Este foi o caso das Imagens 3 (*Academia*) e 4 (*Ônibus*). Na imagem da academia, quatro dos cinco participantes afirmaram que o homem era um *personal trainer*, ou seja, um funcionário da academia “auxiliando” (com boas ou más intenções) uma frequentadora.

Para essa leitura, eles ignoraram a vestimenta do homem em questão - signo comentado pelo grupo feminino — a qual não se assemelha a um funcionário, e a

ausência de uma identificação. Já em relação à imagem do ônibus, apesar de todos os cinco participantes concordarem em tratar-se de desconhecidos — sem vínculo afetivo — a principal justificativa para o fato do homem e da mulher estarem tão próximos se referia ao ônibus estar muito “cheio” (o que a imagem não evidencia). Isso divergiu da percepção do grupo feminino, que observou que o ônibus estava vazio e não havia necessidade ou justificativa plausível para o comportamento do homem. Apenas um dos participantes não descreveu a cena como de assédio sexual, mencionando que o homem perdeu o equilíbrio (Yudi).

Yudi, em sua interpretação da Imagem 3 (*Academia*), utilizou alguns signos da imagem para desenvolver sua história. De acordo com ele, esta não retratava uma situação muito profissional:

Eu comecei pensando que poderia ser um professor da academia, um personal trainer..., mas achei meio estranho a vestimenta dele, tipo, ele está com relógio, anel... imagino que se ele fosse professor da academia, ele estaria com um uniforme, algo assim, mais identificável.

Tendo isso em vista, o assistente de pesquisa que conduziu a atividade, solicitou que os rapazes imaginassem um “desfecho” para cada cena. Em outras palavras, que dissessem o que pensavam que poderia acontecer após o momento retratado com o propósito de possibilitar maior diálogo entre os participantes. Foi a partir deste momento que os cinco participantes passaram a descrever a posição passiva da mulher diante do toque ou da ação masculina, seja este consentido ou não.

Independentemente de o agente masculino ter ou não um vínculo afetivo com a mulher, nenhum dos cinco participantes mencionou, em suas falas, um desfecho que incluísse uma reação feminina ou alguma resposta defensiva e assertiva por parte da mulher. Até mesmo nas situações em que o gesto foi visto como consentido, havendo aí

o prazer ou interesse da mulher, os rapazes não atribuíram um posicionamento ativo a ela.

Pelo contrário, as mulheres, consentindo ou não, se mantiveram em silêncio e sem exprimir corporalmente incômodo ou prazer. Inclusive, no caso da ausência de consentimento, foi mencionado que o toque inapropriado não seria suficiente para alterar a relação entre os envolvidos. Por exemplo, na leitura da Imagem 1, o fato de o “marido” apalpar os seios da esposa foi uma “brincadeira não consentida”, mas não foi considerado agressivo, maldoso ou inapropriado para que ela brigasse ou argumentasse com ele, nem para que isso afetasse negativamente a relação entre os dois. Como relatado por Pedro:

*(...) consigo imaginar, o cara vendo a mulher se trocando, arrumando o biquini e ele chegar só agarrando ela assim “pá, **minha namorada**, não sei o que”, e ela assim, inicialmente incomodada, mas, não sei, acho que ela não se sente... não sabe como se impor e **meio que aceita** (...) acho que eles continuariam saindo juntos mesmo depois da desconfiança que ela tem. (Pedro).*

É importante destacar que a falta de reação feminina frente aos toques e situações vivenciadas também ocorreu quando o homem não tinha vínculo afetivo com ela, ou era considerado perigoso (os “maníacos” ou “tarados”). Ou seja, segundo os participantes, independentemente do contexto e dos envolvidos, não se espera nenhuma manifestação ou reação feminina, e sim que as mulheres se mantenham passivas.

Dentre as justificativas para tal falta de reação, as seguintes razões foram mencionadas:

- a) *Susto/Choque*: o acontecimento não foi previsto pela mulher, o que a deixou sem “reação”. Seja por despreparo ou por incredulidade feminina diante do acontecido.
- b) *Costume*: justificativa que prevaleceu nas leituras de quando havia proximidade afetiva entre os sujeitos. Segundo os participantes, certos toques e ações, mesmo

considerados incômodos, eram aceitos e naturalizados pelos envolvidos, seguindo a dinâmica do casal. Isso se confirmou na fala de Yudi (imagem 1) ao explicar que a mulher não reagiu por “já estar acostumada com esse ‘negócio’ dele”.

c) *Medo*: pelo homem ser mais forte (conhecido ou não), confrontá-lo poderia gerar sentimentos negativos nele, colocando a mulher em uma situação delicada/incômoda.

d) *Desconforto*: comumente associado ao medo, o desconforto aparece como justificativa para a não reação quando a mulher não se sente em posição cômoda, segura ou em igualdade de condições para manifestar os seus desejos ou impressões.

e) *Vergonha*: esta não foi muito explorada pelos participantes, mas associou-se ao fato de verbalizar ou dar a entender a outras pessoas sobre o seu incômodo/agressão. Essa justificativa apareceu, em específico, na apresentação da imagem 4 (*Ônibus*), quando Renato mencionou que a mulher não teria feito alarde ou pedido ajuda aos demais usuários do ônibus, mesmo em caso de óbvio assédio, por vergonha de se colocar em posição de evidência (vítima).

Assim, no discurso do grupo masculino, prevaleceram a naturalização e a tolerância a determinados comportamentos que, anteriormente, haviam sido interpretados como violentos pelas participantes do GF1.

2. GRUPOS FOCALIS: VÍDEO (GF3 e GF4)

Um dos três recursos utilizados na investigação do fenômeno proposto (zonas cinzas do consentimento) foi um trecho de vídeo retirado da série “*A Nearly Normal Family*” (“Uma família quase normal”). O vídeo foi exposto aos participantes nos encontros do GF3 (mulheres) e do GF4 (homens). O vídeo foi muito útil por permitir a observação e a interpretação das sequências em que os acontecimentos ocorriam (narrativa audiovisual em fluxo), com destaque para os antecedentes e consequentes relativos à cena do suposto abuso.

O vídeo, como recurso audiovisual (“imagens em movimento”), fornece ao leitor uma variedade complexa de signos que uma imagem não pode oferecer. Contudo, mesmo que vídeos/filmagens sejam ricos em signos e informações, o roteiro e a edição do produto audiovisual são controlados e editados, especialmente pelo diretor. Ele controla, por exemplo, a atuação dos personagens, os detalhes a serem ressaltados, a angulação da câmera, as cores, os efeitos visuais e sonoros e assim por diante.

Em outras palavras, os signos expostos aos espectadores também são, de certo modo, manipulados, mesmo que o vídeo tenha tentado conferir uma certa neutralidade à história filmada, apresentada para discussão. Há sempre um grau de enviesamento na mensagem transmitida. No caso, ao que tudo indica, foi exatamente esta a intenção do roteirista e diretor: criar uma situação polêmica para gerar discussões sobre a existência, ou não, de consentimento na relação sexual entre os protagonistas. O filme destacou, em especial, as reações da jovem adolescente e de sua família, mas não acompanhou os sentimentos e a perspectiva do homem mais velho, o treinador adulto, quanto ao

ocorrido. E foi o filme que deu origem ao vídeo editado para a pesquisa, como já foi explicado na seção de Metodologia.

O critério para a edição foi também evitar apresentar sinais explícitos de consentimento ou não-consentimento, oferecendo signos que pudessem sugerir a possibilidade de ambas as situações: a de abuso e a de não-abuso sexual, cabendo, assim, a cada participante, por meio de seus conhecimentos prévios, agencialidade e interpretação, atribuir sentidos e indicar os sinais (ou signos) emitidos pelos atores que julgasse mais relevantes para sua interpretação sobre a existência do consentimento.

Durante a exibição do vídeo, o GF4 (masculino) permaneceu em silêncio, sem esboçar, por meio de expressões faciais, posturas ou gestos, expressões claras de desconforto, desagrado ou qualquer outra emoção. Em outras palavras, não foram esboçados sinais associados a sentimentos como surpresa, nojo, tristeza, raiva, alegria ou outro sentimento qualquer. Já no GF3 (feminino), foi notável a inquietação das participantes. Camila e Anezka, por exemplo, mudavam de posição constantemente em suas cadeiras, além de expressarem, em suas expressões corporais, claro desconforto e inquietação. Malaika balançou a cabeça em sinal de negação enquanto a intimidade do “casal” se desenvolvia, ao mesmo tempo em que Vivian e Joyce ficaram em silêncio, mas com uma expressão de incômodo em suas feições. Além disso, elas também expressaram verbalmente o seu incômodo, tendo Camila feito menção à sensação de “enjoo” (sic) e repulsa enquanto assistia ao vídeo.

De maneira resumida, dentre os sentimentos e impressões expressas pelas participantes, destacaram-se: (a) raiva do treinador (Anezka); (b) tristeza pelo acontecido (Camila) e; (c) reconhecimento da cena como ‘forte’ (Malaika e Joyce).

Durante a apresentação e discussão do vídeo, tanto com os homens quanto com as mulheres, notou-se uma forte presença de incertezas e dúvidas, indicativas de ambiguidade (zonas cinzas) em relação à interação sexual a que haviam assistido. É importante ressaltar que o vídeo editado procurou manter a estrutura narrativa básica do episódio, buscando explicitar o antes, o durante e o que ocorreu com a menina após a relação sexual.

Mesmo sabendo que a filmagem pode eventualmente induzir interpretações com base nas escolhas do diretor, o episódio—e o vídeo editado—deixam o espectador realmente na dúvida, razão pela qual este episódio da série foi selecionado como recurso para a presente pesquisa. Tais dúvidas foram expressas pelos participantes durante a discussão, e os resultados a seguir bem expressam o alto grau de ambiguidade encontrado nas interpretações feitas pelos participantes, sugerindo, inclusive, a existência de ambiguidades relevantes com relação à própria história encenada pelos atores da série.

Aqui, vale salientar que também houve algumas diferenças interessantes nas avaliações realizadas pelos grupos de homens e de mulheres. Mas o que mais nos interessa aqui é identificar e analisar os signos que cada participante, homem ou mulher, percebeu no trecho apresentado e que geraram a grande multiplicidade interpretativa do que ocorreu entre o homem e a jovem, protagonistas da série.

A seguir, trechos das falas de Yudi, Gustavo, Iago e Renato durante o GF4 revelam uma certa tendência, que merece ser analisada:

*“Eu sei que...né? Têm primeiro a **questão da diferença de idade**, assim, que mesmo ela começando tudo e sei lá o que... Ela ainda é uma criança, né? E o cara **adulto responsável não deveria nem ter dado trela**, né? Começado qualquer coisa... E aí veio a cena, do negócio que ela começou, né?”* (Yudi)

*“É meio complicado também falar disso, né? Porque **tem a questão da idade do cara** que é diferente da idade da menina, né? Tem as leis do próprio país dela... **não sei de onde é esse filme... sei lá, ela tem 15 anos, ao menos no Brasil não seria pedofilia, né? Pedofilia é, se não me engano, até os 14 anos (...)** mas enfim, ela se colocou na situação perigosa, né? E no final ela tentou... **consertar aquilo que havia feito e... deu no que deu, né? Não vou dizer que... a culpa seja dela, porque ela foi a vítima, né? Mas ela se colocou em uma situação que... não teve volta, né?**” (Gustavo)*

*“(...) É, inicialmente ela **agiu por impulso, né? Gostou do cara... e... chamou lá para nadar, só os dois, escondidos... ela... não deveria ter feito isso, mas já que fez... o cara deveria ter respeitado ela depois, ne? E ele... o cara também deveria ter tido a consciência de que não era uma situação legal também, ne? Ele mais velho, ela mais nova...**” (Iago).*

*“(...) **Eu acho que ela foi errada, assim, ao tornar a situação perigosa e não avisar a ninguém e nem nada então ela se colocou em muito risco... ela se botou em uma situação muito... muito perigosa sem muito saber das consequências**” (Renato).*

Pelos posicionamentos expressos nas falas acima, os quatro rapazes deixaram claro que o principal signo utilizado por eles para avaliar a situação foi o fato da garota ser menor de idade, e ter, por vontade própria, se colocado em uma situação de perigo da qual “não poderia haver volta”: “[afinal] *ela se colocou em uma situação que... não teve volta, né?*” (Gustavo). Ou seja, mesmo um homem “comum” não consegue se segurar quando uma oportunidade surge. Compreensão esta que se apresenta de forma estereotipada, carregada de valores e expectativas sociais arcaicas acerca da masculinidade.

Quanto à questão etária, coloca-se a pergunta: se naquele país fosse legalizada e normalizada a relação entre adolescentes e adultos, a leitura do acontecimento como situação de estupro não consentido, teria sido a mesma? Percebe-se que o principal signo orientador quanto à presença ou ausência de violência sexual seria a legislação vigente no país.

Os signos expressos pela reação da mulher (consentimento ou não consentimento) viriam em segundo lugar. Além disso, a tendência foi julgar a garota

culpada por ter criado uma situação “perigosa”, da qual não havia como escapar. Não havia como escapar porque ela olhou para uma cabana da praia, ele interpretou como um “convite” e ela concordou em ir até a cabana. A partir daí não haveria volta. Ou seja, a garota foi “errada” (Renato) e culpada pelo que lhe aconteceu. Ou seja, os rapazes apresentaram discursos de culpabilização da vítima, mesmo que em alguns momentos revelassem alguma incerteza ou ambiguidade.

Ao mesmo tempo em que eles destacaram a agencialidade da jovem em relação ao abuso sexual, os participantes se contradisseram ao relatarem que o maior responsável por tudo foi o treinador. Nesse aspecto, o grupo se dividiu em dois: os que destacaram que o treinador errou desde o início, ou seja, que não deveria ter dado atenção ao pedido da jovem, e os que julgaram que o treinador deveria ter reconhecido os sinais de recusa da jovem, respeitando o seu desejo. Apesar da unanimidade quanto ao reconhecimento de que a cena retratada no vídeo indicava um momento de abuso sexual, salientaram que a adolescente teve responsabilidade pelo acontecimento, ou seja, o estupro poderia ter sido evitado se a garota não tivesse tomado certas decisões.

Apesar dos participantes identificarem, em diferentes graus, a falta de consentimento e o ato ser retratado como abuso sexual por parte do treinador, a adolescente permaneceu em posição de responsabilidade e culpa. Isso contradiz o signo principal que utilizaram: a questão legal e a diferença de poder entre o homem e a garota. Afinal, a razão para que a prática sexual entre maiores de idade (+18) e menores (-14) no Brasil seja considerada inapropriada consiste na compreensão de que a relação sexual entre eles tipifica desigualdade de poder, em que o sujeito mais novo não está em posição de igualdade, conhecimento e de dar consentimento para a relação com o outro, maior de idade.

As participantes do grupo feminino (GF3), entretanto, tiveram posicionamentos bastante diferentes quanto à responsabilização feminina e à esfera legal sobre a relação sexual entre os personagens. Por exemplo, apesar das participantes perceberem que, em determinados momentos, a adolescente assumiu comportamentos de risco, as mulheres apresentaram os seguintes indicadores de um não-consentimento pleno por parte da garota:

1. *Mulheres são educadas para agradar*: Segundo Anezka, mulheres são “Peace makers” (sic), ou seja, ensinadas desde sempre a não brigar ou “bater de frente”, mas sim a evitar e apaziguar conflitos. Isso, de certa forma, contribui para situações de “consentimento evitativo ou de fuga” (sic), como as citadas por Camila no primeiro encontro do grupo. “Consentir” para evitar ser punida seria uma forma da mulher se prevenir de uma violência maior. O que fica claro no seguinte diálogo:

Anezka: (...) *Acho que a gente é um pouquinho... generalizando assim, a gente meio que fomos educadas a agradar o outro (...) o não falar “não” é um pouquinho enraizado assim, pelo meu ponto de vista. Eu demoro um pouquinho pra bater firme assim e falar “não, eu não quero” e aí acaba que acontece situações de caras enchendo o saco e é muito difícil desvincular isso e criar uma cena de tipo “sai daqui”.*

Camila: *É, eu concordo. A gente, muitas vezes, não quer ser grossa, não quer ser rude ou brigar, enfim, e aí o jeito que a gente acha que acaba sendo mais fácil é ceder, mesmo isso não sendo algo que a gente queira fazer, só pra tipo “Ah, vou acabar logo com isso”.*

Vivian: *Eu penso da mesma forma! que muitas vezes a gente realmente é educada pra não fazer alarde com nada, a gente é educada pra não fazer desfeita com o outro, mas é uma situação bem incomoda.*

2. *Ambientes desconfortáveis geram medo e ansiedade*: As mulheres estarem em ambientes que contribuam para aumentar o sentimento de insegurança as levam, ainda mais, a “consentir” para evitar serem machucadas. Tais ambientes seriam, por exemplo, estar sozinha em um lugar desconhecido (exemplo: primeira vez em determinada festa) ou estar com pessoas desconhecidas. Isso certamente dificulta o consentimento genuíno. Como justificativa, as participantes relataram

que a adolescente não estava confortável o suficiente para agir ou se expressar de maneira mais clara na situação, o que contrariava o desejo do homem.

Vejamos o seguinte trecho que explora o indicador levantado pelas participantes:

Vivian: *Essa é uma situação de impotência. Você pede para que a pessoa pare, você está ali naquela situação meio que presa, a pessoa é mais forte que você ... O que eu percebi no rosto dela e tudo mais, foi meio que uma desistência ali, desistir de resistir, porque ela não conseguia mais. Aí vem aquela tristeza profunda de desgosto.*

Joyce: *É bem claro de uma relação não consentida. E o que me incomoda é que nessa cena a gente vê aquele estigma que eles falam “Ah, mas ela não disse mais nada” ... Como as meninas falaram, essa situação de estar ali com uma pessoa maior em cima de você, essa sensação de imponência, ele não era só maior por ser um cara, mas ele tinha uma hierarquia em relação ao que ela é e ele como assistente do treinador. Então assim, para mim é uma cena muito forte, porque demonstra o quão rápido pode ser.*

Em outras palavras, a adolescente, de diversos modos, não estava em posição de igualdade para concordar ou não com o ato sexual, para além da questão legal, considerada como principal signo do ‘não consentimento’ no grupo focal masculino. Entre as mulheres, foi unânime o entendimento de que o vídeo retratava uma cena de abuso sexual, uma relação sexual não consentida, na qual o principal e único responsável pelo ocorrido foi o ajudante do treinador de handebol. Elas também destacaram o poder e posição hierárquica que o assistente exercia sobre ela enquanto aluna, e o fato de que, apesar da adolescente manifestar corporalmente resistência, o seu desejo e vontade de não ir adiante com o ato sexual foram negligenciados. Como afirmou Vivian, “[durante a relação] Ela não existia ali praticamente, era o corpo [dela] que ele queria”.

Outro contraste entre as percepções e análises realizadas pelo GF3 (feminino) e pelo GF4 (masculino) refere-se ao modo como suas posições foram expressas. Durante toda a discussão realizada no GF3, as falas das participantes não apresentaram signos verbais que indicassem dúvida ou receio quanto às interpretações realizadas, enquanto

os rapazes, no GF4, apresentaram inúmeras vezes expressões verbais do tipo “não sei” e “sei lá” - indicadores de incerteza e dúvida - sendo, também, notável o uso excessivo da expressão “certo?”, como que solicitando confirmação dos colegas sobre sua interpretação. Além disso, o termo “talvez” foi bastante utilizado, sendo este um forte indicador de ambiguidade:

“É, talvez... na hora que ela olhou para a cama, ela tenha percebido que poderia rolar alguma coisa, deveria ter ficado assustada, pensando muitas coisas, né? Pensando “não, não é agora a minha hora não, o local, a pessoa certa... então vou parar” (...) então talvez ela até tenha considerado fazer isso, mas ao chegar na hora, reconsiderou (Guilherme).

Outro aspecto discutido nos grupos (GF3 e GF4) foi o papel da cultura na compreensão do consentimento, do desejo ou de sua ausência. Referiram-se ao carnaval brasileiro, onde os homens acreditam ter mais permissão das mulheres para tocarem seu corpo, sentindo-se mais incentivados a “não aceitar o não” da mulher, como sugerido por Pedro e Guilherme:

“Eu até acho que existe um contexto cultural que não aceita o “não” como resposta. ‘Ah, não quer agora, mas daqui a pouco ela vai mudar de ideia’” (Pedro).

“É... como o pessoal disse aí... você vai para um carnaval, é um local onde tem pegação, né? Você já pensa ‘Ah, vai ter’, né? Então, assim... o local [carnaval] onde você disser “não”, talvez influencie muito a atitude da outra pessoa que está querendo te dar uns pegadas e tal... dar uns beijos, né? (Guilherme)

Em outras palavras, a cultura e as regras implícitas em certos contextos culturais certamente favorecem que os homens, diante de situações ambíguas, sejam mais estimulados a desconsiderar muitos dos signos de negação de consentimento apresentados pelas mulheres.

3 - ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

A História de Carla e Roberto

Durante o processo de coleta de informações, a pesquisadora sentiu a necessidade de utilizar outro instrumento para analisar, de modo mais aprofundado, as interpretações e atribuições de significado por parte dos participantes da pesquisa, diante dos diferentes signos presentes e/ou ausentes relativos ao consentimento ou não consentimento em relação a uma relação afetivo-romântico-sexual. Tendo isso em mente, após as atividades dos grupos focais (que tiveram como foco a análise e discussão de imagens e de vídeo), foram realizadas as entrevistas individuais nas quais, de início, era solicitado aos participantes que lessem uma história – sobre Carla e Roberto - baseada em um relato retirado do livro de Grigoriadis (2018)³⁵. A história foi escrita de maneira aparentemente neutra e objetiva, sem explorar sentimentos, afetos ou possíveis emoções dos protagonistas, narrando a sequência dos fatos ocorridos entre eles.

A ausência – ou restrição - de uma quantidade razoável de signos e de recursos interpretativos na descrição da história foi proposital, pois o principal objetivo era deixar o(a) participante livre para criar e imaginar o que teria ocorrido na história, buscando, com isso, acessar suas crenças, valores, afetos e avaliações a respeito de haver ou não ocorrido consentimento para o ato sexual por parte de Carla.

A leitura da história de Roberto e Carla não forneceu acesso detalhado sobre *como* ocorreu a interação entre os dois sujeitos—ou seja, mais informações sobre ações

³⁵ O texto da história está descrito na seção de Metodologia

verbais e não verbais, reações, expressões faciais e corporais, signos indicadores de dor ou desconforto, desejo e prazer. Isso exigiu, portanto, que os participantes imaginassem o ocorrido e fizessem suas análises apenas com base em suas avaliações subjetivas

A seguir, selecionamos para análise algumas das falas durante a entrevista, que ocorreram após a leitura da história pelos participantes. Yudi e Isaac não puderam participar, Yudi devido às limitações de tempo (logo, não realizou a leitura da história) e Isaac por não ter manifestado interesse em participar das entrevistas individuais. Já no grupo feminino, todas as cinco participantes apresentaram disposição em dar prosseguimento com a pesquisa.

Para organizar a apresentação dos resultados desta etapa, estes serão analisados com base nas três perguntas norteadoras formuladas aos participantes: (a) Houve consentimento na relação sexual entre Roberto e Carla? (b) A atitude de Roberto foi consciente ou não? (c) Foi o comportamento de Carla ambivalente?

(a) Houve consentimento na relação sexual entre Roberto e Carla?

A ausência ou limitação de informações sobre o contexto e comportamentos verbais e não verbais dos protagonistas da história gerou muitas incertezas e insegurança nos participantes para interpretar e atribuir determinados sentidos à história. Isso pode ser ilustrado na fala de Joyce:

*“Eu acho muito... um pouco enigmático, né? (...) A **gente não sabe** como foi a reação dela, se ela teve algum tipo de linguagem corporal, se ela falou alguma coisa, né? (...) Porque se ela foi na casa dele, estava lá bebendo....” (Joyce)*

Um dos aspectos que se destacam na leitura de Joyce sobre a história é o reconhecimento da zona cinza no processo de compreensão de uma possível situação abusiva. Em sua fala, é possível perceber a necessidade, sentida por Joyce, de mais

signos verbais e não verbais sobre a interação entre os personagens para definir se houve ou não consentimento.

O principal signo que a participante relacionou à presença de um possível consentimento foi o fato de Carla aceitar ir à casa de Roberto e tomar bebidas alcoólicas. Isso foi interpretado como sinal de que a personagem estava confortável, ou de acordo com o que estava acontecendo até um certo momento. Contudo, Joyce diz que a história, ao não trazer mais informações (signos para serem interpretados), acaba se tornando “enigmática” (sic). Ou seja, não permite que se assume uma posição objetiva sobre a história. Assim, mesmo o consumo de álcool sendo visto como um sinal de consentimento, este não foi considerado como signo determinante para estabelecer a presença do consentimento. Pois, para a participante, ficou nítido que era importante algum outro signo (ou signos) que indicasse a disposição subjetiva de Carla – suas intenções, sentimentos, em relação às interações entre ela e Roberto.

Já para Anezka, foi possível notar em sua fala o surgimento de diferentes ambiguidades que dificultaram a sua interpretação, como vemos a seguir:

*“Não sei dizer. Teria que perguntar pra Carla (...) porque ela verbalizou que não queria... Eu acho que não foi consentido, não, porque, quando a pessoa se vence pelo cansaço, assim, e o outro já partiu para o físico, **ela poderia estar com medo, ela poderia ter dificuldade de impor limites, então eu acho que não sei se foi consentido, não**”.*

Para Anezka, porém, o que definiria a presença ou não do consentimento seria a opinião ou visão de Carla sobre o acontecido com ela, mas isto não foi apresentado na história. Este é um dos pontos interessantes levantados pela participante, o papel de seus processos subjetivos, tais como sentimentos e avaliações, para ser possível distinguir se houve ou não uma situação de violência na história. Por exemplo, apesar da história não oferecer informações claras que indicassem que Carla estaria com medo ou que tivesse dificuldades em impor limites nas interações com Roberto, Anezka trouxe essa leitura

durante a entrevista. Com isso, nota-se a relevância e o papel da atribuição de valores e experiências anteriores na compreensão de determinados signos no presente. Em outras palavras, as experiências passadas – ou contato anterior com determinadas situações – podem surgir e direcionar a interpretação e o posicionamento da pessoa no presente.

Além disso, é necessário mencionarmos a atribuição de poder que Anezka e Joyce realizaram quanto aos signos observados e aos signos “imaginados”. Segundo ambas as participantes, as motivações, sentimentos, afetos etc. da Carla aparecem como mais importantes do que qualquer outra coisa. O fato de Carla ter tido relações sexuais com Roberto após expressar verbalmente o seu “não” poderia não ter significado que ela não queria se relacionar com ele, mas, sim, ter resultado de uma simples mudança de ideia/interesse/desejo, ou então ser este “não”, dito anteriormente, apenas parte do jogo de sedução comum nas interações afetivo-sexuais entre dois parceiros. Isso torna, sem dúvida, a questão da ambiguidade quanto à existência ou não do consentimento um fenômeno ainda mais ambíguo.

Todavia, Anezka interpretou que Carla foi “vencida pelo cansaço”, ou seja, apesar de “aceitar” se relacionar com o rapaz, o fato de ela não reagir não pode ser considerado como consentimento. O que teria motivado Carla a “concordar” poderia não ser um desejo repentino, mas sim o desejo de que a situação (estar no apartamento com o Roberto) terminasse logo. Esse posicionamento se assemelhou, de certo modo, ao de Pedro, que mencionou durante sua entrevista:

*“Eu acho que isso seria um abuso, porque ela meio que deixou claro o tempo todo que não queria nada disso. Mas...**ela sentiu uma pressão para aceitar (...)** eu acho que foi consentido sim, mas eu acho que ela foi **quase obrigada a aceitar (...)**, Mas eu acho que **o que definiria mesmo é como a Carla se sente depois.**”*

Observamos o reconhecimento de Pedro de uma Zona Cinza (conjunto de ambiguidades) quando ele diz como é difícil reconhecer o não-consentimento ou o

consentimento a partir apenas dos signos descritos no texto da história. Dessa forma, suas interpretações e leituras oscilavam entre o “se houve abuso ou não” e “se houve desejo ou não” por parte de Carla. Isto fica nítido quando Pedro diz “(...) acho que foi consentido, sim” e, logo em seguida, “mas eu acho que ela foi quase obrigada a aceitar”. Dessa forma, como é possível concluir se realmente houve violência ou não?

Em vista dessa dificuldade, Pedro não mais elaborou sobre os signos presentes na história, pois estes lhe pareciam estranhos e confusos (mais provavelmente escassos) para decidir se houve ou não consentimento. Somente a fala de Carla sobre seus sentimentos após o ocorrido, disse ele, poderia esclarecer o que houve (como apontado por Anezka).

Ou seja, o participante, depois de manifestar falas e posições ambíguas, decidiu, ao final, não mais elaborar sobre signos aos quais não tinha acesso. Isto não foi apenas expresso por Anezka, Joyce e Pedro, mas também por Camila. Contudo, ao final, foi possível perceber que Camila recorreu à empatia (capacidade de se posicionar afetivamente no lugar do outro) e à própria subjetividade na tentativa de discernir a situação como abusiva ou não-abusiva, por ela evidenciada a seguir:

*“Eu acho assim ... não dá pra dizer, porque no final [a história] não falou as reações dela ou não teve uma descrição de ... como se fosse um livro, né. Que descreve o que a fulano tava sentindo ou como fulana reagiu (...) talvez ela queria evitar um confronto ou uma discussão... Alguma coisa e pensou ‘tá vou aceitar, vou ficar legal e tal e beleza’ e conforme ele foi forçando a situação, acho que rolou isso ela pode ter sentido **o medo** porque ela já estava na casa dele, sei lá como é (...) às vezes **ela já não vai ter uma resposta de reação de poder se defender**, então isso pode ter gerado mais medo. Pode ser até uma tentativa de **sobrevivência** (...) acho também que a gente **como mulher, e eu me incluo nisso, a gente é ensinada a querer agradar o outro**”*

Em outros termos, podemos considerar que a partir do momento em que Camila percebeu a ausência de signos (verbais e não-verbais) que pudessem orientar sua percepção sobre a natureza da relação dos personagens na história, ela se utilizou de

recursos previamente desenvolvidos, como experiências anteriores com a interpretação de signos semelhantes para a construção de seu posicionamento (o medo, o desejo de agradar).

Gustavo e Isaac, entretanto, adotaram posicionamentos distintos dos demais. Embora também tivessem enxergado a ambiguidade e falta de clareza do texto, eles afirmaram que:

*“Bom, teve muitos sinais de desinteresse, né? Mas digamos que, como **ela não reagiu mais, digamos que, entre aspas, [a relação] foi consentida**, né? Por ela não ter reagido mais às iniciativas de Roberto, foi, digamos, consentida, né?”*
(Gustavo)

*“Acho que não por causa dessa palavrinha, ‘não mais reagiu’. **Sei lá, “não mais reagiu dá a entender que ela ficou parada”** (Isaac).*

De acordo com os dois, a não reação mencionada na história - traduzida e interpretada como o silêncio verbal e ausência de resistência física ou de qualquer movimento que sugerisse negativa por parte de Carla - foi suficiente para, mesmo sendo reconhecida a complexidade envolvida na situação, direcionar suas leituras para uma relação consentida. Ainda assim, é necessário destacar a literalidade observada no discurso de Isaac (*“não mais reagiu dá a entender que ela ficou parada”*)

O “não reagir” foi compreendido como “ficar parada”. Entretanto, na realidade, há um leque de alternativas comportamentais possíveis na “não-reação” diante de uma investida sexual. Por exemplo, Carla poderia não ter reagido às aproximações sexuais de Roberto, mas nada — textualmente na história — sugeriu que ela não disse ou fez algo durante o ato, como expressar desconforto, contrariedade, ou o desejo de que a relação se encerrasse o mais rápido possível.

Nesse sentido, Isaac não apenas focou na literalidade do que foi descrito — concentrando sua leitura no concreto e nos comportamentos ali descritos —, como

tampouco considerou, em sua leitura, possíveis fatores intrassubjetivos vivenciados pela personagem. Além disso, pareceu desconsiderar os signos apresentados antes da relação, tais como a recusa em se sentar no colo de Roberto e dizer que fariam sexo na próxima vez que se vissem, ao invés daquele encontro. Estes signos não foram considerados nem vistos como cruciais para a definição do que houve entre os dois (violência ou não).

Durante a entrevista com Isaac, este não mencionou os vários signos que poderiam ser associados ao consentimento ou ao não-consentimento. Já Gustavo chegou a reconhecer alguns signos do não-consentimento de Carla em prosseguir com a prática sexual, tais como os previamente mencionados (recusa do colo e manifestação verbal). Contudo, mesmo tendo estes signos sido percebidos e estarem presentes na narrativa de Gustavo, a descrita “não reação” de Carla foi o principal indicativo decisivo para ele interpretar o consentimento. Em outras palavras, Carla havia mudado de ideia ou, simplesmente, “aceitado” (consentido?) a situação.

Aqui, novamente, ressalto a literalidade observada na fala dos dois participantes. Enquanto Isaac leu o “não reagir” como “ficar parada”, Gustavo, de modo similar, ignorou possíveis fatores intersubjetivos e intrassubjetivos que poderiam ter contribuído para que Carla não reagisse. Em outras palavras, a personagem poderia não ter reagido por medo, por cansaço ou por desistência, entre outros motivos. Mas a não-reação, o concreto, foi interpretada como o signo central, com maior poder de significação para orientar suas respectivas leituras da situação.

Outra questão que surgiu na entrevista com Gustavo foi a ambiguidade (contradição) presente em suas próprias análises. Ou seja, o participante não só percebeu a complexidade e dificuldade (traduzidas como zona cinza) na história, mas, inclusive, teve posicionamentos conflitantes entre si. Uma ilustração desse conflito foi quando, ao final da entrevista, a pesquisadora fez a seguinte pergunta: “Caso Carla,

posteriormente, afirmasse que sofreu um estupro, o que você pensaria sobre isso?” e o participante respondeu:

*Concordaria. Assim, apesar de eu falar consentido..., mas eu coloquei entre aspas, né? Não foi uma coisa tão consentida assim, né? Digamos que **está beirando o não consentimento, né?** E o não consentimento já gera um estupro, né? Então, mesmo ela não se manifestando contra..., mas, ainda assim, configura o estupro. **Pelo contexto... pelo contexto configurou, né?** Digamos que talvez a relação sexual dela tenha demonstrado sinais durante a relação que não queria aquilo, né? É porque não deu pra saber pela história, não contou essa parte, né? Durante a relação sexual. (Gustavo)*

O participante, ao fazer menção ao “beirando o não consentimento”, reconhece a sutileza da situação entre Carla e Roberto e a zona cinza presente no processo de significação. Em outras palavras, isso ocorre quando a diferenciação entre abuso e não-abuso é sutil e de difícil reconhecimento devido à própria manifestação (ou não) dos signos. Ou seja, no caso do Gustavo, houve significativa contradição entre sua afirmação e entendimento anteriores (sobre Carla ter consentido com a prática sexual) e sua resposta à pergunta específica da pesquisadora - momento em que ele considerou possíveis fatores subjetivos da personagem, inclusive afirmando “*Pelo contexto configurou, né?*”, referindo-se ao estupro.

(b) A atitude de Roberto foi consciente ou não?

Em vista da zona cinza percebida pelos participantes durante essa etapa metodológica, inevitavelmente surgiu a dúvida: teria Roberto percebido os sinais de desconforto e desinteresse de Carla e mesmo assim prosseguido? Ou, simplesmente, ele não teria percebido os signos manifestados?

De acordo com os entrevistados, a história não apenas apresentou poucos elementos para interpretação, como também os signos disponibilizados ou relatados

geravam um processo constante de ambiguidade e negociação: alguns indicavam consentimento enquanto outros demonstraram o não-consentimento. Assim, como compreender e definir o que ocorreu? Houve abuso ou não?

Com exceção da manifestação do “Não” expresso por Carla, parcela significativa dos signos relacionados ao não-consentimento se concentrava nos indicadores, ali ausentes, da esfera subjetiva de Carla. Ou seja, sentimentos e pensamentos que poderiam justificar a inexistência de uma clara manifestação de recusa (ao contrário de uma genérica “não reação” relatada na história).

Os signos lidos como indicadores de consentimento foram aqueles que abrangiam os comportamentos observáveis e não verbais de Carla, tais como aceitar os convites feitos por Roberto: (1) se encontrar no bar; (2) passear com o cachorro; (3) subir para o apartamento de Roberto; e (4) tomar bebidas alcoólicas. A escrita da história, se tivesse feito referências (dados indicadores) a processos subjetivos, poderia ter ampliado a possibilidade de melhor interpretar a situação. No entanto, era esse o nosso objetivo, para melhor conhecer os posicionamentos dos participantes.

Em resumo, é sempre preciso realçar a complexidade de acessar e analisar os processos intrapsicológicos humanos no caso de uma observação direta, pois estes são de difícil acesso para serem interpretados, muitas vezes inclusive para os próprios protagonistas. Similares dificuldades surgiram para Camila e Vivian, quando se referiram a possíveis interpretações da situação por parte de Roberto:

Ela falou ‘Hoje, não’ e já deu para entender que ela não queria aquilo, que já não era vontade dela. E ele não parou de forçar até o momento em que ele conseguiu (...) Ele talvez estivesse focado só na vontade dele, no que ele queria, no prazer dele. E ele simplesmente ignorou tudo dela, achou que ela poderia ‘estar se fazendo de difícil’ (...) ele talvez não tenha interpretado porque ele acha que não seria capaz disso [estuprar]. Penso que ele não estava interpretando dessa forma (...) talvez não tivesse conseguido enxergar dessa forma, porque talvez ele pensasse ‘ah, é aquela coisa da conquista’ (...) Talvez

ele tivesse esse pensamento de “ah, é só eu continuar tentando porque vai que dá certo” ... Talvez ele não tivesse total consciência do que ele estava fazendo (Camila).

Ai, pra mim, a Carla, ela ficou assim, intimidada, sei lá. “Será que eu tô sendo muito chata?”, “Será que eu tô sendo muito pudica?”, “Será que eu estou em 1800?” (Vivian)

O relato de Vivian, primeiramente, destaca a ambiguidade que a própria personagem sente ao longo da história. Para a participante, Carla se sentiu coagida a se relacionar sexualmente com Roberto, o que indicaria o não-consentimento. Todavia, Vivian imagina—ou talvez projete suas próprias dúvidas—quanto à possibilidade de Carla se sentir antiquada ou reprimida em ter relações em um primeiro encontro, daí sentir-se intimidada.

A ambiguidade resultaria desta dúvida, em que Carla se sentiria inapropriada por não corresponder ao interesse de Roberto. Essa avaliação negativa de si pode ser compreendida como uma manifestação de valores e crenças sexistas a respeito da sexualidade feminina, que se traduz, muitas vezes, na necessidade de agradar/cuidar/corresponder ao outro (normalmente de gênero masculino). No discurso de Camila, também, foi possível notar a repercussão de tal tendência, frequentemente traduzida como “jogo de sedução³⁶”, o qual envolve disfarces e dissimulações para tornar a conquista mais interessante.

Segundo a participante, em virtude de os “jogos de sedução” terem caráter mutável e fluido—sendo comum a transição constante de demonstração de afeto e não-afeto, interesse e não-interesse, consentimento e não-consentimento—, isso dificultou a construção de uma leitura clara, por parte do rapaz, sobre o posicionamento de Carla.

³⁶ Popularmente compreendido como estar na posição de alguém que tem desejos e que é passível de ser desejado. Logo, a sedução implicaria em comportamentos geralmente intencionais que expressam confiança, segurança e desinibição, por exemplo. Isso implica em um jogo relacional onde há a presença de sinais de interesse e desinteresse de um pelo outro.

Nesse sentido, a interpretação de que “não significa sim” (o que é expresso no exemplo dado por Camila, “*ah, é só eu continuar tentando porque vai que dá certo*”) pode fazer sentido, já que o foco do Roberto estaria voltado, apenas, para os próprios interesses e desejos. Em ambos os casos, trata-se de uma clara expressão de sexismo e de suas repercussões nos processos de significação dos comportamentos verbais e não verbais nas interações sexuais.

(c) Seria o comportamento de Carla, ambivalente?

Concluimos que a ambivalência apareceu de diferentes formas nessa etapa metodológica: os comportamentos verbais e não verbais de Carla e Roberto na interação entre os dois evidenciaram a grande complexidade de interpretar uma zona cinza de consentimento. Tal complexidade não envolve apenas os processos interpretativos relacionais, interpsicológicos presentes na metacomunicação, mas, igualmente, está presente nos processos intrassubjetivos de cada um dos envolvidos. Logo, tudo isso acaba por contribuir para a manutenção de significativa ambiguidade e ambivalência no fenômeno da violência sexual.

Vejamos a fala de Gustavo, acerca da dança existente nos jogos de sedução:

Bom, a Carla e o Roberto se cadastraram no Tinder. Queriam conhecer alguém, né? Alguém interessante, não sei, para namorar, ficar ou casar, não sei. A Carla deu, o Roberto deu match na Carla, no Tinder e eles começaram a conversar, né? A situação foi se levando, a situação foi vindo, né? ... Assim, depende muito da situação, né? A pessoa não vai dizer um ‘não’ na cara, assim, ‘não, não quero, e pronto’, acho que ela vai demonstrar os sinais, vai dizer, vai enrolar a outra pessoa, né? (Gustavo).

De acordo com os participantes ³⁷que leram a história, Carla apresentou comportamentos não verbais que demonstraram ambivalência acerca de seus desejos e consentimento. Isso foi entendido como resultado da “dança” entre os sinais (signos) de não-consentimento (dizer “Não” e sugerir postergar o envolvimento sexual), os sinais de consentimento (aceitar a sequência de convites feita por Roberto) e a ausência de detalhes (recursos interpretativos) do autor da história.

Nesse sentido, observamos que, a partir da apresentação do vídeo, das imagens e da história (escrita), os signos percebidos pelos participantes e o grau de dificuldade em reconhecê-los variaram consideravelmente. Portanto, as informações geradas pelos três procedimentos (imagens, vídeo e leitura da história) resultaram da percepção dos participantes em função de seus valores, crenças e interpretações prévias diante de signos semelhantes, mesmo que isso tenha se evidenciado em graus e formas diferentes.

Dessa maneira, ao explorar esses três, foi possível atingir um maior aprofundamento quanto aos processos intrassubjetivos dos participantes que levaram à percepção e a interpretação dos signos, bem como às suas compreensões divergentes, às vezes até opostas, mas, também, a leituras eventualmente semelhantes.

³⁷ Mais precisamente todo o grupo focal feminino (Anezka, Vivian, Malaika, Camila e Joyce) e parte dos membros do grupo focal masculino (Yudi, Pedro e Gustavo).

V - DISCUSSÃO

Esta seção é dedicada à discussão dos resultados apresentados na seção anterior. Para facilitar a leitura e a compreensão dos dados construídos com base nos diversos procedimentos utilizados nesta pesquisa, a discussão será organizada em eixos específicos relacionados aos posicionamentos dos participantes, sempre com foco nas zonas cinzas de ambiguidade quanto à existência ou não do consentimento feminino para estabelecer contato ou manter uma relação de natureza sexual com os homens.

Devido ao caráter dinâmico e relacional do “fazer” na pesquisa, vale salientar que os objetivos originais foram reconstruídos para contemplar as necessidades que foram sendo percebidas ao longo da construção de informações. Inicialmente, a pesquisa estava mais orientada para identificar e estudar as diferenças nas percepções de mulheres e homens sobre os signos associados ao consentimento e ao não consentimento. Contudo, a partir do aprofundamento teórico e da realização dos grupos focais e das entrevistas individuais, notou-se que seria apropriado dar uma ênfase especial à questão da ambiguidade inerente a situações em que o consentimento da mulher para o toque e o ato sexual é de central importância, inclusive na esfera jurídica.

Afinal, como se dá a dinâmica da sedução e dos processos que levam a interações afetivo-sexuais em casais hetero? Como ocorrem a percepção e a interpretação de signos, por parte das pessoas (particularmente no caso de jovens adultos e adultas) que conduzem a uma possível decisão entre consentimento ou abuso sexual? Portanto, focalizar a pesquisa na questão da ambiguidade e nos processos de negociação tornou-se essencial, o que implicou buscar identificar e analisar os signos

verbais e não verbais associados ao consentimento e ao não-consentimento da mulher em situações de substancial ambiguidade.

Sendo assim, buscou-se construir os dados com enfoque nas discussões realizadas nos grupos focais, a partir dos elementos visuais e audiovisuais (imagens e recorte fílmico apresentados nos encontros), bem como nas entrevistas individuais, nas quais os/as participantes se posicionavam em relação a uma história envolvendo o tema consentimento versus não consentimento.

Em termos gerais, os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois as percepções e interpretações dos participantes possibilitaram identificar e analisar como avaliam as situações em que a existência ou a ausência de consenso para uma relação sexual não está claramente explícita, permitindo analisar a dinâmica da atribuição de significados nas *Zonas Cinzas* referentes ao consentimento ou não consentimento. Esta pesquisa gerou uma grande riqueza de dados que procurei aqui explorar, mas que irão me permitir ainda muito avançar nessa direção. O tópico é de alto grau de relevância e complexidade, tem sido muito pouco explorado teoricamente na psicologia e exige muito mais investimento na direção de produzir contribuições teóricas e práticas diante da problemática do abuso sexual de mulheres em todo o planeta.

É necessário ressaltar, porém, que o caráter dos dados construídos na pesquisa foi indireto, ou seja, os participantes tiveram uma posição de observação e avaliação, e não de experiência direta. Em outras palavras, observaram, a partir de imagens, vídeo e leitura de história, as interações entre outras pessoas retratadas em contextos específicos para realizarem suas análises e discorrerem sobre o que estaria ocorrendo entre elas.

A presente discussão, como será visto, trará todo um conjunto de argumentos que apontam para a grande dificuldade encontrada pelos participantes para determinar a

presença ou não de violência nas situações apresentadas, se havia consentimento ou abuso, enfim, dificuldades em distinguir os limites de uma relação sexual saudável, considerando todos os fatores, contextos e signos que perceberam e interpretaram em cada situação. Isto decorreu, principalmente, do problema da ambiguidade presente na interpretação dos signos disponíveis, utilizados na comunicação e metacomunicação entre os protagonistas da interação/relação sexual. Certamente, observadores e juízes buscam formas confiáveis para atribuir responsabilidades nestes casos, mas esta é uma tarefa complicada.

Além disso, penso ser necessário realçar a complexidade envolvida na identificação e análise dos processos intrapsicológicos humanos, pois estes são de difícil acesso à interpretação. Em sua apresentação “*Beyond words: Cultural Psychology in trouble*” (Além das palavras: Psicologia Cultural em dificuldade) no VIII Seminário Internacional de Psicologia Cultural, em Salvador, Jaan Valsiner (2025) discorreu sobre as limitações metodológicas da psicologia para aprofundar a investigação de processos subjetivos, por estes serem inevitavelmente vivenciados internamente pelo sujeito e não necessariamente expressos em nível externo.

É preciso que o sujeito participante—ou observado, em nosso caso—expresse algo por meio da exteriorização, para que o pesquisador tenha acesso mínimo aos processos subjetivos de significação por ele (sujeito) vivenciados. Sendo assim, devemos considerar que muitos signos podem ser “perdidos” pelo pesquisador, aos quais ou não se atribui relevância, não são percebidos, ou até mesmo não são expressos, o que afeta e limita significativamente o processo de investigação do fenômeno estudado. Por esta razão, a análise microgenética, na investigação de processos subjetivos, é considerada árdua e de difícil elaboração. Assim, temos buscado, na construção e na análise dos dados, encontrar *indicadores* que permitam investigar

melhor ou inferir com maior segurança os processos de significação, crenças e posicionamentos dos sujeitos participantes da pesquisa. A seguir, a discussão se desdobra em três eixos principais: (1) a presença da cultura nos posicionamentos dos participantes; (2) a questão da ambiguidade; e (3) a interpretação da violência: o papel dos signos relevantes.

1. A Presença da Cultura nos Posicionamentos dos Participantes

Nandita Chaudary (2025),³⁸ ao analisar a questão da zona cinza do consentimento, destacou o aspecto cultural no reconhecimento e na definição do que vem a ser a violência, pois, ao mesmo tempo em que depende de um fator subjetivo, varia de cultura para cultura, em alguns casos, até sendo naturalizada. Chaudhary (2025) questionou: “*Arrancar uma flor é violência ou não?*”. Em outras palavras, a “dança” entre a significação atribuída pela cultura coletiva e a significação subjetiva (cultura pessoal, caracterizada por uma história de vida particular) na definição do que é ou não violência é bastante complexa. Esta significação vai sendo interiorizada a partir de discursos redundantes e presentes em diferentes contextos da cultura, tais como igreja, família, escola, o que ressalta o papel dos processos de canalização cultural, em profunda articulação com a capacidade construtiva do sujeito.

Nesse sentido, cabe retomar a discussão desenvolvida no GF2 (grupo focal masculino) sobre “homens comuns e homens tarados”. Ou seja, a tendência dos participantes masculinos em reduzir o assédio a uma prática exercida apenas por homens doentes, “tarados” (sic). Tal separação e categorização do “homem normal” e

³⁸ Reflexão oral elaborada por Nandita Chaudhary na apresentação de trabalhos do Seminário Internacional LABMIS 30 anos: A psicologia cultural na UnB, em novembro de 2025

do “homem insano/tarado/doente” se associam ao processo de dicotomização e entendimento da barbárie desenvolvido por Todorov (2010). Segundo o autor, conhecido por sua fala “*O medo dos bárbaros é o que ameaça converter-nos em bárbaros...*” (2010, p.15), ou seja, esta percepção de achar que apenas homens tarados abusam de mulheres, não reconhece como está naturalizado o poder do homem sobre o corpo da mulher. É de amplo conhecimento que homens considerados socialmente “sãos” são capazes de ultrapassar limites em casos de não consentimento. Tais posicionamentos dos rapazes contribuem para invisibilizar relações de poder e desigualdades entre os gêneros que estão entranhadas nas práticas e discursos aceitos culturalmente. Se a questão permanece invisibilizada, não se estimulam críticas a tais desigualdades e não se buscam modos de convivência respeitosa entre os gêneros. Infelizmente, o assédio, ao ser naturalizado, e seu teor de violência atribuído apenas a homens doentes, traz uma espécie de respaldo cultural, e este não é interpretado como expressões culturais relacionadas à internalização de valores que sustentam a desigualdade de poder entre homens e mulheres.

Tendo isso em vista, sob essa lógica, o homem comum jamais abusaria, assediaria ou tocaria uma mulher sem o seu consentimento, a não ser que houvesse algum vínculo afetivo (O que é questionado na presente pesquisa pois, como discutido durante o trabalho, em relacionamentos consensuais, há muita violência sexual e há uma diferença entre o que é consensual e o que é consentimento).

Nesse caso, a ação de tocar o corpo sem consentimento, como avaliaram os participantes masculinos, não seria vista como violenta, mas sim, como uma “brincadeirinha”, pois o vínculo justificaria a permissão e o acesso ao corpo da mulher em qualquer momento. Vale, também, ressaltar que mesmo participantes do gênero feminino se referiram a “brincadeirinhas” nesses casos, minimizando possíveis abusos

diante das práticas culturais que concedem aos homens o privilégio de “possuir” os corpos femininos. Apenas o homem ‘patológico’ seria o responsável pelos abusos e ações consideradas inapropriadas, por não haver vínculo afetivo.

Tal percepção se torna problemática por não reconhecer as mensagens culturais diárias que alimentam as desigualdades sociais, políticas e sexuais entre homens e mulheres. São mensagens que naturalizam o poder do homem sobre o corpo da mulher, gerando a internalização de valores que sustentam a desigualdade de poder entre os gêneros por todos inseridos em quase todas as culturas.

Geni Núñez (2023), em seu livro intitulado “Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar”, articula muito bem a relação de poder e desigualdade entre gêneros com o processo de colonização em nosso país, o que acrescenta à discussão sobre o papel da cultura e colonização não apenas nos processos de interpretação de signos, mas também na própria forma de vivenciar a sexualidade. Em suas palavras:

Minha mãe me contou que, em Guarani, ela não conhece palavras específicas que denotem posse. Em vez de dizer que somos “donos” de algo, falamos que estamos em sua companhia. O rio não é nossa propriedade, o vento também não; não somos proprietários de nenhuma existência. Aprendi também com o parente Guarani Nhandeva Alberto Tavares que nossa linguagem já “reflete a espiritualidade guarani, livre de posses”. Essa ideia de propriedade, tão presente na sociedade dominante, não é parte de nossas perspectivas indígenas” (p. 14).

Em seus estudos sobre cartas jesuíticas de 1500, a autora retoma o processo de colonização e catequese no Brasil, em que a nudez, a poligamia e as diferentes formas de existir foram dizimadas, erradicadas, quando não “adestradas” em nome da família, do bem e do “amor”. Isto pode ter sido o fundamento dos valores relacionados à posse,

controle e ciúmes (Núñez, 2023), os quais, até atualmente, são as justificativas utilizadas em casos de feminicídio e de violência contra a mulher.

A aceitação de comportamentos masculinos agressivos e possessivos tidos como inerentes da “natureza” masculina e da ordem dos relacionamentos heterossexuais, os quais ainda se pautam majoritariamente em premissas patriarcais que incentivam uma relação de posse entre o casal, segue, igualmente, sendo um exemplo sobre a manifestação de tais valores. Com isso, cabe mencionar que a ambiguidade surge em relação às próprias expectativas e reações reais das mulheres frente à uma situação de assédio, bem como os signos motivadores envolvidos - que se distinguiram entre os percebidos pelo GF1 e GF2.

Entretanto, devemos igualmente considerar a polifonia presente na cultura, pois, na própria cultura existem múltiplas vozes, ou seja, diferentes discursos que ressoam na vida dos sujeitos de formas singulares. Há aquelas que são mais dominantes e potentes, mas existem outros discursos (por exemplo, baseados na perspectiva crítica) que, mesmo marginalizados ou de menor repercussão, estão aí presentes. E isso, de certa forma, é um fator que também contribui para a existência de ambiguidades.

Contribuições de Bakhtin

De acordo com Scorsolini-Comin e Santos (2010), a polifonia dos discursos pode ser compreendida a partir do diálogo bakhtiniano como uma ação entre interlocutores. Ou seja, nos discursos culturais e subjetivos há diferentes vozes que são atualizadas continuamente, de modo que não é possível falarmos de um único discurso isolado de um contexto em que existem outras “vozes” e alteridades. Se assim fosse,

não haveria diálogo, o que nos revela que para a produção de significado e sentido é sempre necessária a presença do Outro.

De certo modo, no próprio processo de interiorização e exteriorização de significados, bem como nos processos de ressignificação, é necessária a tensão (em que está presente a ambiguidade) para o surgimento de novos significados. Assim, o dialogismo é um fenômeno presente em todo o processo de significação e pode ser definido como o principal princípio constitutivo da linguagem, que, assim, assume um caráter coletivo e social (Scorsolini-Comin & Santos, 2010). Nesta concepção dialógica de negociação de significados, encontra-se em ação a agencialidade dos sujeitos, sendo o signo verbal (discurso, palavra) uma construção dinâmica constante entre o eu e o outro, uma eterna coconstrução e transformação, a depender do tempo, do contexto e dos indivíduos. Tais processos de negociação se tornam ainda mais complexos quando consideramos a atuação dos signos metacomunicativos não verbais (Branco & Valsiner, 2004)

Outra contribuição de Bakhtin (1983) para a compreensão do discurso e dos signos coconstruídos e interpretados nas interações interpessoais é a de que o dialogismo tem como base a comunicação, mediante a interação verbal e não verbal entre as pessoas, não existindo jamais uma transmissão unilateral de informação em contextos comunicativos. Nas palavras de Comin e Santos (2010, p.17):

(...) O discurso é vivo e vive nos modos sociais, devendo ser visto de formas contraditórias e como mundos de múltiplas linguagens que se interligam. Assim, essas diferentes linguagens não se excluem umas às outras, mas dialogicamente intersectam-se de maneiras muito diferentes, com uma interanimação em uma variedade de formas. Nesse processo, ocorre a coexistência de contradições socioideológicas entre o presente e o passado; entre diferentes épocas do passado; entre diferentes grupos socioideológicos do presente; entre

tendências, escolas, círculos e assim por diante, com o encontro e a disputa entre pontos de vista sociolinguísticos distintos. Estes podem estar justapostos, mutuamente suplementando ou contradizendo-se; algumas linguagens falham em se desenvolverem, algumas morrem, enquanto outras florescem em linguagens autênticas. Dado o jogo vivo, a linguagem se encontra em um histórico e ininterrupto processo de tornar-se, formando socialmente novas linguagens.

Portanto, a partir dos estudos de Bakhtin (1981), reforça-se o entendimento de que a história, a cultura e a sociedade são aspectos cruciais na compreensão dos fenômenos humanos, visto que constituem a base dos discursos/palavras presentes em nosso desenvolvimento psíquico. Na relação interpessoal, o sujeito falante se depara com o discurso do outro, que não adota um posicionamento passivo ou de neutralidade. Ao contrário, este também é perpassado por seus discursos, pelos discursos culturais e pelos das demais pessoas em sua história de vida.

Bakhtin defende e contribui para o desenvolvimento dessa discussão ao relatar que as palavras e o discurso refletem, não de modo mecânico, os conflitos (ambiguidades) e evidenciam as marcas ideológicas distintas de cada sujeito presente na interação interpessoal (Scorsolini-Comin & Santos, 2010). Segundo ele, todo o processo de interiorização e exteriorização de significados pertence ao campo social, que é um elemento crucial para a criação e a organização do pensamento. O discurso, em sua condição de signo, é adquirido no meio social e, uma vez interiorizado pelo sujeito, retorna ao meio social por meio de processos interacionais, em uma forma única.

Exemplos desse fenômeno são os posicionamentos que se refletem nas leis. Embora a legislação brasileira compreenda e “defenda” a mulher e seus direitos básicos, como o direito à vida e ao bem-estar, há leis - ou ausência delas - que se direcionam de modo contrário, como os projetos contra o aborto e sua criminalização, além da

burocracia e empecilhos que as mulheres enfrentam ao buscarem ajuda e amparo legislativo.

Esse fenômeno não apenas foi ilustrado por meio de um dos instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa (o recorte do primeiro episódio da série *A nearly normal family*), especialmente nos posicionamentos observados dos participantes do gênero masculino. Estes consideraram como principal signo da ausência de consentimento e de conduta abusiva do treinador uma possível lei do país em que ocorreu a relação sexual. Em outras palavras, os participantes negligenciaram os signos verbais e não verbais tanto da mulher quanto do homem, e concentraram o seu discernimento no fato de a mulher ser menor de idade e o rapaz ser um adulto - o que se caracteriza como crime, ao menos no Brasil.

Também foi possível perceber, nos grupos focais com os homens e em suas entrevistas individuais, a falta de reconhecimento ou de posicionamento empático em relação ao sentimento feminino. Em suas leituras sobre as imagens, a filmagem e a leitura da história — principais recursos metodológicos da pesquisa —, os rapazes orientavam seus discursos pelo olhar masculino típico da cultura. Isso se evidenciou, por exemplo, nos momentos em que afirmaram que o toque “inapropriado” no corpo da mulher (Imagem 1) foi uma brincadeira, uma situação retirada de contexto, bem como uma má interpretação de suas reais intenções (intenções do homem), que incluíam ajudar ou proteger a mulher de alguma tragédia ou de “potencial violência”.

Tal fato dialoga com o entendimento de Bakhtin (1981) de que, em uma interação interpessoal, cada pessoa - com sua individualidade e características conflitantes - apresentaria um discurso independente, e que tais discursos diferentes e simultâneos implicariam um conflito que necessitaria de diálogo e mediação, com a

criação de outros signos. Em outras palavras, os signos não devem ser vistos como reflexos da realidade, mas como fragmentos da mesma em reconstrução permanente.

Assim, para a compreensão dos processos de significação, é crucial um posicionamento flexível dos sujeitos para prevenir a manutenção da violência. É importante que estejam abertos aos novos significados que são incessantemente construídos nas relações interpessoais.

Expectativas sobre a performance feminina: A falta de assertividade da mulher

Como exposto nos resultados, as expectativas socioculturais sobre o comportamento/reação feminina e masculina frente a situações de potencial violência surgiram de diferentes formas. No que se refere ao feminino, houve destaque para a ausência da reação das mulheres frente aos toques e situações por elas vivenciados, o que foi apontado pelos participantes de ambos os grupos, mesmo nas situações em que o homem era considerado perigoso

Segundo os participantes, independentemente do contexto e dos envolvidos, não era de se esperar qualquer tipo de manifestação ou reação feminina. As mulheres se manteriam passivas, o que sugere uma acentuada tendência à objetificação da mulher. Isso é um fato curioso, pois, popularmente, espera-se que, ao vivenciar uma situação de abuso sexual, as mulheres tenham uma forte reação (o que, de certa forma, é reforçado pela própria legislação brasileira). Com isso, verificamos, novamente, como os discursos sociais possuem um papel significativo não apenas em como realizar a leitura sobre a violência, mas também sobre a reação esperada por parte das mulheres, com base em diferentes estereótipos que acabam por se refletir no campo jurídico, nas leis.

Até o atual momento, a legislação brasileira tem se mostrado extremamente falha na compreensão e decisões acerca do consentimento/não consentimento, prazer/não-prazer e sobre a ocorrência de violência/não-violência. Pois, como apresentado na seção “Estupro e Assédio Sexual: O que diz a lei brasileira sobre a violência contra a mulher”, na história do desenvolvimento legislativo e da sexualidade vivida pelos cidadãos brasileiros, o olhar e a voz feminina têm sido constantemente silenciados.

Isso contribui para que haja expectativas comportamentais femininas acerca de determinada agressão que desconsideram a esfera subjetiva feminina. Apesar de existir a expectativa predominante de que a mulher seja sempre delicada, cuidadosa e mais frágil (Madureira, 2021), espera-se que, em uma situação de violência, essa mesma mulher lute com “garras e dentes” para se proteger e preservar a sua intimidade, utilizando esta reação agressiva como o principal determinante de resistência e de não consentimento frente ao homem. Ou seja, espera-se que a mulher execute um comportamento oposto ao que lhe foi incentivado em diferentes contextos e momentos, como a única válida “reação natural pela vida” (Angel, 202).

Isso é problemático e perigoso por não apenas desconsiderar a agencialidade da mulher, mas por ignorar, completamente, o leque de possibilidades comportamentais que as pessoas apresentam em diferentes situações e contextos. Como mencionado nos debates com as participantes do gênero feminino, a “não reação” é um tipo de ação. Não “resistir” a um toque, ficar imóvel ou até mesmo “retribuir” pode ser tomado como um mecanismo de defesa, um meio de encerrar determinado comportamento hostil para evitar que a violência aumente. No caso de um beijo forçado ou relação sexual imposta pelo homem, tais comportamentos foram tidos pelas participantes como estratégias de defesa usadas pelas mulheres. Segundo Camila, a respeito da Imagem 5 (*Carnaval*):

“Você vai para uma festa, e tem um cara que fica te enchendo o saco. Daí você se vê, tipo, presa nessa situação. Então você ‘Ah, vou beijar esse cara para eu ir embora logo, acabar, encerrar com essa situação e ir embora’”.

Sua fala evidencia ainda mais a dificuldade e a complexidade de reconhecer situações de consentimento ou sua ausência. Como disse Camila, o suposto “consentimento” muitas vezes teria uma função evitativa ou de fuga. Assim, a mulher “aceitar” determinado comportamento masculino ou “retribuir” um beijo não é indicador suficiente de que houve consentimento ou desejo em sua ação. Ao menos, não em todas as ocasiões. Destaca-se, portanto, a importância de melhor analisar e interpretar os significados presentes nas relações interpessoais.

Como visto no Resultados, as participantes sublinharam algumas das razões para a dificuldade feminina de reagir em situações abusivas. A primeira refere-se ao fato de *as mulheres serem educadas para agradar*: Segundo Anezka, mulheres são “peace makers”, ensinadas desde sempre a não brigar ou “bater de frente”, mas sim a evitar e apaziguar conflitos. Tal tendência contribui para situações de “consentimento evitativo/de fuga” (citado por Camila anteriormente). Esta seria uma forma da mulher prevenir uma violência maior ou mais duradoura. A segunda diz respeito a *ambientes percebidos como perigosos ou desconfortáveis*. Certos ambientes contribuem para um sentimento de insegurança, tais como estar sozinha em um lugar desconhecido ou com pessoas desconhecidas. A mulher sente-se insegura para agir ou expressar seu desejo e sua recusa. .

Um dos temas que também foi elaborado pelo grupo feminino e que cabe aqui mencionar por se relacionar com a presença do discurso cultural predominante nos posicionamentos dos participantes masculinos foi a dificuldade, percebida em muitos homens heterossexuais, de reconhecer signos verbais e não verbais do consentimento/não consentimento. Embora existam, de fato, situações em que é

complexa a leitura sobre a presença de consentimento genuíno, desejos e prazeres, as participantes disseram que até signos considerados por elas como evidentes e universais, passam despercebidos pelos homens ou, então, eles optam por ignorá-los. Segundo elas, estes signos são: *rigidez corporal; diminuição ou ausência de movimentos; recuar o corpo; expressão facial de desconforto, seriedade ou desinteresse; ausência de sorriso; e desvio do olhar.*

Também mencionaram, no outro extremo, homens inseguros que não possuem noções básicas de leitura corporal de paquera e que, devido à isso, acabam por pedir permissão e questionar tudo o que estão fazendo com a parceira, o que gera grande desconforto nas mulheres. Anezka, inclusive, relatou uma vivência própria com um rapaz que sempre solicitava sua permissão para tudo: abraçá-la, beijá-la e tocá-la etc. Isso implicou nas seguintes categorias que elas associaram aos homens heterossexuais:

- a) Aquele que *sabe que o que está fazendo é errado* - forçar uma relação sexual;
- b) Aquele que *não sabe, conscientemente, que o que está fazendo é errado* - por falta de conhecimentos sobre a leitura de signos de consentimento ou recusa;
- c) Homens que *não possuem a menor ideia de como se aproximar* de uma mulher sem ser invasivo. Isso contribui com a perpetuação de estereótipos femininos, como o de que as mulheres são seres místicos e indecifráveis, seres de outro mundo ou que falam uma outra língua.

Dentre as principais razões as dificuldades masculinas, elas apontaram os principais motivos como sendo

- a) *Ausência de estímulo* para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável que enxergue/considere o outro (a mulher);

- b) *Masculinidade hegemônica*, que incentiva os homens a colocarem os seus desejos acima de tudo;
- c) *Falta de uma disposição ou olhar empático*: que seria, tecnicamente, uma das facetas da masculinidade hegemônica;
- d) *Enrijecimento emocional*: os estereótipos historicamente associados acerca da masculinidade hegemônica alimentam a crença de que “homens não choram” o que leva a um endurecimento ou insensibilidade emocional que dificulta a empatia.

Tal percepção sobre a dificuldade percebida pelas participantes do gênero feminino, e observada nos encontros com o grupo masculino—a respeito dos homens heterossexuais terem menor capacidade de interpretar signos—tem um respaldo histórico-cultural. Afinal, elas são as cuidadoras emocionais, as que cuidam do bem-estar emocional das famílias, e não eles (hooks, 2018; Tiburi, 2018).

A identidade, e a própria sexualidade feminina heterossexual foram se construindo pela preocupação, reconhecimento e cuidado dos outros. Cuidado que não apenas se remete ao físico (machucados e enfermidades), mas também se estende para a esfera dos afetos. Ou seja, a mulher deve evitar magoar, irritar ou gerar sentimentos negativos no outro – o homem (Badinter, 2011; Donath, 2017).

Na construção do masculino, voltado para a esfera pública, os estímulos e incentivos majoritariamente se referem aos próprios desejos e vontades, o que pode constituir indícios socioculturais na base da dificuldade de os homens desenvolverem um olhar empático que considere os signos não verbais e verbais sobre o consentimento, não-consentimento, prazer e não-prazer.

2. A Questão da Ambiguidade

Apesar da metodologia explorada nesta tese ser de caráter qualitativo, é importante mencionar o vasto número ou frequência de indicadores de ambivalência encontrados nas falas dos participantes, tanto nos grupos focais quanto nas entrevistas individuais. Ou seja, falas que repetidamente continham expressões como “não sei”, “talvez”, “não é? /né?” e “sei lá”.

Como observado por Chaudary (2025), o uso dessas terminologias, mais especificamente, seu significado, propósito e interpretação, varia de cultura para cultura e no contexto de interações sociais concretas. Em outros termos, é necessária uma análise minuciosa dos discursos, contextos e linguagens corporais dos participantes para discernir se o uso destes termos sugere dúvida ou ambiguidade, ou se seria um “vício de linguagem”. Em nosso caso, tudo indica que tais terminologias expressavam dúvida e ambiguidade. Também vale destacar o seu uso com uma dupla funcionalidade—apresentação de ambiguidade e busca por validação social—o que pode ser ilustrado no trecho a seguir, retirado do GF4 (masculino), quando da discussão sobre o vídeo:

(...) Inicialmente ela agiu por impulso, né? Gostou do cara e ... chamou lá para nadar, só os dois, escondidos... Ela não deveria ter feito isso, mas já que fez... o cara deveria ter respeitado ela depois, né? E ele... O cara também deveria ter tido a consciência de que não era uma situação legal também, né? (Iago)

Esse fenômeno exemplifica a ambiguidade do sujeito com ele mesmo, no desenvolvimento de um posicionamento baseado em diferentes signos e valores que se contradizem, no caso, quanto à responsabilidade pela violência sofrida pela jovem. Além disso, quando o participante, para avaliar a situação, usa recursos linguísticos como “eu não sei” e os demais mencionados acima, ele evidencia uma ambiguidade intrapsicológica, em outras palavras, uma dúvida em nível pessoal e uma tentativa de validação externa.

Nesse sentido, cabe retornarmos à discussão desenvolvida na fundamentação teórica desta tese (Seção 4) sobre o que seria a ambiguidade (zona cinza). No presente estudo, verificou-se que a ambiguidade inerente às situações a serem interpretadas pelos participantes acabaram gerando concordâncias, mas também discordâncias significativas. Ou seja, ambiguidades geram interpretações subjetivas, tornando difícil a interpretação das situações com objetividade. Objetividade esta que seria ideal, no caso de a ocorrência chegar ao contexto jurídico.

Sammut, Daanen e Moghddam (2013) discutem sobre a questão da intersubjetividade nas interações. Segundo os autores, a intersubjetividade seria a negociação entre diferentes sujeitos acerca de uma realidade que lhes convenha (consenso). Logo, as experiências idiossincráticas de cada um seriam exploradas e reconciliadas para possibilitar uma construção conjunta por meio da comunicação/interação (negociação).

A partir desse processo, cria-se uma realidade comum e compartilhada, a qual incorpora os significados singulares presentes em cada indivíduo. Nesta realidade, a interação é o ponto-chave para possibilitar a orientação em relação aos outros e o atendimento às suas necessidades. Na medida em que os processos intersubjetivos têm como principal fundamento a negociação ativa e interativa, por definição, podemos considerá-la fundamental nos processos de comunicação efetiva entre as pessoas. Contudo, como observado pelos autores, a negociação constante de novos significados pode ser desgastante:

Ao negociar essa construção de sentido [*significado*], os indivíduos necessariamente se engajam em uma interação reflexiva que atribui significado a seus próprios atos e aos atos dos outros. No entanto, se refletirmos sobre a natureza da vasta maioria das interações mundanas que constituem nossas vidas diárias, essa necessidade

constante de negociar significados com os outros não corresponde à nossa realidade fenomenal cotidiana (Sammur et al., 2013, p. 16).

O certo é que não existe segurança para que se estabeleçam interpretações “objetivas” nas relações humanas. A complexidade envolvendo subjetividade e objetividade pode ser observada durante a presente pesquisa: seja nos momentos de dúvida se determinada situação seria um assédio ou “brincadeirinha”, a quem o corpo feminino realmente pertence em um relacionamento afetivo (à própria mulher ou ao seu companheiro?), ou como os signos presentes na interação afetiva de sedução ou negação são interpretados. Tudo isso contribui para explicar como é difícil o estudo dos processos de significação, principalmente no que tange à esfera da sexualidade e da afetividade, pois esta se localiza nas fronteiras (borders) entre o consentido, o não consentido, o abuso, o não abuso, o prazer e o não prazer.

O conceito de Middle Ground de Hermans

Hermans (2024), em sua obra “*Entering the Middle Ground: Who is afraid of the grey wolf*”, propõe uma perspectiva não cartesiana sobre as relações e as subjetividades humanas. Ou seja, ele propõe que não há uma relação dicotômica entre valores, concepções e crenças, como o “bem” e o “mal”, o moralmente “certo” versus “errado”, pois muitos dilemas situam-se em uma esfera intermediária; logo, podemos concluir que isso também ocorre em situações envolvendo consentimento e violência sexual. O autor defende que há uma espécie de área em que o comportamento humano (verbal e não verbal) não pode ser facilmente lido como permissível, compreensível e desculpável, ou como mais apropriado. Para avaliar tais situações, é necessário considerar, ou dialogar,

com todas as facetas e circunstâncias da situação, que se apresenta em constante estado dinâmico de transformação.

Hermans (2024) denominou esse fenômeno “Área Intermediária” (*Middle Ground*), a qual se aproxima intimamente da concepção de fronteiras (*borders*) discutidas por Marsico e Tateo (2017; 2021), aqui denominadas Zonas Cinzas. Em outras palavras, verificamos que teóricos atuais têm abordado e analisado questões relativas à ambiguidade nos processos inter e intrassubjetivos.

Apesar de Hermans (2024) focar sua discussão na área intermediária da moralidade (sobre o bem e o mal), é possível resgatar suas reflexões para o nosso objeto de estudo no contexto da sexualidade. Segundo o autor, a área intermediária não pode ser reduzida a uma oposição mutuamente exclusiva. Na verdade, é nesta área, entre os conceitos de certo e errado, que prevalecem coalizões produtivas que possuem o potencial de oferecer novas e mais adequadas leituras de situações complexas para o indivíduo e a sociedade (Hermans, 2024; Tateo, 2018). Caso houvesse uma distinção excessivamente rígida entre tais posicionamentos—como comumente defende a psicologia *mainstream* em seu esforço de estabelecer categorias mutuamente exclusivas—não haveria espaço para a evolução e desenvolvimento dinâmico da cultura pessoal e coletiva. Na perspectiva de Valsiner (2021), é preciso considerar o que ele denomina “separação inclusiva” entre categorias que, embora se apresentem como duas coisas distintas, devem ser analisadas como um todo inclusivo.

Um outro ponto importante a mencionar sobre as zonas cinzas é que não há necessariamente uma batalha constante na interpretação e delimitação dos signos, pois existem situações em que leituras divergentes podem complementar-se, harmonizar-se ou fertilizar-se. Ou seja, o conflito entre interpretações não necessariamente é visto como algo negativo ou destrutivo, mas como algo necessário para mudanças e novas

construções que podem promover maior entendimento, tendo como alicerce o diálogo entre posicionamentos distintos. Além disso, destaco novamente que essas ambiguidades estão presentes tanto no nível intrassubjetivo (eu comigo mesmo) quanto na interação com o outro. Hermans (2024, p. 11) afirma que

(...) O terreno moral intermediário pode ser definido como um espaço no próprio eu ou entre diferentes eus, onde posições morais, julgadas como boas ou más, se reúnem em coalizões. Às vezes, essas coalizões parecem “naturais” (por exemplo, o egoísmo saudável) e não precisam de muito processamento dialógico. Quando uma tensão entre essas posições é experimentada (“sou prestativo, mas isso também parece egoísta”), elas podem ser refletidas e comparadas em relações dialógicas internas e externas. Isso pode resultar em acordo, desacordo, conflito ou reconciliação de posições [caracterizadas como] bem e mal como base para a tomada de decisão.

Durante a construção das informações, foi possível perceber tais “coalizões” ocorrendo em ambos os níveis (intra e inter), tanto nos encontros grupais quanto nas entrevistas individuais. Por exemplo, observou-se o conflito presente no próprio participante quando buscava identificar, interpretar e nomear determinada imagem ou cena como abusiva ou não abusiva. Muitas foram as falas do tipo “não sei”, “talvez”, associadas a expressões faciais e corporais que indicavam dúvida, como a fala pausada, desvio de olhar, inclinação corporal. Já em nível interpessoal, observou-se a construção/interpretação dialógica dos signos nos debates entre os participantes, seja quando um completava a fala do outro, apresentava outra perspectiva ou questionava algo. Para ilustrar esses momentos, cabe destacar que no segundo encontro grupal feminino (GF3), o posicionamento de Vanessa, que no primeiro encontro foi a única que considerou a Imagem 6 (Amigas) como invasiva, afetou as demais participantes, pois estas, no segundo encontro (GF3), relataram ter “aberto os olhos” ou “visto a imagem de outra maneira”, até mesmo com nojo.

Uma outra contribuição significativa das reflexões de Hermans (2024) foi sobre a relação entre as áreas intermediárias (zonas cinzas) e questões de gênero, as quais são a base dos diferentes processos de significação explorados nesta pesquisa. As consideradas “transgressões sexuais” — em outras palavras, a não-performatividade normativa da sexualidade — contrariam os estereótipos de gênero e criam, certamente, zonas cinza, pois, afinal, espera-se que os homens sejam agressivos, focados nos próprios desejos, dispostos sexualmente e não expressem emoções. Isso, enquanto as mulheres seriam mais empáticas, frágeis e não assertivas (devido à pressão para agradar e cuidar do outro) (Obando, 2022).

Ao que tudo indica, porém, signos semelhantes podem ser interpretados diferentemente por homens e mulheres, o que dificulta arduamente o reconhecimento dos próprios afetos e desejos. Por exemplo, a mulher disse sim a uma relação sexual porque estava com vontade ou porque sentiu que era algo que deveria fazer? Logo, é necessário considerar a dinâmica e a fluidez das situações de ambivalência, a partir de seu contexto social, cultural e histórico, em vez de manter uma postura fixa e rígida sob a ótica cartesiana das relações, dos valores e do afeto humanos. Apenas o diálogo permite enfrentar posições contraditórias e, a partir da autorreflexão crítica e de questionamentos mútuos, será possível tomar uma decisão compartilhada orientada ao bem-estar das pessoas envolvidas.

Nesse processo, vale a pena analisar o papel das orientações para objetivo (*goal orientations*) dos parceiros de uma possível relação afetivo-sexual. De acordo com Branco e Valsiner (1997), as “*goal orientations*” se referem a motivação pessoal e subjetiva de cada um. Na interação com o outro, quando objetivos românticos/afetivos estão envolvidos, pode haver convergência (sedução, paquera - consenso) ou divergência (assédio, importunação, não consenso por ambas as partes). Os autores

mencionam que o movimento da divergência para a convergência, de modo frequente, envolve processos de negociação constante, por meio dos quais suas “*goals orientations*” podem ser transformados/reorganizados para permitir a uma compatibilidade/paz/consenso. Essa possibilidade de transformação irá depender de como os parceiros utilizam signos/sinais para se metacomunicarem, em termos de intenções, objetivos e desejos.

Tendo isso em vista, há urgência em investigar de maneira mais ampla a metacomunicação presente na coconstrução das “*goal orientations*”, pois a mudança de objetivos (intencionalidades) pode ocorrer de maneira constante e rápida durante o “jogo de sedução” (vulgo paquera), e uma expressão verbal ou não-verbal possui a capacidade de transformar toda a qualidade de uma interação. Ressalta-se, portanto, a complexidade de perceber, analisar e compreender as “*goal orientation*” de cada sujeito, pois há uma troca contínua de sinais que podem ser interpretados de maneiras diferentes a depender da cultura coletiva e pessoal de cada um.

Meta-intencionalidade na metacomunicação

Como foi visto até aqui, a chave para a interpretação de significados, especialmente em situações ambíguas, encontra-se na habilidade e sensibilidade de identificação e compreensão de signos verbais e não verbais que participam dos processos de metacomunicação—comunicação sobre a qualidade da comunicação—entre as pessoas em interação. Sendo assim, além da necessidade de estudos sobre tais processos de metacomunicação e construção de significados, vale aqui considerar brevemente um conceito relacionado e introduzido recentemente na literatura por Indius (2022, 2023).

Segundo a autora, o conceito de meta-intencionalidade pode ser definido como “o meu desejo de que a outra pessoa queira também o que eu quero”. O conceito também se relaciona à complexidade dos processos intersubjetivos (o que as pessoas pensam, sentem e desejam) e dialoga intimamente com os estudos psicológicos sobre os desejos, intenções e “*goal orientations*” dos indivíduos, que estão presentes nos processos interpessoais e de negociação que ocorrem (ou não) nas interações sexuais e afetivas. Como discutido pela autora, todos os fenômenos psicológicos são intencionais, mas estes processos são muito pouco estudados na psicologia contemporânea (Valsiner, 2012; Indius, 2022, 2023).

Um clássico exemplo oferecido por Indius (2023) sobre a meta-intencionalidade se refere a uma situação entre esposa e marido (Indius, 2023, p.15):

A esposa não quer que o marido lhe traga flores porque ela pediu. Ela quer que ele queira trazer-lhe flores. Mas como isso pode ser verificado? O mesmo ato — trazer flores — pode acontecer seguindo uma convenção. Ou um hábito — mas também pode acontecer porque quem traz as flores realmente deseja fazê-lo.

Esse fenômeno também pode ser observado nas relações que englobam o objeto de estudo da presente tese, ou seja, quanto às expectativas pessoais/subjetivas entre os envolvidos em uma interação afetivo-sexual. Por exemplo, um homem chama a mulher em que está interessado para sair, e paga por tudo o que foi consumido. Ele pode ter agido desta forma não apenas como estratégia de sedução, mas também com a intenção de, depois do encontro, ter relações sexuais com a mulher. Ou seja, sua meta-intenção é que ela aceite mais facilmente a relação após o evento, de maneira genuína. Isso ocorre a todo instante nos relacionamentos humanos e, em especial, nas relações afetivas entre namorados ou pessoas casadas; um dos integrantes está com desejo/vontade de ter

relações sexuais e espera que o outro também deseje a mesma coisa e concorde com a relação.

Segundo Valsiner (1999), a base desse fenômeno reside na necessidade de controlar o outro como forma de mediar a regulação semiótica das funções intrapsicológicas. As pessoas criam e se utilizam de diferentes signos como ferramentas psicológicas nos processos de negociação e persuasão. Segundo o autor, nossas expectativas sobre como os outros agem fornecem insights sobre nossas próprias intenções e como desejamos que os outros adotem essas intenções (meta-intencionalidade), o que opera como uma regulação semiótica de nossos próprios pensamentos e ações.

Portanto, devemos tomar o diálogo como a chave para uma interação, visando coconstruir objetivos comuns e chegar a um acordo sobre certos arranjos de como e quando as coisas devem ser feitas, levando em conta as necessidades de ambos, ou seja, é preciso ser flexível e ter abertura para novos processos semióticos. A meta-intencionalidade, assim, é um importante fenômeno que tem impacto direto nas relações com o outro, e o modelo de Valsiner de regulação semiótica das funções intrapsicológicas mostra que a meta-intencionalidade é crucial nos relacionamentos interpessoais, implicando em uma contínua renegociação e reconstrução das motivações envolvidas (Indius, 2025).

3. Interpretação da Violência: o Papel dos Signos Relevantes

Antes de discutirmos os signos específicos que orientam a percepção dos participantes sobre o que se caracteriza como violência ou não, é necessário refletir sobre o conceito de violência em si.

A violência tem se tornado um tema de interesse amplamente estudado no campo das ciências humanas, sob diferentes abordagens teóricas e epistemológicas. Por ser um conceito extremamente complexo, abrange diferentes dimensões das relações e interações humanas (interpessoais, sociais, culturais, etc.) e pode repercutir em diferentes aspectos da vida social, como o estabelecimento de regras morais, os conceitos de criminalidade e ilegalidade e a legislação vigente (Borges de Miranda, 2017).

De acordo com Borges de Miranda (2017), com o passar do tempo, percebeu-se um movimento de transformação das perspectivas que concentravam seus estudos sobre violência apenas em sua esfera social para aquelas que a compreendem como um fenômeno polifônico e multideterminado. Assim, buscou-se o aprofundamento sobre o estudo da relação dialética entre o sujeito e sociedade e sobre as múltiplas facetas da violência(s) como intimamente interligadas ao contexto histórico, cultural e social presente nas interações humanas.

Todavia, ainda há um longo caminho para compreender em profundidade a tríade violência-sujeito-cultura. Nesse sentido, a Psicologia Cultural Semiótica contribui para deslocar o olhar dos processos individuais para uma coconstrução da violência entre cultura e sujeitos, se posicionando de forma contrária a determinação, categorização e essencialização das práticas violentas (indivíduo agressivo/comunidade violenta; violência como característica inata e inevitável etc.) (Borges de Miranda, 2017; Todorov, 2010). Infelizmente, essa naturalização da violência ainda se manifesta no imaginário social. Em outras palavras, apesar de ainda prevalecerem discursos cartesianos (bom versus mal) em relação à violência, a Psicologia Cultural Semiótica defende que, devido ao desenvolvimento do sujeito estar intimamente e constantemente em construção a partir das relações que estabelece com o outro, em diferentes contextos sociais, as relações de violência não devem ser pensadas como características

intrínsecas do sujeito, mas como internalizações de produções culturais e subjetivas (Valsiner, 2012; Borges de Miranda, 2017).

Como apontado anteriormente por Chaudary (2025) e Valsiner (2025), a noção de violência varia de cultura para cultura e, dessa forma, também entre sujeitos. Tomemos, por exemplo, uma situação em que a mulher não consentiu com a prática sexual porque estava adormecida, e acordou com o seu parceiro iniciando práticas sexuais com ela de modo não agressivo. Nesta situação cinzenta (ambígua), é possível perceber a complexidade do fenômeno, e não é possível generalizar. Não é todo “não consentimento” que implica violência, percebida ou interpretada. O consentimento engloba um mundo de significados múltiplos ou pleuromáticos (Valsiner, 2021) em negociação até que seja possível esquematizá-los e realizar a leitura subjetiva se houve ou não consentimento, violência e/ou desprazer.

Apesar da cultura ser compartilhada e coconstruída por todos os seus integrantes e por meio de entrecruzamentos, interseccionalidades, hibridação e inovação, devido a agencialidade do sujeito, os processos de significação se tornam peculiares e únicos. Realizar, assim, uma leitura da(s) violência(s) sem considerarmos o papel ativo dos indivíduos na sociedade é um risco de engessamento dos processos de mudança social e das relações de poder no âmbito das sociedades. E isso limita as possibilidades de ação e transformação significativa nas interações humanas.

Borges de Miranda (2007) afirma a urgência de integrar aspectos micro, meso e macrosociais para ampliar e potencializar uma dinâmica mais fluida das relações humanas, com o estabelecimento de novas perspectivas para um espaço que torne possível a circulação e a negociação de diferentes sentidos e signos capazes de promover mudanças e um desenvolvimento saudável nas interações interpessoais.

Cabe ressaltar também o entendimento da Psicologia Cultural Semiótica acerca da violência e do conflito. Segundo esta perspectiva, enquanto a violência se associa quase sempre à destruição, prejuízos e exclusão, o conflito se refere à presença de divergências e discordâncias que são necessárias e naturais para o desenvolvimento das pessoas e suas interações, o que Valsiner e Cairns (1992) denominaram como conflitos construtivos. A partir dessa modalidade de conflito, é possível o surgimento de novas ideias, sentimentos, perspectivas e, principalmente, de ressignificações e adaptações a uma nova leitura/situação.

Um exemplo em que conflitos podem se tornar construtivos pode ocorrer em uma simples situação de paquera/sedução costumeira. O homem toma a iniciativa, se aproximando da mulher, mas percebe que, ao tocá-la no ombro, mesmo com sutileza, isso não gerou o comportamento esperado – correspondência. Aí se configura um conflito. Então, ele adapta sua estratégia de aproximação para algo menos físico e, enfim, consegue desenvolver um diálogo promissor com a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estou ciente, como autora, de que a presente pesquisa possibilitou o surgimento de diferentes perguntas, inquietações e tensionamentos relacionados à interpretação, à construção e à elaboração coconstruídas de signos inter e intrassubjetivos. Além disso, creio que a pesquisa tenha demonstrado a relevância e urgência de mais estudos, visibilidade e discussões direcionados a questão do consentimento e às diferentes dinâmicas que integram as zonas cinzas/ambiguidades nos relacionamentos interpessoais e, em especial, nos que envolvem a esfera afetivo-sexual.

A Psicologia Cultural Semiótica se fundamenta na coconstrução sujeito-cultura e na agencialidade deste sujeito. Considera a dinâmica entre os níveis inter e intraindividuais, destacando o diálogo entre o eu (self) e o outro, visto que os significados que fundamentam o desenvolvimento humano são necessariamente coconstruídos. Destaca o papel da alteridade, do outro, nos processos intra e interpsicológicos e considera a questão da ambiguidade (zonas cinzas) como espaço crucial para a coconstrução de novos significados e, portanto, para o próprio desenvolvimento humano. O estudo da ambiguidade nas interações humanas é, assim, fundamental para a compreensão da vida humana, com impacto importante na qualidade das relações, nas avaliações e julgamentos, nos valores e no aperfeiçoamento das leis.

Acredito que, dentre as principais contribuições desta tese, está o convite à reflexão sobre a legislação brasileira e sobre como ela apresenta falhas em diferentes aspectos, com destaque para a negação da ambiguidade e das subjetividades envolvidas nas relações. Isso se reflete nas falhas de amparo às vítimas e nas avaliações acerca da violência contra a mulher em situação de matrimônio ou em relação afetiva com quem

lhe comete a violência. Afinal, o não-consentimento e a violência muitas vezes não são percebidos ou adequadamente interpretados. A pesquisa, desse modo, recomenda que juiz e júri tenham sempre acesso a mais informações subjetivas dos envolvidos, para que haja uma investigação detalhada sobre os tensionamentos e a tendência interpretativa dos jurados, considerando, porém, que nem sempre há neutralidade na dinâmica legislativa. Daí a necessidade de a psicologia buscar interlocução com diferentes audiências, incluindo a dimensão jurídica, grupos femininos e feministas, grupos dedicados ao estudo da educação sexual, entre outros.

Além disso, é possível considerar que a presente tese, a partir da sistematização teórica do estudo e de seus resultados, projetou um novo campo de investigação coerente com o campo de investigação na psicologia cultural, vinculado à temática do consentimento e do prazer.

Em termos educativos e práticos, espero que o presente estudo tenha evidenciado a urgência do debate e do oferecimento de uma educação sexual ampla, respeitosa e diversificada nas escolas e em outros ambientes, a fim de criar estratégias e instrumentos que promovam a paz e relações afetivo-sexuais mais respeitosas e conscientes.

Obviamente, a pesquisa teve limitações. Seria interessante, por exemplo, um estudo que apresentasse e analisasse o “passo a passo” (desenvolvimento íntimo) das interações entre os parceiros em nível microgenético, com foco no “jogo de sedução” em suas diferentes etapas, de modo a possibilitar a identificação e a análise dos signos considerados pelos envolvidos a cada momento da interação. A expectativa é que a tese sirva de incentivo para futuras pesquisas sobre consentimento, processos de metacomunicação e a coconstrução constante de significados nas relações interpessoais, com a utilização de diferentes metodologias e de uma diversidade de participantes.

Por fim, gostaria de salientar que a presente pesquisa se concentrou na análise e discussão da metacomunicação e interpretação de signos em relacionamentos heterossexuais. Entretanto, também é importante, em termos sociais e acadêmicos, que futuras pesquisas incluam a investigação de relacionamentos não-binários, que considerem a diversidade em relação à sexualidade humana, suas características étnico/raciais e culturais, dentre outros fatores relacionados à coconstrução da identidade do ser humano.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdulali, S. (2019). *Do que estamos falando quando falamos de estupro*. Vestígio.
- Abbey, A., & McAuslan, P. (2004). A longitudinal examination of male college students' perpetration of sexual assault. *Journal of consulting and clinical psychology*, 72(5), 747.
- Abbey, E., & Valsiner, J. (2005). Emergence of meanings through ambivalence. In *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research* (Vol. 6, No. 1).
- Amorim, K. S., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2004). When a Child Becomes Ill. The socio-historical matrix in meaning making and practices. *Communication and Metacommunication in Human Development*, 127.
- Angel, K. (2023). *Amanhã o sexo será bom novamente*. Bazar do Tempo.
- Arruda, G. B., & Tamwing, M. P. O caso do Portunhol: Uma língua de fronteira(s). *Revista do Grupo de Estudos em Análise do Discurso e Ensino de Línguas*. Vol. 04 N. 01.
- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Record.
- Bart, P. (1983). Women of the right: trading for safety, rules and love. *New Womens Times Feminist Review*, 30, 1-11.
- Bakhtin, M. M. (1981). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Hucitec.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. Brasiliense.
- Berger, J. (1999). *Modos de Ver*. Rocco.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo.
- Bourdieu, P. (2019). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Borges de Miranda, T. (2017). *Cultura, violência e dinâmica relacional: um estudo com alunos e professores de escola pública em contexto de baixa renda* (Doctoral dissertation, Master dissertation, University of Brasília, Brazil).
- Branco, A.U. & Valsiner, J. (1997). Changing methodologies: A co-constructivist study of goal orientations in social interactions. *Psychology and Developing Societies*, 9(1), 35-64.
- Branco, A. U., & Valsiner, J. (1999). A questão do método na Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva co-constructivista. *Escola, saúde e trabalho: Estudos psicológicos*, 23-39.
- Branco, A. U., & Valsiner, J. (Eds.). (2004). *Communication and metacommunication in human development* (pp. 3-32). Information Age Pub..
- Branco, A. U. (2012). Metacommunication, microgenesis, and ideographic Science: The study of meaning-construction processes. In S. Salvatore, A. Gennaro & J. Valsiner (Orgs.), *Making sense of infinite uniqueness* (pp. 109-132). Information Age Publishing, INC.
- Branco, A. U. (2017). Values, education and human development: the major role of social interactions' quality within classroom cultural contexts. In *Alterity, values, and socialization: Human development within educational contexts* (pp. 31-50). Cham: Springer International Publishing.
- Branco, A. U., Freire, S. F. D. C., & Roncancio-Moreno, M. (2020). Dialogical self system development: the co-construction of dynamic self-positionings along life course. *Psychology as a dialogical science: Self and culture mutual development*, 53-72.
- Branco, A. U. (2021). Hypergeneralized Affective-Semiotic Fields: The generative power of a construct. In Wagoner, B, Christensen, B. A & Demuth, (Orgs.), *Culture as process: A tribute to Jaan Valsiner* (pp. 143-152). Springer.

- Branco, A. U. (2021). Cultura e processos afetivo-semióticos na investigação científica do desenvolvimento moral. *Psicologia e Cultura: teoria, pesquisa e prática profissional*, 61-89.
- Brambilla, C. (2015). From Border as a Method of Capital to Borderscape as a Method for a Geographical Opposition to Capitalism. *Bollettino della società geografica italiana*, 392-402.
- Brinkmann, S. (2012). Qualitative inquiry in everyday life: Working with everyday life materials. *Qualitative Inquiry in Everyday Life*, 1-208.
- Brockmier, J., & Harré, R. (1997). Narrative: Problems and promises of an alternative paradigm. *Research on language and social interaction*, 30(4), 263-283.
- Brownmiller, S. (1993). *Against our will: Men, women, and rape*. Ballantine Books.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Artes Médicas.
- Butler, J. (2018). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. José Olympio.
- Cerqueira, D. R. D. C., & Coelho, D. S. C. (2014). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde* (versão preliminar).
- D'Abreu, L. C. F. (2013). Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 592-601.
- Del Priore, M. (2011). *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. Planeta.
- Del Priore, M. (2015). *História do amor no Brasil*. Contexto.
- Demo, P. (2001). *Pesquisa e informação qualitativa*. Papirus Editora.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EdUFBA.
- Ferreira, T., Salgado, J., & Cunha, C. (2006). Ambiguity and the dialogical self: In search for a dialogical psychology. *Estudios de Psicologia*, 27(1), 19-32.
- Fogel, A. & Branco A.U. (1997). Metacommunication as a source of indeterminism in relationship development. In A. Fogel, M. C. Lyra & J. Valsiner (Eds.), *Dynamics and indeterminism in developmental and social processes* (pp. 65-92). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Domingues, J. (2007). *As ordenações Afonsinas. Três séculos de Direito Medieval - 1211 a 1512*. Tese de doutorado, Universidade de Santiago de Compostela.
- Donath, O. (2017). *Mães arrependidas*. José Olympio.
- Dowling, C. (2001). *O mito da fragilidade*. Rosa dos Tempos.
- Ebbutt, B. (1913). *Don'ts for wives*. A&C Black.
- Estefam, A. (2016). *Homossexualidade, prostituição e estupro: um estudo à luz da dignidade humana*. Saraiva Educação SA.
- Fatigante, M., Fasulo, A., & Pontecorvo, C. (2004). This is not a dinner: Metacommunication in family dinnertime conversations. In *Communication and metacommunication in human development* (pp. 33-81). Information Age Publishing.
- Ferreira, T., Salgado, J., & Cunha, C. (2006). Ambiguity and the dialogical self: In search for a dialogical psychology. *Estudios de Psicologia*, 27(1), 19-32.
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*. n-1 edições.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. LTC.
- Goldenberg, M. (2008). *Violencia en las escuelas*. Grama.
- Goldenberg, M. (2018). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Record.

- Gomes, C. D. M. (2020). O corpo importa: corpos falantes e a produção discursiva do sexo. *Revista Estudos Feministas*, 28(3), e59271.
- González Rey, F. (1997). *Epistemología cualitativa y subjetividad*. EDUC.
- González Rey, F. (2000). *La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos*. EDUC.
- González Rey, F., & Mitjáns Martínez, A. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Alínea.
- Graham, Dee, L. R. (2021). *Amar para sobreviver: mulheres e a síndrome de Estocolmo social*. Cassandra.
- Grigoriadis, V. (2018). *Blurred lines: Rethinking sex, power, and consent on campus*. Houghton Mifflin Harcourt.
- Han, B. C. (2022). *A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje*. Vozes.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, (5), 7-41.
- Haraway, D. (2000). *Manifesto ciborgue. Antropologia do ciborgue*. Autêntica.
- Haraway, D. (2023) *A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres*. Martins Fontes.
- Heilborn, M. L. (1999) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Zahar.
- Herman, J. L. (2015). *Trauma and recovery: The aftermath of violence-from domestic abuse to political terror*. Hachette.
- Hermans, H. J. (2024). *Entering the moral middle ground: Who is afraid of the grey wolf?*. Cambridge University Press.
- Hooks, b. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.
- Holanda, J. M. G. B. (2020). *A Construção das Identidades Masculinas: O Olhar de Alunos do Ensino Médio*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Psicologia (Linha de Pesquisa: Psicologia e Educação), Centro Universitário de Brasília.
- Hungria, N. (1959). *Comentários ao Código Penal*. 8(4). Forense.
- Indius, S. (2022). How to study Meta-intentionality: Looking for Access to intra-psychological intention structures. *Human Arenas*, 8(1), 1-18.
- Indius, S. (2023). Meta-intentionality: Further Developments and Clinical Relevance: Indius. *Human Arenas*, 8(2), 414-426.
- Kullasepp, K. (2007). Affective guidance of sexual identity construction: The intra-psychological level in the service of culture. *Integrative Psychological and Behavioral Science*, 41(3), 272-284.
- Larkin Nascimento, E. (2003). *Sortilégio da Cor. Identidade, raça e gênero no Brasil*. Selo Negro.
- Leite, M. S., Lima, M. F., & Camargo, B. C. (2020). Coerção e consentimento no crime de estupro: a valoração dos atos sexuais em um campo de disputas. *Caderno espaço feminino*, 33(1), 198-216.
- Loizos, P. (2011) Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In Bauer, M. W. & Gaskell, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Vozes.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2021). Psicologia Cultural-Semiótica: Aportes para a Abordagem Científica do Desenvolvimento Humano na Contemporaneidade. In A F. A. Madureira & J. Bizarril (Orgs.), *Psicologia & Cultura: teoria, pesquisa e prática profissional* (pp. 23 - 59). Cortez.

- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Vozes.
- Louro, G. L. (2004). Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. *Imagem e diversidade sexual*. Nojosa, 23-28.
- Machado, L. Z. (2004). Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Em M. R. Schpun (Org.). *Masculinidades*. Boitempo, 35-78.
- Machado, S. S. (2019). *Entre santas, bruxas, loucas e femmes fatales: (más) representações e questões de gênero nos cinemas*. Appris.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). Pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia da SBP*, 9(1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2005). Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. In M. A. Dessen (Org.), *A ciência do Desenvolvimento Humano: Tendências Atuais e Perspectivas Futuras* (pp. 90- 109). Artes Médicas.
- Madureira, A. F. A. (2007a). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: A construção de uma cultura democrática*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. In A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 31-63). Tecnopolik.
- Madureira, A. F. A. (2012). Belonging to gender: Social identities, symbolic boundaries and images. Em J. Valsiner (Org.), *The Oxford handbook of culture and psychology* (pp. 582-601). Oxford University Press.
- Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais. In J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Arte e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82).
- Madureira, A. F. A. (2018). Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies. In A. Rosa & J. Valsiner (Orgs.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 597-614). Cambridge University Press.
- Madureira, A. F. A., & Bizerril, J. (2021). *Psicologia & Cultura: teoria, pesquisa e prática profissional*. Cortez.
- Madureira, A. F. D. A., Holanda, J. M. G. B., Paula, L. D., & Fonseca, J. V. C. (2021). Gênero e sexualidade na escola: processos identitários, diversidade e preconceito na perspectiva da psicologia cultural. *Psicologia & Cultura: Teoria, Pesquisa e Prática Profissional*, 202-237.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la decolonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un cepto. In Castro-Gomez, S.; & Grosfoguel, R. (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Instituto Pensar.
- Marsico, G., & Varzi, A. C. (2015). Psychological and social borders: Regulating relationships. In *Psychology as the science of human being: The Yokohama Manifesto* (pp. 327-335). Cham: Springer International Publishing.
- Marsico, G. (2016). The borderland. *Culture & Psychology*, 22(2), 206-215.
- Marsico, G., Cabell, K. R., Valsiner, J., & Kharlamov, N. A. (2013). 4 Interobjectivity as a border: The fluid dynamics of “betweenness”. In *Understanding the self and others* (pp. 51-65). Routledge.
- Marková, I., Linell, P., Grossen, M., & Salazar Orvig, A. (2007). *Dialogue in focus groups: Exploring socially shared knowledge*. Equinox publishing.

- Mbembe, A. N. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. n-1 edições.
- Medeiros, T. F. R., dos Santos, S. M. P., Xavier, A. G., Gonçalves, R. L., Mariz, S. R., & de Sousa, F. L. P. (2016). Vivência de mulheres sobre contracepção na perspectiva de gênero. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(2), e57350.
- Micale, M. (1989). Hysteria and Its Historiography: A review of Past and Present Writings. *History of Science* 27(3), 223-67.
- Minayo, M. (2015). O desafio da pesquisa social. In M.C.S. Minayo (Org), *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (pp. 21-29). Vozes.
- Murray, M. (2019). Psicologia Narrativa. Em Jonathan A. Smith, (Org.), *Psicologia qualitativa: um guia prático para métodos em pesquisa* (pp. 122-151). Vozes.
- Myers, D. G. (2014). *Psicologia Social*. AMGH.
- Nahoum-Grappe, V. (2004). Da dimensão sexual de uma guerra: os estupros em série como arma na ex-Iugoslávia, 1991-1995. Em M. R. Schpun (Org). *Masculinidades*. Boitempo, 35-78.
- Núñez, G. (2023). *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. Paidós.
- Obando, J.M. (2022). *Educação Sexual: O Papel da Escola na Prevenção da Violência Sexual contra as Mulheres*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Psicologia (Linha de Pesquisa: Psicologia e Educação), Centro Universitário de Brasília.
- Oliveira, M. K. (2011). *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. Scipione.
- Overton, W. F. (2006). Developmental psychology: philosophy, concepts, methodology. In R. M. Lerner (Org.). *Handbook of child psychology. Theoretical models of human development*, (pp.18).
- Parker, R. G. (1991). Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. In *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo* (pp. 295-295).
- Pereira, F. A. C., Favaro, A. L. G. (2017). História da Mulher no Ensino Superior e Suas Condições Atuais de Acesso e Permanência. Iv *Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação-Sirsse*, 5527-5542.
- Preciado, B. (2014). *Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. n-1 Edições.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras
- Rosa, A. (2008) – Idiographic Science: Explaining or understanding? Em. *Yearbook of Idiographic Science*. (pp. 95-104). Vol. 1.
- Rosostolato, B. (2019). Sexualidade e violência: as facetas da banalidade do mal. Em Canosa, A. C., Zacharias, R., Koehler, S. F. M. (Org.). *Sexualidades e Violências: um olhar sobre a banalização da violência no campo da sexualidade*. (pp. 211-226). Ideias & Letras.
- Roudinesco, E. (2022). *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Pereira, M. S. & Rosostolato, B. (2019). Violência Sexual. Em Canosa, A. C., Zacharias, R., Koehler, S. F. M. (Orgs). *Sexualidades e violências: um olhar sobre a banalização da violência no campo da sexualidade*. (pp. 211-226). Ideias & Letras.
- Russell, D. E. (1984). *Sexual exploitation: Rape, child sexual abuse, and workplace harassment* (pp. 29-66). Sage.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. Expressão Popular.

- Sammut, G., Daanen, P., & Moghaddam, F. M. (2013). 1 Understanding self and others: Explorations in intersubjectivity and interobjectivity. In *Understanding the Self and Others* (pp. 1-11). Routledge.
- Scarpatti, A. S., Lins, B. A., & Chakian, S. (2024). *Precisamos falar de consentimento: uma conversa descomplicada sobre violência sexual além do sim e do não*. Bazar do Tempo.
- Stake, R. (2011). *Pesquisa Qualitativa estudando como as coisas funcionam*. Penso. ISBN 978-85-63899-33-0.
- Segato, R.L. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Universidad de Quilmes.
- Schraiber, L. B., d'Oliveira, A. F. P. L., & Couto, M. T. (2009). Violência e saúde
- Schulhofer, S. J. (2016). An international right to privacy? Be careful what you wish for. *International Journal of Constitutional Law*, 14(1), 238-261.
- Scorsolini-Comin, F., & dos Santos, M. A. (2010). Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano. *Journal of Human Growth and Development*, 20(3), 745-756.
- Tateo, L. (2016). Toward a cogenetic cultural psychology. *Culture & Psychology*, 22(3), 433-447.
- Tateo, L. (2018). Affective semiosis and affective logic. *New Ideas in Psychology*, v.48, p.1-11.
- Marsico, G., Tateo, L. Borders, Tensegrity and Development in Dialogue. *Integr. psych. behav.* 51, 536–556 (2017). <https://doi.org/10.1007/s12124-017-9398-2>
- Tateo, L., & Marsico, G. (2021). Signs as borders and borders as signs. *Theory & Psychology*, 31(5), 708-728.
- Trad, L. A. B. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), 777-796.
- Trevisan, J. S. (2021). *Seis balas num buraco só (Nova edição): A crise do masculino*. Objetiva.
- Tiburi, M. (2018). *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Record.
- Timm, F. B., Pereira, O. P., & Gontijo, D. C. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 247-259.
- Todorov, T. (2010). *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Vozes.
- Vainfas, R. (2011). *Trópico dos pecados*. José Olympio.
- Valsiner, J. (1999). Culture and human development. 1-336.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Artmed.
- Valsiner, J. (2014). *An invitation to cultural psychology*. Sage.
- Valsiner, J., Chaudhary, N., & Benetka, G. (2017). *From methodology to methods in human psychology* (pp. 1-92). Cham: Springer International Publishing.
- Valsiner, J. (2019). Cultural psychology as a theoretical project/La psicología cultural como proyecto teórico. *Studies in Psychology*, 40(1), 10-47.
- Valsiner, J. (2021). Signs in Minds: Semiotic Basis for the New General Psychology. In J. Valsiner (Org.) *General Human Psychology*. (pp. 25 - 50). Springer Nature.
- Valsiner, J. (2024). *Dynamic semiosis*. Cham, CH: Springer.
- Valsiner, J., & Branco, A. U. (2022). The methodology cycle as the basis for knowledge: teaching basic epistemological thinking. In *International handbook*

- of psychology learning and teaching* (pp. 1-16). Cham: Springer International Publishing.
- Valsiner, J., & Cairns, R. B. (1992). Theoretical perspectives on conflict and development.
- Valsiner, J., Chaudhary, N., & Benetka, G. (2017). *From methodology to methods in human psychology* (pp. 1-92). Cham: Springer International Publishing.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.
- Xavier, A. N., & de Ferrante, F. G. (2019). A mulher da violência: por que elas permanecem nessa relação?. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*, 8(2), 55-72.
- Yokoy de Souza, T., Branco, A. U., Lopes de Oliveira, M.C.S. (2008). Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2), 257-276.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.
- Zanello, V. (2023). *A Prateleira do Amor: Sobre Mulheres, Homens e Relações*. Appris.
- Zittoun, T., Valsiner, J., Gonçalves, M. M., Vedeler, D., Salgado, J., & Ferring, D. (2013). *Human development in the life course: Melodies of living*. Cambridge University Press.

VII - ANEXOS

ANEXO I - Contato de Recrutamento

Olá! Você está sendo convidado à participar da pesquisa intitulada “As Zonas Cinzas do Consentimento: violência sexual nas perspectivas de jovens cis hétero do gênero masculino e feminino”. Essa pesquisa integra o projeto de Tese de Doutorado em Psicologia a ser desenvolvido pela estudante Juliane Mesquita Obando na Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar (PGPDE).

- Apresentação da identidade e filiação acadêmica da pesquisadora/pesquisador assistente.

O objetivo desta pesquisa é: *“Identificar e analisar, nas narrativas de jovens brasileiros entre 18 e 25 anos, do sexo masculino e feminino, os variados fatores que, em sua percepção e avaliação, podem favorecer ou inibir (evitar) a violência sexual contra as mulheres, explorando, especialmente, como analisam situações que envolvem ambiguidade na determinação de se houve ou não abuso sexual, e como avaliam os processos de socialização de homens e mulheres e a construção do gênero e da sexualidade no contexto da cultura.”*

Como o título da pesquisa sugere, se trata de um tema sensível de discussão e pode ser delicado ou íntimo demais para algumas pessoas. Todas as informações são confidenciais e usadas exclusivamente para fins acadêmicos, sendo as imagens, falas e identidade dos participantes preservada pelo anonimato e uso de nomes fictícios. Você teria interesse em participar? Seriam dois encontros em grupo e uma entrevista individual de caráter online.

- Em caso de resposta positiva, solicitar a apresentação da carteira de identidade para averiguar a idade do/da interessado. Por fim, agradecer o contato, atenção e a manifestação de interesse em contribuir com o desenvolvimento da pesquisa.
- Explicar: “Posteriormente entrarei em contato com o intuito de confirmarmos a sua disponibilidade para os encontros!”

ANEXO II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa intitulada “As Zonas Cinza do Consentimento: violência sexual nas perspectivas de jovens cis hétero do gênero masculino e feminino”. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a expressar a sua concordância.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

O objetivo deste estudo é identificar e analisar, nas narrativas de jovens brasileiros entre 18 e 25 anos, do sexo masculino e feminino, os variados fatores que, em sua percepção e avaliação, podem favorecer ou inibir (evitar) a violência sexual contra as mulheres, explorando, especialmente, como analisam os processos de socialização de homens e mulheres e a construção do gênero e da sexualidade no contexto da cultura.

Você está sendo convidado/a a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa. Sua participação é totalmente voluntária, podendo ser interrompida caso assim o deseje.

Procedimentos do Estudo

Dois encontros grupais e uma entrevista individual, que serão gravados em vídeo e em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.

Esclarecemos que todo o material gravado será de uso restrito para a pesquisa, mantendo-se o total sigilo e anonimato dos participantes em qualquer forma de divulgação.

Riscos e Benefícios

Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista e a apresentação dos vídeos e imagens para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será construído um protocolo com estratégias de início e encerramento para averiguar o bem-estar dos participantes, bem como será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o/a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.

Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do tema investigado.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

Seus dados serão manuseados somente pela pesquisadora e não será permitido o acesso a outras pessoas. O material com as suas informações (gravação em áudio e em vídeo) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, Juliane Mesquita Obando, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, o seu nome sempre estará substituído por um nome fictício, não sendo mencionadas quaisquer outras informações sobre sua pessoa (instituição a qual pertence etc.).

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília CEP/UnB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone (61) 3107-1592 ou pelo e-mail cep_chs@unb.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____, RG _____
após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, ____ de _____ de _____

Participante

Pesquisadora responsável: Juliane Mesquita Obando Celular: (61) 9 8329-1121 , E-mail: obando.juliane@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Angela Uchoa Branco

E-mail: branco.angela@gmail.com

Endereço das responsáveis pela pesquisa: Instituição: Universidade de Brasília - UnB Endereço :Campus Darcy Ribeiro; Bairro: Asa Norte; Cidade: Brasília - DF CEP: 70910-900 Telefone p/contato: (61) 3107-3739.

ANEXO III - Roteiro para o Grupo Focal (GF1 e GF2)

Este Roteiro consta de perguntas introdutórias, realização de atividade lúdica, apresentação do tema, apresentação e discussão de imagens, perguntas específicas sobre as imagens e encerramento.

1. Apresentação da pesquisadora para as participantes de gênero feminino (GF1); Apresentação do psicólogo responsável pelo GF para o grupo com participantes de gênero masculino (GF2) João Holanda, CRP 01/19508)
2. Apresentação dos participantes:
 - a. Nome, região, formação, profissão ...

ATIVIDADE LÚDICA: GARTIC GAME (<https://gartic.io/>)

Gartic é um site e aplicativo de adivinhação de desenhos desenvolvido pelo estúdio Onrizon. O jogo reúne pessoas que devem adivinhar qual palavra uma delas está tentando desenhar em um tempo limitado.

O grupo focal e a pesquisadora/assistente de pesquisa irão criar uma sala virtual para duas partidas do jogo, com o tema a ser decidido em conjunto com a finalidade de descontrair os participantes e facilitar a interação entre eles durante os dois encontros.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

3. Por que toparam participar da pesquisa?
 - a. Como ficaram sabendo da pesquisa (meio de divulgação)?
 - b. Suas impressões sobre o tema da pesquisa

APRESENTAÇÃO DE IMAGENS (imagens com o consentimento mais perceptível e ações menos invasivas seguidas por imagens com menos precisão quanto ao consentimento)

4. Tema de pesquisa: O que que vcs acham que está acontecendo em cada uma das imagens abaixo. Vou mostrar uma imagem e fazer umas perguntinhas.

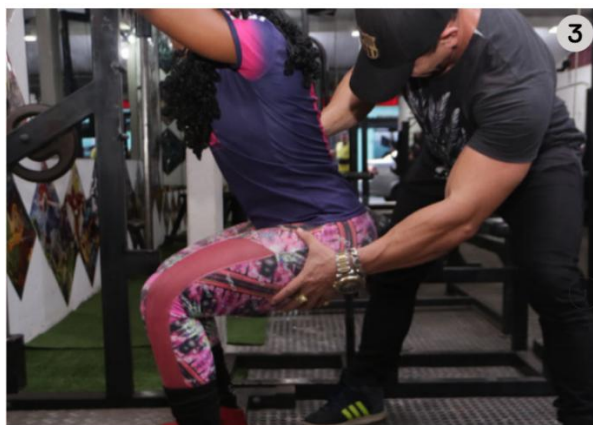


- a. Qual o vínculo afetivo que vocês acham que as pessoas da foto possuem? (são desconhecidos, amigos, parentes, “crushs”, namorados, noivos...)
- b. O que vocês acham que está acontecendo aí?
- c. Qual seria a sequência de acontecimentos a partir da imagem?
- d. Essa imagem gerou incômodo? Por quê?
- e. Se trocássemos o lugar dos homens e das mulheres nas imagens, como vocês se sentiriam?

- f. Como vocês pensam que as mulheres se sentem na imagem? E os homens?
- g. Na sua opinião, caso algumas das mulheres demonstrem desconforto/incômodo, como deveriam reagir?



- a. Qual o vínculo afetivo que vocês acham que as pessoas da foto possuem? (são desconhecidos, amigos, parentes, “crushs”, namorados, noivos...)
- b. O que vocês acham que está acontecendo aí?
- c. Qual seria a sequência de acontecimentos a partir da imagem?
- d. Essa imagem gerou incômodo? Por quê?
- e. Se trocássemos o lugar dos homens e das mulheres nas imagens, como vocês se sentiriam?
- f. Como vocês pensam que as mulheres se sentem na imagem? E os homens?
- g. Na sua opinião, caso algumas das mulheres demonstrem desconforto/incômodo, como deveriam reagir?



- a. Qual o vínculo afetivo que vocês acham que as pessoas da foto possuem? (são desconhecidos, amigos, parentes, “crushs”, namorados, noivos...)
- b. O que vocês acham que está acontecendo aí?
- c. Qual seria a sequência de acontecimentos a partir da imagem?
- d. Essa imagem gerou incômodo? Por quê?
- e. Se trocássemos o lugar dos homens e das mulheres nas imagens, como vocês se sentiriam?
- f. Como vocês pensam que as mulheres se sentem na imagem? E os homens?
- g. Na sua opinião, caso algumas das mulheres demonstrem desconforto/incômodo, como deveriam reagir?



- a. Qual o vínculo afetivo que vocês acham que as pessoas da foto possuem? (são desconhecidos, amigos, parentes, “crushs”, namorados, noivos...)
- b. O que vocês acham que está acontecendo aí?
- c. Qual seria a sequência de acontecimentos a partir da imagem?
- d. Essa imagem gerou incômodo? Por quê?
- e. Se trocássemos o lugar dos homens e das mulheres nas imagens, como vocês se sentiriam?
- f. Como vocês pensam que as mulheres se sentem na imagem? E os homens?
- g. Na sua opinião, caso algumas das mulheres demonstrem desconforto/incômodo, como deveriam reagir?



- a. Qual o vínculo afetivo que vocês acham que as pessoas da foto possuem? (são desconhecidos, amigos, parentes, “crushs”, namorados, noivos...)
- b. O que vocês acham que está acontecendo aí?
- c. Qual seria a sequência de acontecimentos a partir da imagem?
- d. Essa imagem gerou incômodo? Por quê?
- e. Se trocássemos o lugar dos homens e das mulheres nas imagens, como vocês se sentiriam?
- f. Como vocês pensam que as mulheres se sentem na imagem? E os homens?
- g. Na sua opinião, caso algumas das mulheres demonstrem desconforto/incômodo, como deveriam reagir?



- h. Qual o vínculo afetivo que vocês acham que as pessoas da foto possuem? (são desconhecidos, amigos, parentes, “crushs”, namorados, noivos...)
- i. O que vocês acham que está acontecendo aí?
- j. Qual seria a sequência de acontecimentos a partir da imagem?
- k. Essa imagem gerou incômodo? Por quê?
- l. Se trocássemos o lugar dos homens e das mulheres nas imagens, como vocês se sentiriam?
- m. Como vocês pensam que as mulheres se sentem na imagem? E os homens?
- n. Na sua opinião, caso algumas das mulheres demonstrem desconforto/incômodo, como deveriam reagir?

Outras Perguntas: Quais imagens apresentam consentimento? E quais não? Por que?

- Solicitar lista de indicadores verbais e **não verbais** de consentimento por parte das mulheres.
- Solicitar lista de indicadores verbais e **não verbais** de recusa/rejeição aos avanços masculinos.

ENCERRAMENTO

Estamos encerrando o nosso encontro agora...

- a. O que acharam de hoje?
- b. Vocês pensam que o assunto discutido é/foi desconfortável?
- c. Gostariam de acrescentar algo?

Aplicar técnica de respiração e alongamento para relaxamento & agradecer a participação!

ANEXO IV - Roteiro para o Grupo Focal- Discussão sobre Vídeo (GF3 e GF4)

Este Roteiro consta de perguntas introdutórias, apresentação do trecho de vídeo selecionado, perguntas sobre o vídeo, questões possíveis para explorar a questão da ambiguidade e encerramento.

1. Como foi a semana de vocês? e como estão hoje?
2. Algo foi marcante, para você, do encontro passado? (recordações)

APRESENTAÇÃO DO VÍDEO SELECIONADO

Link de acesso ao trecho a ser apresentado aos Grupos Focais:

<https://drive.google.com/file/d/17jiJ9Pq7-J2cTreEec29RUiTGJngow4L/view?usp=sharing>

PERGUNTAS SOBRE O VÍDEO - TRECHO DA SÉRIE “UMA FAMÍLIA QUASE PERFEITA” (2023, classificação indicativa 16 anos)

3. Vocês já haviam assistido a essa cena/série anteriormente?
 - a. Como vocês estão se sentindo?
 - b. Como vocês descreveriam o que aconteceu?
 - c. Vocês concordam ou não com a alegação da menina? Por quê?
 - d. Você acha que um dos dois (o treinador e a menina) teve maior responsabilidade pelo que aconteceu? Por quê?
 - e. Você acha que estava visível/claro o desconforto da menina frente a relação? Ela soube expressar de alguma forma?
 - f. (Somente para os rapazes) Se você estivesse no lugar do treinador, faria algo diferente? Saberria perceber alguma mudança na menina? Qual?
 - g. O que vocês acreditam que aconteceu para ela, “de repente”, mudar de ideia?
 - h. O que acham do posicionamento da mãe frente o acontecido? E do pai?
 - i. Se o treinador fosse denunciado e levado a julgamento, vocês acham que ele deveria ser condenado? Por quê?
 - j. Conhecem situações/casos semelhantes ao que houve?
 - k. Gostariam de acrescentar algo?

Algumas questões possíveis:

4. Quando você conhece alguém de potencial interesse, como demonstra isso? Quais são as estratégias de paquera que você usa? O que faz você desistir?
5. Como saber se alguém está a fim de você? - se tem interesse amoroso/sexual, ou seja,
 - a. Está gostando da relação íntima?
 - b. Não está a fim de você?
6. Gostariam de acrescentar mais indicadores/sinais de recusa? Ou de consentimento?
7. Quem são as mulheres mais propícias a sofrer violências? Explorar....
8. Quando uma mulher poderia ser chamada de promíscua??
9. Quando você acha que um marido ou namorado podem forçar a barra com suas companheiras?
10. Quais as principais causas que, para você, levam à perpetuação da violência sexual no dia a dia?
11. **PARA O GF4 (homens):** Em quais momentos é difícil “interpretar” o que a mulher deseja?
 - a. Você acha que já houve momentos parecidos em sua vida? Pode dar exemplo?

b. O que você faria se, depois de se relacionar com uma mulher, soubesse que ela não estava a fim, que você interpretou a vontade dela de modo errado?

12. O que você, homem, acha sobre “se meter” em briga ou situações semelhantes - que envolvam mulheres -com desconhecidos na rua?

ENCERRAMENTO

Estamos encerrando o nosso encontro agora...

- O que acharam de hoje?
- Vocês pensam que o assunto discutido é/foi desconfortável?
- Gostariam de acrescentar algo?
- Acreditam que algo, importante, referente ao tema, foi “deixado de lado” ou não debatido?

Aplicar técnica de respiração e alongamento para relaxamento & agradecer a participação!

ANEXO V - Roteiro de Entrevista Semiestruturada Individual - Participantes do gênero masculino e feminino

QUESTÕES INICIAIS - ICEBREAKER:

1. O que se lembra sobre os encontros que tivemos no GF? Houve algum momento “marcante” ou que destacou para você? Explorar! (por quê? ...)

QUESTÕES SOBRE O TEMA:

1. Você sente alguma dificuldade em falar sobre esse assunto? Explorar
2. Você acredita que há situações que as mulheres se colocam em risco? E os homens?
3. Para você, o que determina se há consentimento ou não? Se uma situação é abusiva ou não?
4. Na sua opinião, há diferença entre paquera e assédio? Se sim, quais seriam?
5. O que para você são sinais de recusa? Resistência? Ou o quê? Explorar.
6. Como você definiria uma “prática potencialmente abusiva”? Ou seja, uma ação que pode ser vista como abusiva ou não a depender do contexto? Poderia me citar exemplos?
7. No seu ponto de vista, a Lei abrange corretamente as situações de violência? Por quê? Dê exemplos
8. No exemplo do vídeo, se a jovem tivesse mais ou menos a mesma idade do rapaz, como você interpretaria o que aconteceu? E se ela fosse uma colega dele naquele acampamento?
9. O que você acha que leva alguns homens a cometer abuso sexual? Quais as principais razões? Algo poderia ser feito para evitar abusos? Como evitar perpetuação da violência sexual no dia a dia?
10. Você acha que já houve momentos parecidos em sua vida? Pode dar exemplo? Explorar

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE CASO (‘BLURRED LINES’)

Adaptado - Apresentar história na tela e ler conjuntamente com o participante

1. Qual a sua impressão sobre essa história? Pensa ser uma situação atual e/ou comum?
2. Como você descreveria o que aconteceu?
3. Qual a sua opinião sobre o comportamento de Carla? e de Roberto?
4. Você acha que a relação sexual foi consentida ou não? Houve sinais de interesse? e de desinteresse?
5. O que você pensaria sobre a situação se depois soubesse que Carla vivenciou o encontro como uma “situação de estupro”?

QUESTÃO FINAL:

Gostaria de ouvir as suas sugestões sobre como socializar meninos e meninas para evitar situações de abuso sexual. Explorar as ideias.
Gostaria de perguntar ou dizer mais alguma coisa?

Muito Obrigada por sua valiosa participação!!!

ANEXO VI - História de Carla & Roberto

Certo dia, Carla, fez um perfil no Tinder. Dentre seus Matchs, teve o Roberto, “amante de cachorros”. Logo após o match, ele mandou a mensagem: *‘Quando você pode se juntar a nós - eu e meu cachorro - para beber vinho, rir, muitos abraços, histórias e felicidade?’*. Com isso, eles iniciaram uma conversa e trocaram mensagens por um tempo. Quando chegou a hora deles se conhecerem, houve o seguinte diálogo: *‘Eu posso te pedir um uber pra cá! Daí podemos beber um pouco, você pode conhecer e brincar com o Dog, meu cachorro... e aproveitarmos o dia’* Disse Roberto. Carla então reagiu *‘Hmm, não sei... não tenho certeza sobre ir até você em seu ‘covil masculino’ logo na primeira vez que te vejo!’* Roberto prontamente respondeu: *‘Podemos ir então a um bar até eu ter certeza de que você não é uma serial killer que quer colher o meu rim e roubar o meu cachorro! haha’*.

Assim, ficou acordado entre eles que se encontrariam em um bar, mas no último minuto, Roberto disse a ela para encontrá-lo em uma esquina porque ele precisava passear com o cachorro antes de se verem. Carla topou. Depois de se encontrarem e terminarem a volta com o cachorro, ele disse a ela que precisava levá-lo lá para cima (seu apartamento). Carla entendeu e subiu com ele.

Por fim, apesar do combinado ter sido um encontro em um bar, lá estavam os dois, tomando cerveja na varanda do apartamento de Roberto. A conversa fluía bem até que ele começou a falar sobre sexo e ela deu a entender que estava confortável com o assunto. Durante os drinks e conversas, Roberto se aproximava de Carla, oferecia mais cerveja, tentava descolar um beijo, mas sempre que se aproximava demais, ela respondia com *‘não, daqui a pouco’* ou *‘na próxima vez que nos vemos...’*.

Depois de mais algumas cervejas, ainda seguindo o papo ‘quente’ sobre sexo, Roberto pediu para que Carla se sentasse em seu colo, mas prontamente ela disse não e recolheu suas coisas, pronta para sair, percebendo que já estava tarde. Mas Roberto pediu desculpas e sugeriu que ela se despedisse do cachorro antes de ir, visto que ambos se deram bem. Ao se virar, Roberto, então, a abraçou forte pelas costas. No susto, Carla reagiu, mas ele logo a beijou em seu cangote. Após isso, Carla não mais reagiu à iniciativa de Roberto e eles tiveram práticas sexuais.